



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Resolução n° 34/2010:

Aprova o Plano Estratégico para o desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde – para o triénio 2010 a 2013.

Resolução n° 35/2010:

Autoriza a assinatura de um contrato adicional para a realização de trabalhos a mais das obras de construção das estradas Volta Monte/Figueira das Naus/Ribeira da Prata e Fonte Lima/João Barnardo/Librão.

Resolução n° 36/2010:

Aprova a transmissão de uma pensão no valor de 20.000\$00 à cidadã Melany Sofia Correia Lopes.

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES:

Portaria n° 21/2010:

Põe em circulação a partir de 25 de Junho de 2010, os selos da emissão “Campeonato Mundial de Futebol da África do Sul.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso:

Torna público a aderência de Cabo Verde à “Convenção relativa à supressão da exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros”.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 34/2010

de 6 de Julho

O crescimento do sector do turismo em Cabo Verde, assumido pelo Governo como um dos motores de desenvolvimento do país, pelo seu impacto em termos de geração de emprego, de rendimento e de desenvolvimento, de uma forma geral, exige um esforço de planeamento de curto e médio prazo, de forma a maximizar os efeitos benéficos do turismo e mitigar os potenciais impactos negativos que possa engendrar.

A recente crise mundial veio reforçar ainda mais a necessidade e a urgência de uma visão comum e partilhada por todos, quanto ao tipo de turismo que se pretende para Cabo Verde e quanto às linhas mestras para o seu desenvolvimento, numa lógica de sustentabilidade e de maximização dos seus benefícios para toda a população.

É certo que esta crise – que acaba por emergir como o pano de fundo sobre o qual se procura efectuar este exercício de concepção de um *Plano Estratégico* para o turismo e que, desta forma, naturalmente o enquadra e o condiciona, a par de outros elementos relevantes – poderá implicar numa erosão da utilidade e eficácia de qualquer plano estratégico de longo prazo. Não é menos verdade, porém, que precisamente a crescente instabilidade e imprevisibilidade dos condicionantes externos tornam necessária e urgente, por parte dos diversos actores, e particularmente do Governo, a definição de uma linha clara de orientação e uma estrutura conceptual de intervenção que lhes permitam tomar decisões de forma coerente, disciplinada e consistente com uma dada visão de longo prazo, evitando-se assim os riscos de soluções imediatistas que possam levar a uma perda de foco no que se deseja para o país em termos de desenvolvimento da actividade turística.

Paralelamente à condicionante “crise actual”, a ausência, desde a sua génese, de uma intervenção efectivamente planeada na actividade turística, enquanto sector económico relevante, gerou um conjunto de subprodutos nocivos que não se coadunam com as fragilidades estruturais, sociais, económicas e ambientais de um país como Cabo Verde, destacando-se, entre outros, o crescimento desenfreado e algo caótico de centros urbanos, disfunções entre o aumento da procura turística e as infra-estruturas de suporte necessárias, aumento de fenómenos sociais negativos induzidos (ou ao menos estimulados) pela dinâmica natural da procura turística, desajustamentos entre a procura por mão-de-obra qualificada e a necessidade de criação de emprego, distorções e incoerências na venda e promoção de Cabo Verde no mercado turístico internacional, especulação imobiliária, etc. Estes aspectos negativos acabam assim por ser uma outra força indutora para a elaboração deste *Plano Estratégico*, a par da necessidade intrínseca e inadiável de se definir uma visão clara e eixos concertados de intervenção de todos os intervenientes, que permitam maximizar o potencial do sector turístico no crescimento económico do país e na melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

O presente **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde** - que cobre o período 2010 a 2013 -, analisa o estágio em que se encontra neste momento o sector turístico, identificando as suas potencialidades e pontos de estrangulamento e sintetiza e define a visão do Governo quanto ao turismo que se pretende para Cabo Verde, bem como os princípios gerais norteadores do seu desenvolvimento futuro, que permitam maximizar os benefícios daí advenientes para toda a população, de forma sustentável e sem pôr em causa a gestão eficiente dos recursos escassos do país. As orientações estratégicas e as directivas nele incorporadas são fruto de vários estudos realizados pelo Governo de Cabo Verde e pretendem traduzir e harmonizar os anseios dos *stakeholders* do sector, sejam eles operadores privados, Estado, sociedade civil, ONG's e população em geral, unidos na busca do objectivo comum, de transformar o turismo numa actividade importante no processo de desenvolvimento económico-social do país, gerando mais rendimento, mais emprego e melhor inclusão social, e mitigando as disparidades regionais.

Numa primeira parte (Capítulos 2 e 3) estabelece-se os objectivos da elaboração do *Plano Estratégico* em si, a par de uma apresentação resumida da abordagem metodológica utilizada pelos consultores. Numa segunda parte (Capítulo 4) procura-se apresentar o diagnóstico do sector com os elementos mais relevantes – onde estamos – enquadrando-o não apenas no contexto do estágio actual do turismo a nível mundial e das suas tendências, mas também na sua evolução a nível interno nos últimos anos, concluindo esta parte com uma síntese da análise da competitividade de Cabo Verde enquanto destino turístico (pontos fortes e pontos fracos), no contexto de ameaças e oportunidades identificadas ou previstas.

A terceira parte do documento (Capítulos 5 e 6) define efectivamente as linhas gerais de que turismo se pretende para Cabo Verde (a visão do Governo, os objectivos a alcançar e os princípios norteadores), bem como as linhas gerais de intervenção, as acções a serem implementadas, os recursos necessários e os mecanismos de avaliação de impacto.

Nos Anexos podem ser encontrados um conjunto de elementos e informações adicionais de suporte que ajudam o leitor a aprofundar alguns pontos, que se considerou pertinente separar do corpo principal do documento, como forma de o tornar mais leve e de fácil consulta.

Assim,

No uso da faculdade conferida número 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Objecto

A presente Resolução aprova o **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde** – para o triénio 2010 a 2013, que baixa em anexo e dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Âmbito

O **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde**, tem abrangência nacional, e o seu cumprimento é obrigatório.

Artigo 3.º

Entrada em Vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

ANEXO

PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM CABO VERDE

PARTE I

JUSTIFICAÇÃO, ABORDAGEM E METODOLOGIA

1. INTRODUÇÃO

O crescimento do sector turístico em Cabo Verde, assumido pelo Governo como um dos motores de desenvolvimento do país, pelo seu impacto em termos de geração de emprego, de rendimento e de desenvolvimento de uma forma geral, exige um esforço de planeamento de curto e médio prazo, de forma a maximizar os efeitos benéficos do turismo e *mitigar* os potenciais impactos negativos que possa engendrar.

A recente crise mundial – que já afecta substancialmente o sector em Cabo Verde, quer a nível dos investimentos (sobretudo na imobiliária turística), quer a nível dos fluxos de turistas para as ilhas – veio reforçar ainda mais a necessidade e a urgência de uma visão comum e partilhada por todos, quanto ao tipo de turismo que se pretende para Cabo Verde e quanto às linhas mestras para o seu desenvolvimento e potencialização, numa lógica de sustentabilidade e de maximização dos seus benefícios para toda a população.

É certo que esta crise – que acaba por emergir como o pano de fundo sobre o qual se procura efectuar este exercício de concepção de um *Plano Estratégico* para o turismo, e que desta forma, naturalmente o enquadra e o condiciona, a par de outros elementos relevantes – poderá implicar numa erosão da utilidade e eficácia de qualquer plano estratégico de longo prazo. Não é menos verdade, porém, que precisamente a crescente instabilidade e imprevisibilidade dos condicionantes externos torna necessária e urgente, por parte dos diversos actores, e particularmente do Governo, a definição de uma linha clara de orientação e uma estrutura conceptual de

intervenção que lhes permitem tomar decisões de forma coerente, disciplinada e consistente com uma dada visão de longo prazo, evitando-se assim os riscos de soluções imediatistas que possam levar a uma perda de foco no que se deseja para o país em termos de desenvolvimento da actividade turística.

Paralelamente à condicionante “crise actual”, a ausência, desde a sua génese, de uma intervenção efectivamente planeada na actividade turística, enquanto sector económico relevante, gerou um conjunto de subprodutos nocivos que não se coadunam com as fragilidades estruturais, sociais, económicas e ambientais de um país como Cabo Verde, destacando-se, entre outros, o crescimento desenfreado e algo caótico de centros urbanos, disfunções entre o aumento da procura turística e as infra-estruturas de suporte necessárias, aumento de fenómenos sociais negativos induzidos (ou ao menos estimulados) pela dinâmica natural da procura turística, desajustamentos entre a procura por mão-de-obra qualificada e a necessidade de criação de emprego, distorções e incoerências na venda e promoção da marca “Cabo Verde” no mercado turístico internacional, especulação imobiliária, etc. Esses aspectos negativos acabam assim por ser uma outra força indutora para a elaboração deste *Plano Estratégico*, a par da necessidade intrínseca e inadiável de se definir uma visão clara e eixos concertados de intervenção de todos os intervenientes, que permitam maximizar o potencial do sector turístico no crescimento económico do país e na melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

O presente **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde** – que cobre o período 2010 a 2013 –, analisa o estágio em que se encontra neste momento o sector turístico, identificando as suas potencialidades e pontos de estrangulamento, e sintetiza e define a visão do Governo quanto ao turismo que se pretende para Cabo Verde, bem como os princípios gerais norteadores do seu desenvolvimento futuro, que permitam maximizar os benefícios daí advenientes para toda a população, de forma sustentável e sem pôr em causa a gestão eficiente dos recursos escassos do país. As orientações estratégicas e as directivas nele incorporadas são fruto de vários estudos realizados pelo Governo de Cabo Verde e pretendem traduzir e harmonizar os anseios dos *stakeholders* do sector, sejam eles operadores privados, o Estado, a sociedade civil, as ONG’s e a população em geral, unidos na busca do objectivo comum, de transformar o turismo numa actividade importante no processo de desenvolvimento económico-social do país, gerando mais renda, mais emprego e melhor inclusão social, e mitigando as disparidades regionais.

Numa primeira parte (Capítulos 2 e 3) estabelece-se os objectivos da elaboração do *Plano Estratégico* em si, a par de uma apresentação resumida da abordagem metodológica utilizada pelos consultores. Numa segunda parte (Capítulo 4) procura-se apresentar o diagnóstico do sector com os elementos mais relevantes – onde estamos

— enquadrando-o não apenas no contexto do estado actual do turismo a nível mundial e das suas tendências, mas também na sua evolução a nível interno nos últimos anos, concluindo esta parte com uma síntese da análise da competitividade de Cabo Verde enquanto destino turístico (pontos fortes e pontos fracos), no contexto de ameaças e oportunidades identificadas ou previstas.

A terceira parte do documento (Capítulos 5 e 6) define efectivamente as linhas gerais de que turismo se pretende para Cabo Verde (a visão do Governo, os objectivos a alcançar e os princípios norteadores), bem como as linhas gerais de intervenção, as acções a serem implementadas, os recursos necessários e os mecanismos de avaliação de impacto.

Nos Anexos poderão ser encontrados um conjunto de elementos e informações adicionais de suporte que ajudam o leitor a aprofundar alguns pontos caso necessário, que julgamos pertinentes separar do corpo principal do documento como forma de o tornar mais leve e de fácil consulta.

2. OBJECTIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

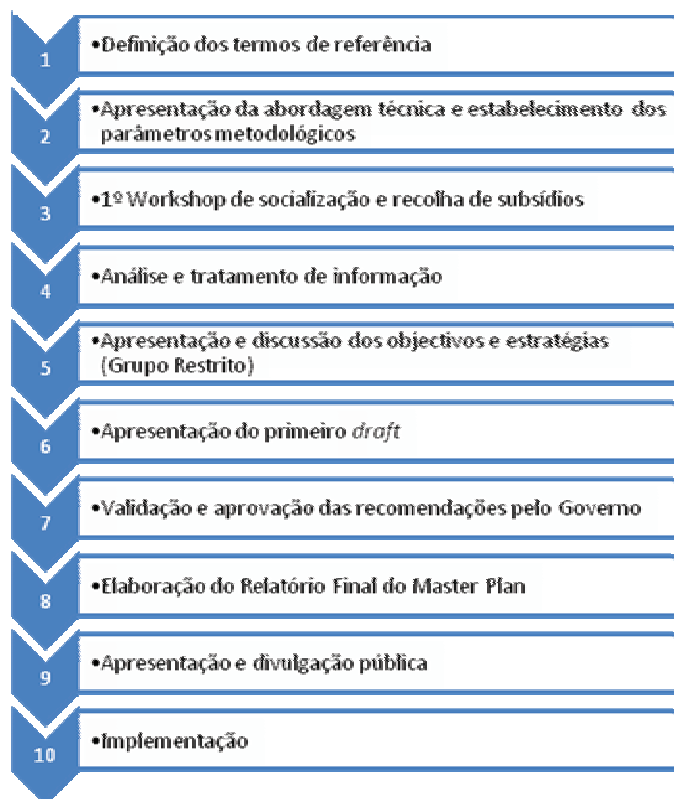
Enquanto instrumento sobretudo de comunicação, de orientação e de coordenação dos diversos agentes públicos e privados no desenvolvimento do turismo sustentado, a elaboração do presente *Plano Estratégico* pretende responder aos seguintes objectivos gerais:

- i) Identificar as potencialidades turísticas do país no contexto das oportunidades decorrentes da conjuntura actual e esperada do sector a nível mundial;
- ii) Identificar as áreas de melhoria e os pontos de bloqueio ao crescimento sustentável do turismo no país;
- iii) Definir e comunicar uma visão clara sobre que turismo se pretende para Cabo Verde, em linha com a estratégia de desenvolvimento do país elaborada pelo Governo;
- iv) Estabelecer políticas e orientações estratégicas que norteiem programas de acção visando alcançar objectivos previamente definidos no sector do turismo, bem como identificar os recursos necessários para a sua materialização;
- v) Estabelecer mecanismos eficazes de monitorização e avaliação dos resultados da sua implementação.

Por outro lado, considerando-se a necessidade de se envolver todos os intervenientes e beneficiários directos e indirectos da actividade turística, no desafio de articular uma visão conjunta e una quanto ao futuro do turismo em Cabo Verde, constitui igualmente um objectivo primordial do Plano Estratégico a motivação e o engajamento de toda a sociedade neste desiderato, sem o qual torna-se naturalmente difícil, senão impossível, atingir os objectivos de sustentabilidade pretendidos.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Ilustração 1: Roteiro Metodológico



Para a elaboração do presente Plano, procurou-se seguir um roteiro metodológico que permitisse captar o máximo possível as sensibilidades e ambições dos diversos actores que intervêm directa ou indirectamente no turismo ou dele beneficiam, tendo como pano de fundo uma abordagem conceptual desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e utilizada no planeamento do turismo em várias regiões do Brasil.

Com base nos termos de referência e os objectivos pretendidos com a elaboração do Plano Estratégico, fornecidos pelo Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade (**1ª etapa**), foi apresentada pela equipa de consultores uma proposta de abordagem técnica e metodológica para a realização do trabalho, bem como o cronograma previsional e os recursos a serem afectos (**2ª etapa**). Nesta fase o mais importante foi a construção de um consenso em relação às principais directrizes e a metodologia seguida para a elaboração do presente *Plano Estratégico*.

A fase seguinte (**3ª etapa**) foi a realização de um primeiro *workshop* na Cidade da Praia, em Julho/2008, com a presença de representantes de organismos públicos e privados que intervêm directa ou indirectamente no sector do turismo, a saber:

- MECC – Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
- INE – Instituto Nacional de Estatísticas
- EHTV – Escola de Hotelaria e Turismo
- APTCV – Associação dos Profissionais do Turismo de Cabo Verde

- DGIE – Direcção Geral de Indústria e Energia
- DGT – Direcção Geral do Turismo
- DGA – Direcção Geral do Ambiente
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- DGC – Direcção Geral do Comércio
- INAG – Instituto Nacional de Administração e Gestão
- UNOTUR – União Nacional dos Operadores de Turismo
- MIT/DGI – Ministério de Infraestruturas e Transportes / Direcção Geral de Infraestruturas
- Banco Mundial
- Cooperação Luxemburguesa
- Cooperação Francesa
- Cabo Verde Investimentos
- Operadores Privados do Sector:
 - Cabetur
 - Executiv Tour
 - Hotel Atlântico
 - Magic Tours
 - Milénio Tour
 - Novatur
 - Pestana Hotel & Resorts
 - Sambala Developments
 - Santiago Golf Resort
 - Solatlântico

O referido *workshop* serviu não apenas para garantir um máximo de envolvimento de todos os *stakeholders* no processo de planeamento do turismo, mas também para recolha de subsídios e captação de anseios que poderiam ser reflectidos no *Plano Estratégico*. Os participantes foram divididos em 03 grupos de trabalho, para a análise do turismo em Cabo Verde a partir de 06 perspectivas: i) acessos; ii) infra-estruturas gerais; iii) infra-estruturas turísticas; iv) estrutura institucional; v) sustentabilidade; e vi) monitorização¹.

Na 4ª etapa, procedeu-se à análise e revisão dos estudos anteriores sobre o turismo em Cabo Verde, com destaque para o “*Cape Verde PMI Grant Thornton Tourism*”, bem como a avaliação da situação actual e da sua recente evolução, recorrendo-se a informações estatísticas de fontes internas e externas, entrevistas a entidades com responsabilidade na área e operadores privados, análise documental e outros, fazendo-se o seu devido enquadramento com a evolução do sector a nível mundial.

Na 5ª etapa, com base nos elementos de diagnóstico recolhidos nas fases anteriores, e procurando reflectir as ambições do *trade* turístico recolhidas no *workshop* de Julho/08, procedeu-se à discussão e consensualização do período de abrangência do *Plano Estratégico*, dos objectivos a serem fixados e das principais directrizes estratégicas de intervenção, num grupo restrito formado essencialmente por técnicos especialistas do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, representantes de operadores turísticos e outros, que para o efeito se reuniram na localidade de Rui Vaz, interior de Santiago, em 20/11/2008.

A discussão dos objectivos a alcançar e das orientações estratégicas a serem seguidas teve como base metodológica a abordagem conceptual de planeamento do turismo desenvolvida pela FGV-RJ, que tem como pressuposto central a avaliação e planificação do desenvolvimento do turismo a partir de 06 dimensões:

1) *Acesso*: A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como “actividade de pessoas viajando para ou permanecendo em lugares fora do seu entorno habitual, por não mais do que um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros objectivos”. Nesta perspectiva, o acesso torna-se naturalmente uma das dimensões mais importantes para o crescimento e desenvolvimento de um destino turístico, tendo em vista que sua escassez pode tornar mais difícil ou mesmo desestimular a ida do viajante para o destino planeado. No caso de Cabo Verde, em se tratando de um país insular, a questão do acesso deve ser abordada sob três perspectivas: (i) as condições de acesso dos turistas internacionais ao país; (ii) as condições de deslocação dos turistas entre as ilhas e (iii) as facilidades de acesso aos principais atractivos turísticos dentro de cada ilha.

2) *Infra-estrutura geral*: A capacidade de um destino turístico de atrair pessoas e negócios, de modo sustentável, está relacionada, entre outros factores, com a infra-estrutura local que lhe serve de suporte, destacando-se a saúde pública, o fornecimento de energia e água, comunicação e facilidades financeiras e segurança pública. Segundo a Organização Mundial do Turismo, actualmente o turista viaja em busca de novas experiências de vida e exige boas condições de segurança e de bem-estar. Assim sendo, a competitividade de um destino turístico depende não apenas da qualidade dos serviços ligados directamente ao turismo, mas também da qualidade dos serviços essenciais de utilidade pública. Enquadrado nesta dimensão analisamos a saúde pública, a energia e água, comunicação, facilidades financeiras e a segurança pública.

3) *Infra-estrutura turística*: Esta dimensão está subdividida em:

- a) Serviços e equipamentos turísticos - abarca sobretudo os meios de hospedagem, restaurantes, capacidade do turismo receptivo, qualificação profissional e qualidade de serviço, e sinalização turística.
- b) *Marketing* – inclui, entre outros, a avaliação e planificação do processo de fornecimento de informações e de persuasão dos potenciais turistas para visitarem o país.

¹Ver mais adiante a caracterização dessas dimensões.

4) *Estrutura Institucional*: A gestão das políticas públicas para o desenvolvimento do sector turístico deve ser elaborada e executada em diferentes esferas de governo: Central, Regional, Municipal e Internacional. Assim, torna-se naturalmente necessária uma coordenação a nível de todas essas esferas de governo e, ainda, entre estas e o sector privado, como forma de maximizar a eficiência e os rendimentos potenciais gerados pelo sector turístico. Entre outras questões, esta dimensão contempla a legislação turística e os incentivos fiscais para as actividades características de turismo, gestão institucional do turismo, conselhos regionais, grau de cooperação entre as várias instâncias governamentais ligadas directa ou indirectamente ao turismo, etc..

5) *Sustentabilidade*: O planeamento do turismo racional e eficiente não deve restringir-se aos benefícios económicos, mas também aos seus impactos sociais, ambientais e culturais. Em relação aos aspectos sociais, o turismo é uma actividade que pode gerar inclusão social, com emprego e uma melhoria na distribuição do rendimento, sendo que o estabelecimento de padrões sustentáveis de desenvolvimento vem merecendo, nos últimos anos, a atenção de todos os sectores da sociedade caboverdeana. A contribuição do sector de turismo nesse esforço é de grande relevância, a natureza e o meio ambiente são factores primordiais para um tipo de turismo que integre desenvolvimento socioeconómico e preservação ambiental. O factor cultural é igualmente importante para a competitividade do turismo em virtude da sua característica multifuncional e, bem planeado, pode actuar como atractivo para diversos nichos e contribuir para o desenvolvimento local.

3) *Monitorização do desempenho*: Esta dimensão avalia a forma como se monitoriza e se avalia (e com que frequência) a implementação dos planos e programas de desenvolvimento do turismo, e quais os resultados alcançados. Um plano de desenvolvimento turístico deverá ter mecanismos adequados de monitorização e avaliação periódica, com o objectivo de detectar quaisquer desvios que possam vir a ocorrer. Assim, a criação de um sistema de informações turísticas é de fundamental importância para que os órgãos gestores possam analisar e avaliar os resultados das suas acções. O sistema de informações turísticas deve permitir que o destino se adapte às mudanças do mercado, por meio de sua estratégia de *marketing*, além de permitir a análise do impacto económico, social e ambiental.

Ilustração 2: Dimensões do planeamento do turismo sustentável



Na fase seguinte (**6ª etapa**), procedeu-se à elaboração do primeiro *draft* contendo uma síntese do diagnóstico da situação do turismo actual, a visão do Governo no que respeita a que turismo se pretende para Cabo Verde, as propostas de objectivos a alcançar e os princípios norteadores, bem como as recomendações estratégicas advindas das contribuições dos participantes dos *workshops* realizados mas igualmente dos próprios consultores, com base na sua experiência técnica e na análise comparada com outras realidades.

As propostas apresentadas foram discutidas com o Governo (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade), socializadas no Conselho Nacional de Turismo realizada na Cidade Velha em 13 de Novembro de 2009 e aprovadas pelo Conselho de Ministros na sua reunião de 30 de Dezembro de 2009 (**7ª etapa**).

Esta versão final apresenta i) o diagnóstico do sector do turismo em Cabo Verde, ii) a visão do Governo quanto ao turismo pretendido e os princípios norteadores para o seu desenvolvimento, iii) os objectivos a alcançar, iv) as linhas-mestras de intervenção, estruturadas por dimensão de análise conforme metodologia acima referida, e v) os mecanismos de avaliação e monitorização. O documento deverá ser socializado e divulgado a partir do 3º trimestre de 2009, de forma a se cumprir um dos objectivos de elaboração do documento, que é a de comunicar e promover o alinhamento entre as formas de intervenção dos diversos actores que intervêm directa e indirectamente no turismo.

PARTE II

O TURISMO EM CABO VERDE: ONDE ESTAMOS?

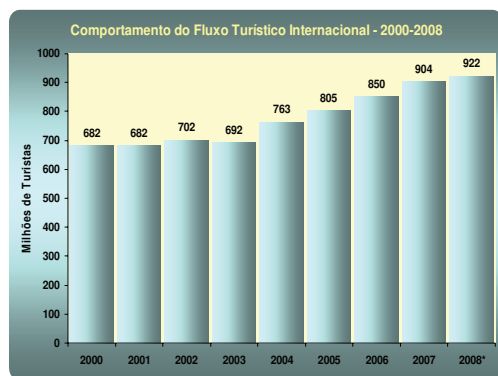
4. AINDÚSTRIA DO TURISMO: UM RETRATO ACTUAL

4.1. O Turismo no Mundo

Nos últimos anos, o sector de serviços tem apresentado um maior vigor e dinamismo na economia mundial. Entre 1950 e 2008, o fluxo de turistas no mundo aumentou de 25,3 milhões para 924 milhões, tendo as receitas com o sector crescido no mesmo período de USD 2,1 bilhões para USD 944 bilhões, correspondendo a 30% das exportações mundiais de serviços.

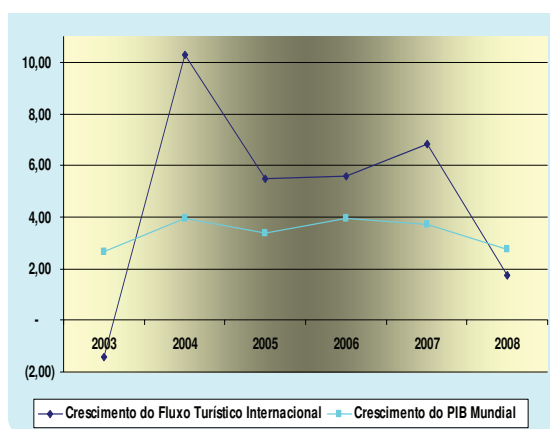
Ainda segundo dados da Organização Mundial de Turismo, apenas entre 2000 e 2008 as viagens internacionais cresceram 4,1% ao ano – como resultado do crescimento da economia mundial e da tendência de redução do custo das viagens aéreas – alcançando o total de 924 milhões de turistas no último ano e gerando um rendimento de aproximadamente US\$ 944 bilhões (€ 642 bilhões), o que significa que cada turista gerou 1.021 USD em receitas. Nesse contexto, o sector de turismo ganhou relevância, em virtude do seu papel no desenvolvimento, tanto económico (gerador de rendimento e empregos directos, indirectos e induzidos), quanto social.

Ilustração 3: Evolução do fluxo turístico internacional



Fonte: Organização Mundial do Turismo

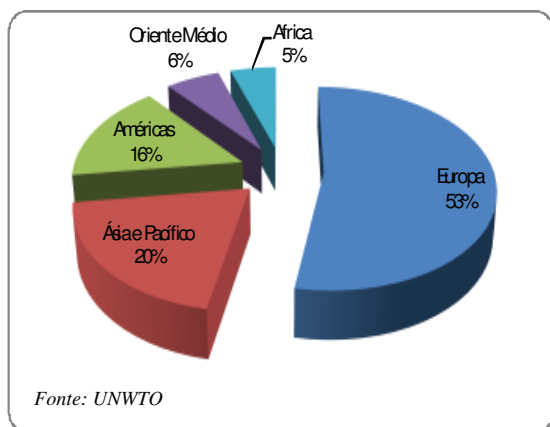
Ilustração 4: Evolução da taxa de crescimento do turismo mundial 2003-2008



Fonte: UNWTO / FMI

A Europa aparece incontestavelmente como a principal receptora de turistas no planeta. Do total de turistas que circularam pelo mundo em 2008, 487,9 milhões desembarcaram na Europa, 184 milhões na região Ásia e Pacífico, 147 milhões nas Américas, 55,6 milhões no Oriente Médio, e apenas 47 milhões (5,1%) dirigiram-se para a África, a região menos visitada.

Ilustração 5: Desembarque de turistas por regiões (2008)



Fonte: UNWTO

O tipo de turismo dominante à escala global é sem dúvida o denominado “turismo de sol e praia”, o que tende a privilegiar as porções de território que reúnem estas características, em detrimento das áreas interiores. Ligado intimamente ao turismo de massa, o turismo bal-

near é responsável pela atracção dos maiores fluxos de visitantes e tem o seu sucesso associado ao facto de ser a modalidade de turismo mais intensiva e, portanto, mais adequada à exploração industrial. Estudos efectuados em vários países indicaram que esta modalidade de turismo é especialmente sensível à variação do rendimento dos consumidores: o aumento de 1% no rendimento do turista significa um incremento de 1,76% na sua procura pelo turismo de sol e praia.

No entanto, nos últimos anos tem-se registado uma tendência de aumento da procura por outros tipos de turismo, outros destinos alternativos ao tradicional turismo de sol e praia, num movimento identificado como “interiorização do turismo”², nomeadamente o chamado “Turismo no Espaço Rural” (TER), mas igualmente o turismo cultural e o turismo desportivo. As pessoas hoje viajam mais para visitar sítios e monumentos com interesse histórico e/ou cultural, há igualmente um movimento crescente de pessoas por razões desportivas (muito por conta dos grandes eventos desportivos organizados anualmente) e a crescente globalização das empresas e organizações está a ter um impacto considerável no aumento das viagens de profissionais e no chamado turismo de negócios. Paralelamente, assiste-se a um aumento acentuado do movimento de pessoas para visitar familiares e amigos no exterior ou mesmo em outras partes do território nacional.

Esta diversificação quanto ao perfil do turista coloca desafios crescentes à indústria do turismo. Cada segmento, cada turista, tem necessidades específicas, vem de lugares e culturas específicas, com diferentes motivações e níveis de rendimento, que se deslocam a um determinado destino por um período que varia em média entre os 7 e os 15 dias.

Apesar da dificuldade de traçar exactamente o perfil do turista na actualidade – precisamente por causa da diversidade acima apontada – pode-se inferir algumas características comuns a determinados grupos, não obstante o risco de se criar estereótipos com este exercício. O turista do “sol e praia” normalmente aproveita pacotes completos de baixo e médio custo oferecidos por operadoras do segmento de turismo de massas, tende a ficar mais concentrado em grandes unidades hoteleiras, com relativamente pouco contacto com a população autóctone e dispende uma quantidade menor de dinheiro no país de acolhimento.

Contrariamente, estudos recentes da Organização Mundial do Turismo revelam que os turistas, especialmente oriundos de países europeus com destino aos países em desenvolvimento, tendem a escolher destinos onde podem viver experiências e aprender sobre a forma de viver da população local. Preferem hotéis simples, com atmosfera local; gostam de viajar de forma independente (fora dos pacotes turísticos); gostam de ter o máximo de contactos com os autóctones e conhecer as suas condições de vida. Este mercado em particular, que pode ser referido como o do turista cultural, vem crescendo em média 15% ao ano na última década, o que implica que os produtos tradicionais desenhados para o turismo de

²Spinoła, C. “O TURISMO NO FINAL DO SÉCULO XX”

massa, agora precisam de ser modificados para permitir uma maior interacção entre o turista e a população local. Durante esta interacção, ambas as partes devem aprender uma com a outra, de forma a fazer do turismo uma experiência memorável para todos³.

4.2. Efeitos da crise económico-financeira sobre o turismo internacional

Na altura em que se elabora o presente *Plano Estratégico do Turismo*, o mundo enfrenta a sua pior crise económica e financeira desde a Grande Depressão da década de 30 do século passado. A crise, que terá começado no mercado financeiro norte-americano ainda no segundo semestre de 2007, rapidamente se alastrou para os outros principais mercados financeiros dos países desenvolvidos, atingindo de seguida a economia real e transformando-se numa crise económica à escala global. A retracção do crédito e consequente redução do consumo levou a uma queda na procura, com impacto negativo na produção industrial e no comércio mundial, provocando um aumento substancial nas taxas de desemprego nas principais economias do mundo. Dados do FMI apontam que em 2008 a economia mundial (PIB real) cresceu apenas 3,2%, menos 2 pontos percentuais do que no ano anterior. As economias avançadas terão crescido apenas 1,1% (contra 3,6% em 2007) e as economias emergentes ou em desenvolvimento 5% (6,3% no ano anterior). As projecções para 2009 são ainda mais sombrias, com a previsão de uma contração da economia global em -1,3%, prevendo-se que os países emergentes tenham um decréscimo de -3,8% e os países em desenvolvimento cresçam apenas 1,9%. Os EUA, a maior economia do mundo, deverá registar uma retracção de -2,8%, e a União Europeia (um dos principais emissores de turistas à escala mundial) deverá contrair -4% em 2009⁴.

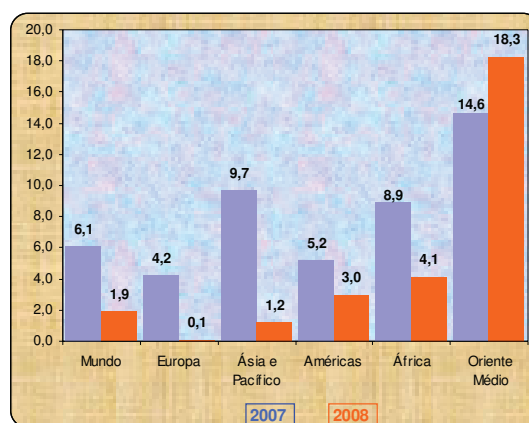
Este quadro acabou, naturalmente, por afectar o turismo mundial. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (UNWTO), o fluxo turístico internacional cresceu 6,82%, em 2007 mas apenas 1,9%, em 2008. No primeiro semestre deste ano o turismo havia registado um crescimento de 6% em comparação com o período homólogo de 2007, mas no segundo semestre declinaria 2%, quando os efeitos da crise passaram a ser sentidos com maior força.

Esta tendência de queda continua a ser registada nos primeiros meses de 2009. Entre os mais de 300 especialistas dos 100 países e territórios que constituem o painel de turismo do UNWTO apenas 57 sinalizaram que houve crescimento nos quatro primeiros meses de 2009. No agregado, entre Janeiro-Abril de 2009, o fluxo turístico internacional apresentou uma retracção de 8%. A Europa registou uma retracção de -10,4%, a Ásia e Pacífico de -6,1%, Américas de -5,4% e Oriente Médio de -18,1%. A África foi o único continente que apresentou crescimento do fluxo turístico (3%), no período.

Com o agravamento da situação, gerada pela Gripe Suína – A(H1N1) – a Organização Mundial do Turismo reviu as suas expectativas para 2009. No World Tourism

Barometer de Abril, a organização prognostica uma estagnação no fluxo turístico internacional em 2009, com possibilidade de ténue declínio (de -1% a -2%), dependendo da evolução da crise económica. No entanto, na sua divulgação de Junho, a previsão para 2009 é de retracção entre -6% e -4%, no turismo mundial. A Europa deverá ser a região mais afectada (retracção prevista entre -8% e -5%), uma vez que as economias de vários países já estão em recessão; as Américas também sofrerão forte retracção (entre -6% e 3%) devido aos efeitos da recessão e da gripe suína; na região da Ásia e do Pacífico, espera-se redução entre -4% e 1%; Médio Oriente entre -10% e 5% e apenas a África tem previsão de crescimento entre 1% e 5%.

Ilustração 6: Variação do desembarque internacional de turistas por regiões



Fonte: UNWTO

É importante ressaltar que no atual momento há uma incerteza adicional, associada à influência da Gripe A (H1N1). Com o seu alastramento – que já atingiu a situação extrema de pandemia mundial segundo a classificação da Organização Mundial da Saúde –, alguns países começam a emitir recomendações para evitar viagens para determinadas regiões. A consequência pode ser uma redução ainda maior no fluxo turístico internacional.

O continente africano poderá beneficiar-se, entretanto, desta situação, ampliando a sua participação no fluxo turístico mundial. Este cenário também é favorável a Cabo Verde, que até o momento (Julho/09) apresentou poucos casos desta gripe.

4.3. O Turismo em Cabo Verde

4.3.1. Caracterização geral do país

Cabo Verde é um pequeno arquipélago formado por 10 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e alguns ilhéus, localizado no Oceano Atlântico, a 500 milhas da costa do Senegal, e a 4hs de voo de Portugal. Descoberto em 1462 por navegadores portugueses a caminho das Índias, foi, nos primeiros séculos depois do descobrimento, um dos mais importantes entrepostos no comércio de escravos africanos, tendo sido aqui fundada a primeira cidade pelos europeus nesta região da África (Ribeira Grande de Santiago, hoje chamada Cidade Velha), cujas ruínas constituem hoje objecto de estudo e investigação e atractivo turístico importante na ilha de Santiago.

³Fonte: www.unwto.org

⁴Fonte: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/pdf/text.pdf> (FMI, World Economic Outlook Abril 2009)

O país tem um clima do tipo quente, subtropical seco, com uma temperatura média anual de 25°, características que conferem às ilhas – juntamente com a sua localização e a origem vulcânica – uma identidade geofísica rica, diversa e com acentuados contrastes paisagísticos: relevo acidentado e caprichoso e áreas completamente planas; paisagens verdejantes e paisagens áridas; extensas praias e encostas escarpadas; paisagens urbanas e cosmopolitas e paisagens rurais.

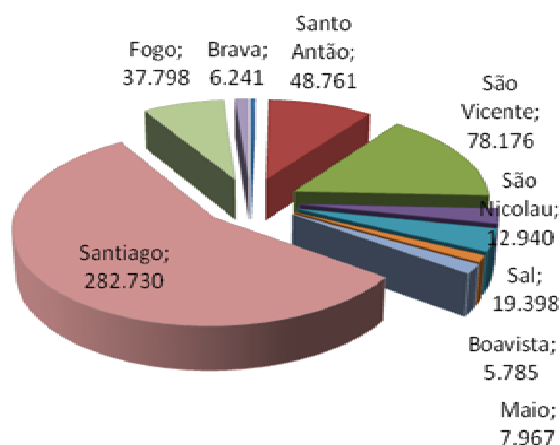
Estas condições naturais específicas, a par de uma cultura marcante e diversificada e de uma história rica, constituem um dos mais importantes atractivos do país no que diz respeito à sua competitividade como destino turístico, não obstante a sua fragilidade em termos de equilíbrio ambiental, que requer uma abordagem cuidadosa no quadro do desenvolvimento da actividade turística.

Com uma superfície de 4.033km², alberga um total aproximado de 500 mil habitantes (dados do INE, 2008), concentrados sobretudo nas ilhas de Santiago (282,7 mil), São Vicente (78,1 mil), Santo Antão (48 mil) e Fogo (37 mil). De destacar, entretanto, o forte ritmo de crescimento da população nas ilhas do Sal e Boavista, sobretudo estimulado pelo crescimento do turismo nessas ilhas.

A estrutura da população cabo-verdiana é marcada pela juventude (em 2008, 24% da população tinha menos de 15 anos e 59% tinha de 15 a 64 anos) e por agregados familiares numerosos (em média, 4,9 pessoas por família). O país regista igualmente um dos mais elevados indicadores de desenvolvimento social da África Sub-sahariana (IDHS de 0,705 em 2008), com 83% da população acima de 15 anos alfabetizada e esperança de vida de 71,3 anos⁵.

Em termos de organização administrativa, Cabo Verde divide-se actualmente em 22 concelhos, que se subdividem em freguesias e estas em povoados ou bairros. A Cidade da Praia é a Capital do país. Existem, no entanto, outras 5 cidades: Mindelo (na Ilha de São Vicente), São Filipe (na Ilha do Fogo), Assomada (na Ilha de Santiago), Porto Novo (na Ilha de Santo Antão) e Ribeira Grande (antiga Cidade Velha, na Ilha de Santiago).

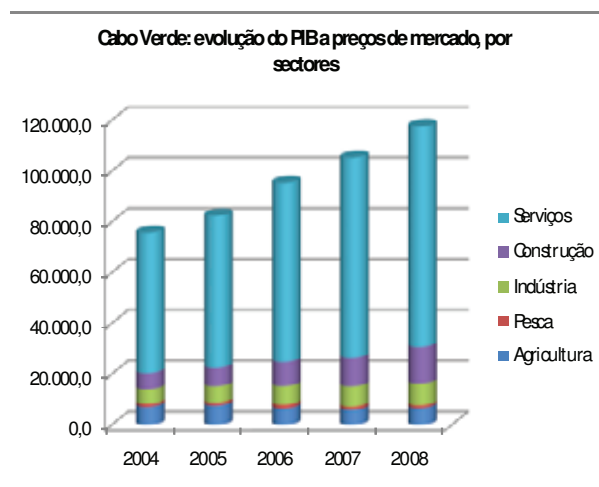
Ilustração 7: População de Cabo Verde, por ilha



Ascendido recentemente ao grupo dos Países de Rendimento Médio, Cabo Verde regista um ritmo sólido de

crescimento da economia desde a sua independência, com uma variação média anual de 7% ao ano nos últimos 10 anos, tendo atingido um PIB de 1.429,5 milhões USD em 2007 e um PIB per capita de 2.893 USD no mesmo ano.

Ilustração 8: Evolução do PIB por sectores



Fonte: BCV

Com uma economia baseada sobretudo no sector de serviços (66% do PIB em 2008), Cabo Verde tem que importar quase tudo o que consome, o que o torna num país bastante sensível a perturbações externas. Contudo, a estabilidade económica conquistada com a implementação de políticas macro-económicas prudentes e reformas estruturais especialmente a partir do início dos anos 90 do século passado, permitiu que o desempenho da economia de Cabo Verde nos últimos anos tenha sido bastante satisfatório, como se pode observar na evolução dos indicadores referidos na Tabela 1.

O sector de serviços (onde se inclui o turismo) vem crescendo sistematicamente nos últimos 5 anos, a uma média anual de 10,5%, puxado sobretudo pelo dinamismo do turismo. O sector de construção vem igualmente registando taxas de crescimento assinaláveis (média anual de 19,5% nos últimos 5 anos), igualmente como consequência do aumento dos investimentos no sector turístico, e do aquecimento no investimento público (infra-estruturas) durante o período.

Tabela 1: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos de Cabo Verde

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB corrente (Preço do mercado) em Milhares de Contos	69.380,3	72.758,1	79.526,7	82.086,5	89.196,2	103.869,8	115.567,9	130.418,8
PIB constante preço de 1980 em Milhares de Contos	19.468,1	20.496,5	21.456,4	22.374,7	23.833,1	26.409,6	28.243,0	30.428,1
Taxa de crescimento do PIB real	6,1	5,3	4,7	4,3	6,5	10,1	8,6	5,9
Taxa de cambio US\$	123,5	117,3	97,8	88,7	88,7	87,9	80,6	80,6
PIB em US\$	561.675.615,5	620.485.426,4	813.183.919,8	925.022.397,8	1.006.160.971,9	1.181.278.831,2	1.433.489.085,6	1.617.697.411,5
Projeção População	444.921,0	452.835,0	460.601,0	468.164,0	475.465,0	483.090,0	491.419,0	499.796,0
PIB per capita em US\$	1.262,4	1.370,2	1.765,5	1.975,9	2.116,2	2.445,3	2.917,0	3.236,7
Taxa de crescimento do pib per capita (em US\$)		8,5	28,8	11,9	7,1	15,6	19,3	11,0
PIB per capita (em milhares de escudos)	155,9	160,7	172,7	175,3	187,6	215,0	235,2	260,9
Taxa de crescimento do pib per capita (em CVE)		3,0	7,5	1,6	7,0	14,6	9,4	11,0

Fonte: INE

2001 - 2009 Contas Definitivas. Fonte: Instituto Nacional de Estatística
2008 e 2009 Projeções do INE para o PSI

Taxa de cambio médio mensal do Dólar - Fonte BCV
2008 - optou-se por deixar a mesma taxa de cambio que 2007

Rendimentos - fonte BCV

4.3.2. Caracterização das ilhas⁶

4.3.2.1. Santo Antão

Segunda maior ilha do país, com uma superfície de 779km², Santo Antão é conhecida sobretudo pela sua

⁶Fonte INE (dados sobre população, estabelecimentos hoteleiros, camas disponíveis, entradas de turistas e dormidas)

⁵Fonte: www.undp.org, consultado em 11/06/09

orografia montanhosa e paisagem exuberante, com vales profundos na parte norte da ilha e paisagens áridas na parte sul, influenciada pela sua posição em direcção do deserto do Sahara.

Dividida em 3 concelhos – Porto Novo, onde se localiza a cidade do mesmo nome, Ribeira Grande e Paúl – a ilha tem uma população total estimada em 48,1 mil habitantes, uma economia baseada sobretudo na agricultura, pecuária e pesca, sendo relativamente marginal a actividade industrial.

Tabela 2: Áreas protegidas da ilha de Santo Antão

Áreas Protegidas da ilha de Santo Antão	Area em hectares
Parque Natural Cova, Ribeira da Torre e R ^a Paul	3.217 ha
Parque Natural de Moroços	?
Parque Natural de Tope de Coroa	?
Paisagem Protegida das Pombas	?
Reserva Natural de Cruzinha	?

Com um potencial elevado para o ecoturismo e o turismo de montanha, a ilha de Santo Antão oferece todavia uma diversidade de atractivos turísticos, tais como a beleza paisagística dos vales e montanhas, excelentes para as práticas de *hicking*, *trekking*, *canyoning* e outras relacionadas, incluindo-se também excelentes condições para o turismo de desportos sub-aquáticos e investigação marinha. A ilha possui 5 áreas protegidas, os Parques Naturais de Cova-R^a da Torre-Paúl, Moroços e Tope de Coroa, a Paisagem Protegida das Pombas e a Reserva Natural de Cruzinha. Na parte sul da ilha, no concelho de Porto Novo, a paisagem agreste e do tipo lunar (particularmente na região do Planalto Norte) permite potencializar outros produtos turísticos, destacando-se por exemplo o turismo gastronómico (nas localidades de Lajedos e Norte, cujo queijo tradicional está catalogado como património mundial do gosto e consta do menu do Movimento *Slow Food*).

Entretanto a ilha enfrenta alguns constrangimentos que limitam a potencialização da actividade turística. Destacam-se a deficiente ligação às restantes ilhas do país (com um pequeno aeroporto inoperacional, Santo Antão possui apenas uma ligação marítima com a vizinha ilha de São Vicente, com um máximo de duas viagens diárias), a insuficiente cobertura territorial em termos de vias de acesso que permitam uma melhor exploração de toda a ilha para o turismo, não obstante os investimentos em estradas previstos ou em execução, e a inadequação das infra-estruturas gerais e das infra-estruturas turísticas (em termos quantitativos e qualitativos).



Area.....	779 km ²
População (est. 2008).....	48.771
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008)...	20 (3 hotéis, 9 pensões, 8 residenciais)
Nº de camas disponíveis (2008).....	448
Nº de turistas (2008).....	8.926
Nº de dormidas (2008).....	18.529
Produtos turísticos potenciais.....	Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (aventura, trekking, canyoning, voo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Principais constrangimentos.....	Acessos; ligação a outras ilhas; rede de estradas; infra-estruturas gerais e turísticas; falta de planeamento integrado.

4.3.2.2. São Vicente

Conhecida como “a ilha do Porto Grande” por albergar o maior porto do país, construído na Baía do mesmo nome – considerada uma das 10 baías mais belas do mundo – a ilha de São Vicente teve a sua história recente quase sempre atrelada à dinâmica do porto. Importante entreposto carvoeiro no século XIX e primeiro quartel do século XX, desempenhou, por isso, igualmente o papel de “principal porta de contacto entre Cabo Verde e o mundo”, conferindo à ilha e particularmente à cidade do Mindelo uma peculiaridade e um cosmopolitismo que ainda hoje se faz sentir, quer seja na arquitectura, na música, na cultura, na gastronomia, etc..

Com uma população estimada em aproximadamente 78 mil habitantes em 2008, gravitando sobretudo à volta do sector de prestação de serviços, São Vicente apresenta uma oferta turística bastante diversificada, onde se destacam o turismo de praia (nas belas praias da Laginha, logo no centro da Cidade, e nas de Baía das Gatas, Calhau e São Pedro), o turismo cultural, com realce para o famoso Carnaval, o Festival de Música de Baía das Gatas, organizada anualmente nesta praia, os festivais de teatro Mindelact e Setembro Mês do Teatro, e o tradicional *Reveillon*, o turismo de mergulho/sub-aquático e desportos náuticos e o turismo de natureza. Acresce-se ainda as potencialidades oferecidas ao turismo de natureza pelo Parque Natural de Monte Verde (800ha), de onde também se pode ter belíssimas vistas panorâmicas de quase toda a ilha.

Dada a complementaridade, em termos de oferta turística, com a vizinha ilha de Santo Antão (que dista apenas 1 hora de barco), nos últimos tempos vem-se desenhando uma tendência de oferta de pacotes integrados englobando essas duas ilhas, tendência esta que poderá ser potencializada, por exemplo, através da melhoria das ligações entre elas.

Recentemente, este potencial turístico tem atraído a atenção de vários investidores, prevendo-se a implementação de grandes projectos na ilha, principalmente nas localidades de Baía das Gatas, Salamansa, São Pedro, Calhau e Saragaça, além do Centro da Cidade, estimulados ainda pela abertura do aeroporto internacional

prevista para 2009 e pelos investimentos recentes na rede viária. Apesar de algum esmorecimento derivado da crise económica mundial, acredita-se que a implementação desses projectos irá trazer uma nova dinâmica à região norte do país, beneficiando não apenas a ilha de São Vicente mas, por arrastamento, as ilhas de Santo Antão e São Nicolau.

Entretanto, alguns pontos de estrangulamentos precisam ser resolvidos ou minimizados. Nomeadamente a nível da ligação com o exterior e com as restantes ilhas (abertura do aeroporto internacional, melhoria das ligações aéreas e marítimas com outras ilhas), melhor planeamento e promoção integrada da oferta turística de São Vicente, qualificação de mão de obra, etc..



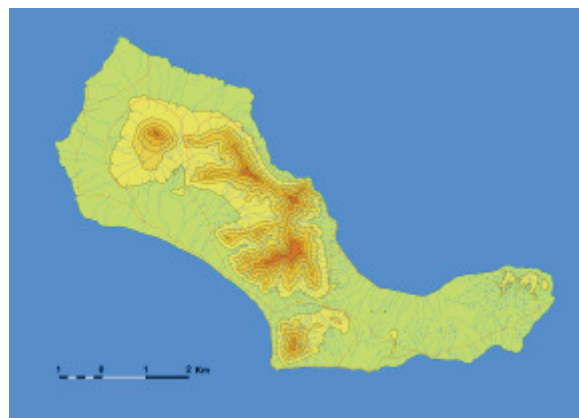
Area.....	227 km ²
População (est. 2008).....	78.179
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	24 (3 hotéis, 7 pensões, 1 pousada, 1 hotel-apartamento, 1 aldeamento e 11 residenciais)
Nº de camas disponíveis (2008).....	789
Nº de turistas (2008).....	25.381
Nº de dormidas (2008).....	66.029
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & praia; Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, visitas técnicas).
Principais constrangimentos.....	Acessos; ligação a outras ilhas; ausência de planeamento e promoção integrada da oferta turística da ilha.

4.3.2.3. Santa Luzia

Com uma área de 35km², Santa Luzia é uma pequena ilha deserta localizada entre São Vicente e São Nicolau, que serve sobretudo como base de apoio esporádico a pequenos pescadores das comunidades piscatórias de Calhau e São Pedro (na ilha de São Vicente) e de Sinagoga (ilha de Santo Antão).

Habitat de espécies raras e endémicas, sobretudo de aves marinhas, a ilha foi declarada Reserva Natural em

1990, constituindo assim um importante potencial para o turismo de observação de animais, juntamente com a Reserva Integral dos ilhéus Branco e Raso, nas suas proximidades.



Area.....	35km ²
População (est. 2008).....	0
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	0
Nº de camas disponíveis (2008).....	0
Nº de turistas (2008).....	0
Nº de dormidas (2008).....	0
Produtos turísticos potenciais.....	Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna e flora, ornitologia) e Turismo Desportivo (mergulho).
Principais constrangimentos.....	Acessos; ligação a outras ilhas.

4.3.2.4. São Nicolau

Considerada o “berço da intelectualidade caboverdeana” por ter sido ali construído o primeiro seminário-liceu do país em 1866 (o Seminário São José, extinto, no entanto, em 1917), a ilha destaca-se igualmente pela sua orografia de vales profundos e montanhas imponentes, culminando no famoso Monte Gordo, declarado Parque Natural em 2003. Habitat de espécies botânicas endémicas e raras, o Parque Natural de Monte Gordo (3.500ha) constitui uma das principais atracções da ilha de São Nicolau – juntamente com a Reserva Natural de Alto do Monte das Cabaças -, complementando a oferta turística diversificada que inclui ainda o turismo de mergulho, o turismo histórico-cultural, o eco-turismo/turismo de natureza e o turismo de saúde (beneficiando-se das famosas praias de areia negra na região de Tarrafal, passíveis de serem utilizadas para fins terapêuticos).

Com dois centros urbanos principais – a antiga Vila de Ribeira Brava, caracterizada pela sua arquitectura do tipo colonial/português, pelas suas ruas estreitas e pelos seus edifícios emblemáticos e históricos, e a mais recente Vila do Tarrafal onde se localiza o porto da ilha e a famosa fábrica “Ultramarina”, de processamento e conservação de pescado – São Nicolau alberga uma população de aproximadamente 12.900 habitantes, que se dedicam principalmente à agricultura, à pesca e ao comércio.

O relativo isolamento da ilha devido às deficientes ligações áreas e marítimas com as outras ilhas tem condicionado, no entanto, o desenvolvimento do turismo em São Nicolau. A par disso, a insuficiência de infra-es-

truturas turísticas e deficientes infra-estruturas gerais, a par de algum défice na sua promoção como destino turístico, tem contribuído igualmente para que a ilha pouco se beneficie do crescimento do fluxo de turistas para o país, tendo recebido em 2008 apenas 0,4% dos turistas que visitaram o país (aproximadamente 1.200 dos 333.354 turistas).



Área.....	388km ²
População (est. 2008).....	12.940
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	6 (4 pensões, 1 pousada, 1 residencial)
Nº de camas disponíveis (2008).....	77
Nº de turistas (2008).....	1.293
Nº de dormidas (2008).....	4.671
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & Praia, Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (aventura, trekking, canyoning, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Principais constrangimentos.....	Acessos; ligação a outras ilhas; equipamentos turísticos e infra-estrutura geral; promoção.

4.3.2.5. Sal

A ilha mais plana do país, caracterizada por extensas praias de areia branca e águas transparentes, com condições excelentes para o turismo balnear e desportos náuticos, onde se destacam o *surf* e o *windsurf*, o mergulho e a pesca submarina. Com um ecossistema todavia frágil, várias áreas da ilha foram (ou estão em vias de ser) declaradas áreas protegidas que, no entanto, se geridas convenientemente, podem complementar a oferta turística da ilha.

Com uma população residente de aproximadamente 19.000 habitantes, espalhados pelos 4 principais centros da ilha (Espargos, Santa Maria, Palmeiras e Pedra de Lume), a ilha recebe, no entanto, mais de 50% dos turistas que anualmente demandam o país, além do influxo de trabalhadores de outras ilhas e do continente atraídos pelo crescimento da indústria turística.

Tabela 3: Áreas protegidas da ilha do Sal

Áreas Protegidas da ilha do Sal	Área em hectares
Reserva Natural de Rabo de Junco	151 ha
Reserva Natural de Ponta de Sino	89 ha
Reserva Natural Costa de Fragata	351 ha
Reserva Natural Serra Negra	335 ha
Reserva Natural Marinha Baía da Murdeira	2066 ha
Monumento Natural Morrinho de Açúcar	5 ha
Monumento Natural Morrinho do Filho	13 ha
Paisagem Protegida das Salinas de Pedra Lume e Cagarral	806 ha
Paisagem Protegida do Monte Grande	1320 ha
Paisagem Protegida das Buracona-Ragona	518 ha
Paisagem Protegida da Salinas de Santa Maria	78 ha

A construção do primeiro (e até Novembro de 2005, único) aeroporto internacional do país, permitiu que a ilha do Sal se posicionasse historicamente como o primeiro destino turístico de Cabo Verde, impulsionando a construção de infra-estruturas hoteleiras e, recentemente, o desenvolvimento de projectos imobiliário-turísticos de médio e grande porte que já cobrem uma parte considerável da ilha, especialmente nos arredores da região turística de Santa Maria. Na ilha do Sal estão localizados 15 dos 40 hotéis existentes em Cabo Verde, incluindo 2 hotéis do Grupo Riu, e 51% de todas as camas disponíveis no país (INE, 2008).

No entanto, o crescimento não planeado e algo desenfreado do turismo e da imobiliária turística na ilha, estimulado pelo aumento da visibilidade de Cabo Verde como destino turístico e como *hotspot* de investimentos no sector, tem tido alguns efeitos menos positivos, nomeadamente a nível da desadequação da infra-estrutura geral e das infra-estruturas turísticas ao aumento dos fluxos turísticos, o crescimento acelerado dos centros urbanos, o surgimento/aumento de alguns problemas sociais e ambientais, o problema do alojamento/habitação para a população de baixo rendimento, etc..

A agravar esta situação, a crise mundial começa a afectar o sector imobiliário-turístico pelo menos desde o segundo semestre de 2008 na ilha, o que, a par da abertura do aeroporto internacional da Boavista e do consequente desvio de boa parte do fluxo turístico para esta ilha, vem tendo reflexos bastante negativos no ritmo de crescimento do sector no Sal, com consequências no nível de emprego e geração de rendimento.



Área.....	216 km ²
População (est. 2008).....	19.398
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	34 (15 hotéis, 7 pensões, 1 pousada, 4 hotéis-apartamento, 1 aldeamento, 6 residenciais)
Nº de camas disponíveis (2008).....	5.838
Nº de turistas (2008).....	190.137
Nº de dormidas (2008).....	1.347.076
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos).
Principais constrangimentos.....	Deficiente planeamento do turismo, infra-estruturas gerais (saúde, segurança, energia e água), mão de obra qualificada, impacto da actual crise do sector.

4.3.2.6. Boa Vista

Terceira maior ilha do país, com uma orografia marcada sobretudo por extensas praias de areia branca, e por planícies de dunas e tamareiras, a Boavista é considerada a ilha com o maior potencial para o turismo balnear em Cabo Verde. Paralelamente, o seu fundo marinho rico e diversificado, com águas límpidas e transparentes, bancos de corais e restos de navios naufragados, constitui uma importante atracção para o turismo de mergulho e a pesca desportiva. Também na ilha se encontram 14 das 47 áreas protegidas de Cabo Verde, que podem contribuir para diversificar a sua oferta turística.

Tabela 4: Áreas protegidas da ilha da Boa Vista

Áreas Protegidas da ilha da Boavista	Área em hectares
Parque Natural do Norte	16489 ha
Reserva Natural de Boa Esperança	3968 ha
Reserva Natural de Ponta do sol	456 ha
Reserva Natural Tartarugas	1259 ha
Reserva Natural de Morro de Areia	2100 ha
Reserva Natural Integral Ilheus Baluarte	7,65 ha
Reserva Natural Integral Ilheus dos Passaros	0,68 ha
Reserva Natural Integral Ilheus do Curral Velho	43,67 ha
Monumento Natural Monte Santo Antonio	457 ha
Monumento Natural Ilheu de Sal Rei	89,97 ha
Monumento Natural Monte Estancia	736 ha
Monumento Natural Rocha Estancia	253 ha
Paisagem Protegida do Monte Caçador e Pico Forçado	3365 ha
Paisagem Protegida de Curral Velho	1636 ha

A ilha conta com uma população de 5.785 habitantes permanentes, com uma tendência de aumento acelerado devido à atracção crescente de mão-de-obra das outras ilhas e do continente, para o sector do turismo. Relativamente menos conhecida do que o Sal até há bem pouco tempo, devido, em parte, às dificuldades de acesso (deficientes ligações aéreas e marítimas com as restantes ilhas), a abertura do aeroporto internacional em Novembro de 2007 veio, no entanto, dar uma maior visibilidade à ilha da Boavista, atraindo investimentos e operadores de classe mundial. Em 2008 o fluxo de turistas para a ilha registou um incremento de 113% (de 15.533 em 2007 para 33.135 em 2008), passando a sua participação no todo nacional, de 5% para 10% (Fonte: INE).

Para se garantir um melhor planeamento do desenvolvimento turístico na ilha, foi criada em 2005 a SDTIBM (Sociedade de Desenvolvimento do Turismo das Ilhas de Boavista e Maio), sociedade de capitais públicos constituída pelo Estado e pelos Municípios da Boavista e do Maio, com o objectivo de levar a cabo "a prática dos actos de gestão, planeamento, licenciamento, fiscalização, execução e transacção dos terrenos integrados nas Zonas Turísticas Especiais das Ilhas de Boa Vista e Maio, sendo responsável pela instalação, gestão e exploração de infra-estruturas, equipamentos e serviços que sirvam as aludidas zonas e o desenvolvimento harmonioso e sustentável em todo o território das referidas ilhas" (Fonte: www.sdtibm.cv, consultada em 01/07/09).

Apesar do esforço de planeamento do turismo na ilha, Boavista enfrenta ainda alguns constrangimentos, nomeadamente no que respeita às ligações marítimas

e aéreas com as outras ilhas, a deficiente rede viária, o fornecimento de energia e água (em vias de ser resolvido, entretanto, com a entrada em funcionamento da empresa Águas e Energia da Boavista), a deficiente mão-de-obra devidamente qualificada para o sector, etc.



Área.....	620 km ²
População (est. 2008).....	5.785
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	19 (4 hotéis, 3 pensões, 3 hotéis-apartamento, 2 aldeamentos, 7 residenciais)
Nº de camas disponíveis (2008).....	2.692
Nº de turistas (2008).....	33.135
Nº de dormidas (2008).....	238.720
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe).
Principais constrangimentos.....	Acesso/ligação com outras ilhas; infraestruturas gerais (saúde, segurança, energia e água), mão de obra qualificada.

4.3.2.7. Maio

Chamada também "a ilha tranquila" pela sua pacatez, baixa densidade populacional e imensidão deserta das suas praias, a ilha do Maio caracteriza-se igualmente por uma orografia plana, com poucas elevações montanhosas, extensas praias de areia branca e água cristalina, com um potencial elevado para o turismo balnear e de desportos náuticos, a pesca desportiva, o mergulho e o turismo de natureza, podendo-se ainda acrescentar o turismo de saúde, passível de ser explorado nas suas extensas salinas. Possui igualmente várias áreas protegidas para salvaguardar o frágil ecossistema da ilha.

Tabela 5: Áreas protegidas da ilha da Maio

Áreas Protegidas da ilha do Maio	Área em hectares
Parque Natural Barreiro e Figueira	1079 ha
Reserva Natural de Terras salgadas	5849 ha
Reserva Natural de Casas velhas	137 ha
Reserva Natural de Lagoa do Cimidor	50 ha
Reserva Natural da Praia do Morro	21 ha
Paisagem Protegida da Salinas de Porto Inglês	337 ha
Paisagem Protegida do Monte Penoso e Monte Branco	1117 ha
Paisagem Protegida do Monte Santo Antonio	881 ha

Com uma população de aproximadamente 7.900 habitantes, dispersa entre a Vila do Porto Inglês e pequenos

povoados no interior, que se dedica sobretudo à pesca, à agricultura e pecuária, à indústria extractiva (sal, carvão) e ao comércio, a ilha de Maio dista apenas 3hs de barco ou 15mn de vôo da capital do país (Praia, na ilha de Santiago), aspecto que não tem sido devidamente aproveitado para potencializar sinergias entre essas duas ilhas.

Não obstante o seu potencial como destino turístico, a ilha do Maio tem tido até agora uma participação pouco expressiva no quadro geral do turismo no arquipélago, tendo recebido em 2008 apenas 539 turistas, correspondente a 0,2% do fluxo total. Tal situação deve-se sobretudo às deficientes ligações com as outras ilhas (aéreas e marítimas), à insuficiência de infraestruturas turísticas, às deficiências na infraestruturas gerais e à quase ausência da promoção da ilha, quer a nível interno quer a nível do mercado externo.



Área.....	269 km ²
População (est. 2008).....	7.967
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	4 (1 hotel, 1 pensão, 1 aldeamento e 1 residencial)
Nº de camas disponíveis (2008).....	147
Nº de turistas (2008).....	539
Nº de dormidas (2008).....	2.311
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe).
Principais constrangimentos.....	Acesso/ligação com outras ilhas; infraestruturas gerais (saúde, segurança, energia e água), mão de obra qualificada; promoção.

4.3.2.8. Santiago

Maior ilha do arquipélago e primeira a ser povoada, a ilha de Santiago desempenhou um papel importante na história do país e até da região, que lhe conferiu elementos específicos e uma importante diversidade do ponto de vista sociológico, cultural, arquitectónico e paisagístico. Um dos primeiros entrepostos comerciais no comércio de escravos entre o continente africano e as Américas, aqui foi fundada por colonos portugueses, no Século XV, a primeira cidade de origem europeia nesta região – a Cidade de Ribeira Grande de Santiago, hoje conhecida por Cidade Velha. Pela importância histórica desta cidade e, sobretudo, pela riqueza e simbolismo dos

seus vários monumentos (onde se destacam a Fortaleza de São Filipe, as ruínas da Sé Catedral, o Pelourinho, o antigo Convento de São Francisco, a Igreja de N^a Sra. do Rosário – a mais antiga igreja colonial do mundo, construída em 1465 - e outros), a Cidade Velha foi reconhecida em Junho de 2009 como Património da Humanidade pela UNESCO⁷, o que deverá alavancar ainda mais o fluxo de turismo para a ilha.

Para além do turismo cultural (onde se destacam igualmente manifestações tradicionais como o *batuque* e a *tabanka*), a ilha de Santiago – que alberga ainda a capital e centro político, administrativo e económico do país, a Cidade da Praia - oferece igualmente enormes potencialidades para o turismo de natureza, o turismo balnear (especialmente na região norte do país, como na bela enseada do Tarrafal, onde se localiza também o tristemente célebre campo de concentração do mesmo nome, antiga prisão para dissidentes políticos do regime colonial português), o turismo de mergulho para exploração da rica fauna e flora marinha e de vestígios de naufrágios, e o turismo “MICE” (*Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions*). Os Parques Naturais de Serra Malagueta e de Pico de Antónia constituem igualmente importantes atractivos turísticos da ilha, pela sua diversidade paisagística e ambiental e pelo potencial de exploração de actividades relacionadas com o chamado turismo de natureza.

Com uma população de 282 mil habitantes (mais de 50% do total do país) e uma área de 991 km², a ilha enfrenta, no entanto, alguns constrangimentos que limitam o desenvolvimento de todo o seu potencial turístico, destacando-se a insuficiência de infra-estruturas turísticas (a ilha conta neste momento, apenas com 2 hotéis de médio porte na Cidade da Praia, e outras unidades de menor dimensão), infraestruturas gerais não preparadas para o desenvolvimento turístico (saúde, segurança, fornecimento de energia e água, saneamento), insuficiência de mão-de-obra qualificada para o turismo, deficiente promoção/comunicação dos atractivos turísticos da ilha, etc.



Área.....	991 km ²
População (est. 2008).....	282.730
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	36 (13 hotéis, 10 pensões, 3 pousadas, 3 hotéis-apartamento, 1 aldeamento e 6 residenciais)

⁷Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/1310>, site consultado em 07/07/2009

Nº de camas disponíveis (2008).....	1.187
Nº de turistas (2008).....	67.107
Nº de dormidas (2008).....	137.063
Produtos turísticos potenciais.....	Sol & praia; ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, trekking, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, compras, mega-eventos, visitas técnicas).
Principais constrangimentos.....	Insuficiência de infra-estruturas turísticas; desadequação de infra-estruturas gerais ao desenvolvimento do turismo (saúde, segurança, etc.), mão-de-obra não qualificada, deficiente promoção.

4.3.2.9. Fogo

Conhecida como a “ilha do vulcão”, por albergar o único vulcão ainda em actividade em Cabo Verde (a última erupção aconteceu em 1995), a ilha do Fogo possui uma orografia singular, de formato cónico, cujo elemento central é a enorme cratera de onde emerge o pico do vulcão, a 2.829 metros acima do nível do mar – o ponto mais alto de todo o arquipélago. A cratera de Chã das Caldeiras, com 8km de diâmetro, coberta aqui e ali de vestígios de lavas de várias das erupções anteriores, o micro-clima que permite a produção de um dos vinhos mais famosos do país – as marcas “Chã” e “Sodade”, além do tradicional “Manecon” -, e ainda o perímetro florestal de Monte Velha, com a sua rica biodiversidade, constituem um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo de natureza e do turismo gastronómico. Esta região foi designada como área protegida – o Parque Natural de Bordeira/Chã das Caldeiras/Pico Novo, com 6.600ha – como forma de garantir a sua preservação e a sua potencialização para o turismo de forma sustentável e equilibrada.

As especificidades da evolução histórica da ilha conferiram-lhe características ímpares do ponto de vista sócio-demográfico, cultural e arquitectónico, destacando-se a beleza paisagística da Cidade de São Filipe com os seus típicos “sobrados” – construções do tipo colonial, *ex-libris* da cidade – e importantes manifestações culturais como as festas da Bandeira, etc.. A orla marítima, com praias de areia negra (como a praia de Bila Baixo em São Filipe) e águas profundas e ricas em biodiversidade oferece igualmente boas oportunidades para o desenvolvimento de actividades turísticas de mergulho, pesca submarina e turismo medicinal.

Com uma população a rondar os 38 mil habitantes distribuída pelos seus 3 Concelhos, com acentuada dependência da emigração (sobretudo para os EUA), a ilha do Fogo depara-se, contudo, com alguns estrangulamentos importantes que limitam a exploração de todo o seu potencial turístico. Entre estes, destaca-se a deficiente ligação com as outras ilhas (quer por via aérea quer marítima), a insuficiência de infra-estruturas gerais e

turísticas, a deficiência de mão-de-obra qualificada e a ausência de uma estratégia concertada de promoção e desenvolvimento turístico da ilha.



Área.....	476 km ²
População (est. 2008).....	37.798
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	10 (1 hotel, 7 pensões, 1 pousada, 1 hotel-apartamento)
Nº de camas disponíveis (2008).....	194
Nº de turistas (2008).....	6.699
Nº de dormidas (2008).....	12.231
Produtos turísticos potenciais.....	Ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Principais constrangimentos.....	Ligação a outras ilhas, acessos internos, insuficiência de infra-estruturas turísticas, deficiente promoção, falta de mão-de-obra qualificada.

4.3.2.10. Brava

A ilha da Brava é, pelo menos por enquanto, a ilha mais isolada do país. Sem um aeroporto funcional, e sem ligações marítimas regulares, o seu desenvolvimento em geral (e do turismo em particular) vem sendo fortemente afectado por este condicionalismo. Entretanto, prevê-se a entrada em funcionamento, ainda em 2009, de uma companhia de navegação que garantirá a ligação regular desta ilha com outros pontos do território, o que poderá contribuir para uma maior participação no fluxo de turistas (que em 2008 não passou de 0,04% do total).

Conhecida popularmente por “a ilha das flores”, devido à sua beleza paisagística propiciada pelo micro-clima de regiões elevadas, a ilha se destaca igualmente pela elegância arquitectónica das suas construções típicas, pela sua cultura e tradição musical (berço de um dos maiores compositores de mornas na história de Cabo Verde – Eugénio Tavares), e pela ligação estreita das suas gentes com os Estados Unidos da América, na sequência das correntes migratórias para este país, iniciadas ainda no século XIX para as míticas pescas da baleia nos mares do norte.

Com um potencial assinalável para o turismo de natureza, o turismo histórico-cultural e o turismo de mergulho, a ilha Brava pode ser também promovida – a

par da ilha do Fogo – como destino para um segmento específico de turismo, as 2^{as} e 3^{as} gerações de emigrantes caboverdeanos residentes na diáspora, especialmente nos EUA, com propensão crescente para a procura das suas origens.

No entanto, a par da deficiente ligação com as outras ilhas, a Brava sofre igualmente de insuficiências de infra-estruturas gerais e infra-estruturas turísticas, bem como de mão-de-obra qualificada, que constituem gargalos importantes ao desenvolvimento do turismo nesta ilha.



Área.....	67 km ²
População (est. 2008).....	6.241
Nº de estabelecimentos hoteleiros (2008).....	5 (3 pensões, 1 pousada, 1 residencial)
Nº de camas disponíveis (2008).....	48
Nº de turistas (2008).....	137
Nº de dormidas (2008).....	566
Produtos turísticos potenciais.....	Ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Principais constrangimentos.....	Ligação com outras ilhas, insuficiência de infra-estruturas turísticas, deficiente promoção, falta de mão-de-obra qualificada.

4.3.3. Análise do turismo em Cabo Verde

4.3.3.1. História e evolução

Pode-se dizer que o turismo em Cabo Verde teve o seu início ainda na década de 60 do século passado, após a construção do aeroporto internacional na ilha do Sal. A construção da então Pousada Morabeza (hoje Hotel com o mesmo nome) pela família belga Vynkier em 1967 marca o arranque da ilha do Sal como destino turístico, sobretudo do turismo balnear (devido às extensas praias abundantes na ilha) e dos desportos náuticos, que viria a acelerar-se com a estadia dos tripulantes da South African Airways que escalava a ilha, com muitos vôos em direcção à Europa e EUA. Em 1986 foi inaugurado o Hotel Belorizonte, do Estado cabo-verdiano, e explorado pela rede NOVOTEL da Accord (francesa). Foi o início de alguma formação na área de hotelaria e o hotel viria a funcionar quase como um viveiro de quadros médios e baixos para toda a hotelaria e restauração de então. A

imobiliária turística arranca igualmente na ilha do Sal, com a actuação de investidores sobretudo italianos (entre os quais os fundadores do actual Grupo Stefaninna), e também de investidores nacionais, que em 1991 fundam a empresa Turim para a construção de um aldeamento na baía da Murdeira⁸.

No entanto, o crescimento do sector turístico como actividade económica relevante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde é bastante recente (anos 90 do século passado), impulsionado por diversos factores onde podemos destacar a crescente visibilidade conferida pelo fenómeno *Cesária Évora*, a “descoberta” das ilhas por investidores do sector, primeiro portugueses e italianos, seguida depois por espanhóis e ingleses, a própria assumpção pelos sucessivos governos desde então, do turismo como uma das principais alavancas da economia cabo-verdeana, etc..

Nos últimos 8 anos, o número de turistas em Cabo Verde cresceu a uma média de 11,4% ao ano – taxas superiores ao crescimento do turismo mundial – tendo passado de 145.000 turistas em 2000 para 333.354 em 2008. No mesmo período, as dormidas aumentaram de 684,7 mil para 1,8 milhões, um crescimento anual médio de 14,5% no período em referência.

Em 2008, não obstante os efeitos negativos da crise sobre o turismo mundial, Cabo Verde registou um aumento de 7% no fluxo de turistas em relação ao ano anterior, um crescimento, entretanto, inferior à média registada nos últimos anos. Por seu lado, o número de dormidas aumentou 27% em relação a 2007, como resultado do aumento da estadia média de 4,3 para 5,2 dias em 2008.

Tabela 6: Evolução de hóspedes e dormidas 2000 - 2008

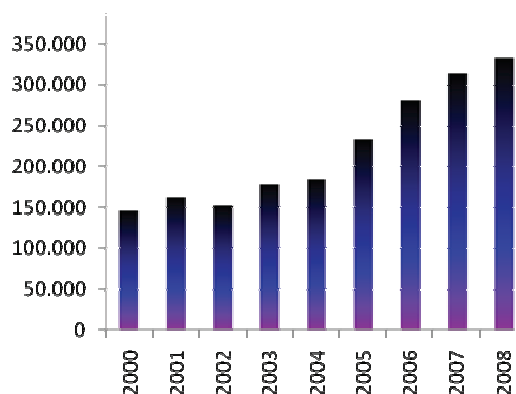
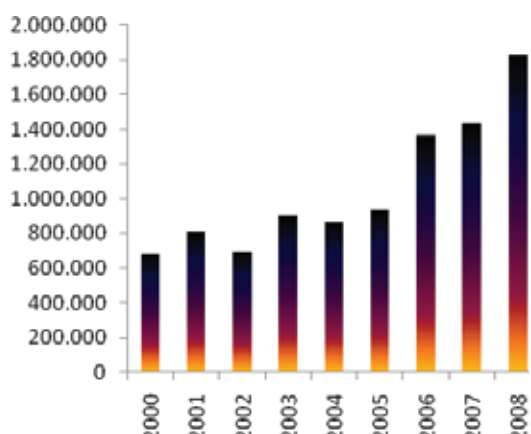
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Hóspedes	145.076	162.095	152.032	178.379	184.738	233.548	280.582	312.880	333.354
Dormidas	684.733	805.924	693.658	902.873	865.125	935.505	1.368.018	1.432.746	1.827.196

Fonte: INE

Contudo, apesar da diversidade em termos de produtos turísticos que Cabo Verde apresenta, nem todas as ilhas se têm beneficiado desta dinâmica. De facto, constata-se que em 2008 94,7% do fluxo de turismo concentra-se em 4 ilhas, a saber Sal (57%), Santiago (20,1%), Boa Vista (9,9%) e São Vicente (7,6%). De realçar o crescimento do fluxo para a ilha da Boa Vista, que aumentou 4,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior, fruto da abertura do aeroporto internacional na ilha em Novembro de 2007.

Tal desequilíbrio resulta, sobretudo, das dificuldades nas ligações aéreas e marítimas entre as ilhas (insuficiência de ligações, preços elevados, desarticulação entre horários com impacto no tempo morto gasto em viagens, etc.), da insuficiência de infra-estruturas turísticas em algumas das ilhas e da deficiente promoção de todas as ilhas de forma integrada e complementar.

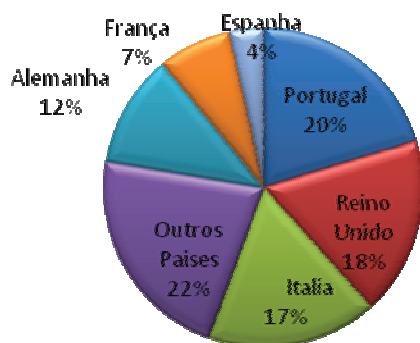
⁸Informações gentilmente fornecidas pelo Dr. João Pedro Oliveira (Djopan), um dos primeiros operadores do sector e profundo conhecedor do turismo em Cabo Verde.

Ilustração 9: Evolução de hóspedes (INE)**Ilustração 10: Evolução de dormidas (INE)**

4.3.3.2. Principais mercados emissores

Em termos de mercados emissores, os europeus representam aproximadamente 85% do turismo receptor do país. Ainda conforme os dados do INE, entre os principais países emissores destacam-se, Portugal que enviou 57.854 turistas para Cabo Verde em 2008, Reino Unido com 51.680, Itália com 48.956 turistas, Alemanha com 32.705, e França com 25.145 turistas.

É importante destacar que nos últimos dois anos tem aumentado substancialmente o número de turistas ingleses em Cabo Verde, tendo passado de 5.106 em 2006 para 51.680 em 2008, grande parte devido ao início de funcionamento de 3 grandes hotéis (dois no Sal e um na Boa Vista), conjugada com a abertura do aeroporto internacional nesta última ilha.

Ilustração 11: Principais países emissores de turistas em 2008 (INE)

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, os franceses e os alemães foram os que mais variaram no

número de ilhas visitadas, com preferência para as ilhas do Sal e de Santiago. Os portugueses concentraram-se nas três ilhas mais visitadas: Sal, Santiago e São Vicente (98%). Os italianos, em maior número, concentraram-se quase que exclusivamente nas Ilhas do Sal e Boa Vista (94%).

4.3.3.3. Impacto na economia

O Banco de Cabo Verde calcula que a entrada de turistas estrangeiros tenha gerado receitas para o país na ordem dos 25,3 milhões de contos em 2008, um crescimento de 7,8% em relação a 2007. As receitas com o turismo contribuem assim para 19,4% do PIB e 60,8% no total das receitas do sector serviços, conforme ilustrado no quadro abaixo.

Tabela 7: Evolução dos principais indicadores do turismo

	2006	2007	2008
Hóspedes (apenas estrangeiros)	241.742	267.188	285.141
Dormidas (apenas estrangeiros)	1.261.497	1.307.558	1.711.875
Receitas de Turismo* (milhões CVE)	17.495,4	23.495,5	25.334,4
Receitas do Turismo em % PIB	16,8%	20,4%	19,4%
Participação nos Serviços**	52,2%	59,7%	60,8%

Fonte: Banco de Cabo Verde

* Crédito de viagens de turismo, Balança de Pagamentos

** Crédito viagens de turismo/crédito total dos serviços

Em relação à entrada de divisas, dados do BCV revelam um crescimento significativo dos gastos dos turistas estrangeiros com viagens para Cabo Verde (crescimento médio anual de 29%), passando de 4,8 milhões de contos em 2000, para 25,3 milhões de contos em 2008, um aumento de 425%. Estes dados mostram a importância do sector turístico na geração de divisas para o país, não obstante uma redução das taxas de crescimento nos últimos 2 anos.

Tabela 8: Balança das transacções correntes de Cabo Verde – Serviços

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ^a
Balança Corrente - Serviços (Milhões ECV)	-7.010	-7.366	-8.105	-8.866	-11.803	-3.568	-7.214	-15.787	-16.158
Serviços	613	1.378	1.500	1.404	2.826	5.438	11.612	15.762	16.804
Exportações	12.832	16.105	18.770	19.793	21.178	23.977	33.534	39.386	41.647
Transporte aéreo	5.008	5.845	8.469	7.917	8.462	8.778	10.327	9.693	9.791
Viagens de turismo	4.821	6.664	7.096	8.358	8.578	10.351	17.495	23.495	25.334
Variação anual		38%	6%	18%	3%	21%	69%	34%	8%
Importações	-12.019	-14.727	-17.270	-18.389	-18.353	-18.539	-21.922	-23.624	-24.843

Fonte: Banco de Cabo Verde

^a Provisório

Um outro indicador de impacto do turismo na economia do país é o montante de investimentos no sector. Dados do BCV e da Cabo Verde Investimentos indicam que o turismo e investimentos imobiliários recebeu 80,5% do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em 2008, decréscimo, entretanto, do pico de 91,8% ocorrido em 2006, reflexo da crise mundial que está a afectar o ritmo de investimentos. As principais ilhas receptoras de IDE continuam a ser Sal, São Vicente e Boa Vista, respectivamente com 32%, 27% e 38%, tendo a ilha de Boa Vista ultrapassado o Sal nesta área, por conta dos investimentos de uma grande multinacional do sector na construção de dois hotéis de grande porte naquela ilha.

Tabela 9: IDE em Cabo Verde - principais sectores e ilhas de destino (em %)

	2006	2007	2008
Investimento Externo por Sectores de Actividade			
Turismo e Serviços Imobiliários	91,84	78,81	80,56
Indústria Transformadora	1,60	0,01	0,01
Outros	6,56	21,18	19,43
Distribuição do Investimento Externo por Ilhas			
Santiago	29,5	12,8	2,3
S. Vicente	36,6	0,2	27,5
Sal	31,9	57,3	32,0
Boavista	2,1	29,5	38,2
Outros	0,0	0,1	0,0

Fonte: Inquéritos, cálculos do BCV; Cabo Verde Investimentos

Apesar dessas taxas de crescimento, o impacto relativo do turismo em termos de geração de emprego directo ainda não é muito expressivo. A título ilustrativo, ainda de acordo com os dados do INE que vimos citando, em 2008 o conjunto de estabelecimentos de alojamento empregava directamente um total de 4.081 pessoas – ou 1 emprego directo gerado por cada 81 turistas entrados – um crescimento de 18% em relação ao ano anterior, sobretudo nos hotéis (75%) e pensões (8,5%). De realçar o total de estrangeiros no total destes empregados (7,4%, correspondendo a 301 empregados), sinalizando a tendência de uma crescente atractividade do sector para a mão de obra de outros países.

No entanto, os dados do emprego acima referidos não consideram nem o emprego indirecto gerado pelo sector do turismo – sublinhando-se aqui o número considerável de empregos no sector da construção civil relacionado com os grandes projectos imobiliários – nem o emprego ao longo da restante cadeia de valor do turismo, nem tampouco o emprego informal.

4.3.4. Análise da competitividade do turismo em Cabo Verde

4.3.4.1. Dimensão “ACESSO”

4.3.4.1.1. Ligação de Cabo Verde com o exterior

A localização privilegiada de Cabo Verde no cruzamento de 3 continentes – o europeu, o africano e o americano –, a escassas horas de voo dos principais países emissores de turistas e sem diferenças substanciais em termos de fusos horários, constitui sem dúvida uma vantagem competitiva importante no mercado turístico mundial.

Controlado até recentemente pelas companhias aéreas TAP (de Portugal) e TACV (a companhia aérea nacional), a ligação aérea de Cabo Verde com o resto do mundo processava-se apenas através do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, no Sal, a única existente no país até 2005. Em 2003 o Governo decide liberalizar o espaço aéreo, permitindo assim a realização de vôos *charters* por outras companhias, como forma de facilitar o acesso a Cabo Verde e dinamizar o sector turístico.

Em Novembro de 2005 é inaugurado o Aeroporto Internacional da Praia, em Santiago, que permite efectuar ligações com o exterior directamente a partir da capital, minimizando um dos maiores constrangimentos que se registava em termos de ligações aéreas com o exterior. Dois anos depois, em Novembro de 2007, é inaugurado igualmente o Aeroporto Internacional da Boavista, que

passa desde então a receber vôos *charters* de vários países da Europa (tráfego turístico), fazendo duplicar, em 1 ano, o fluxo de turistas para esta ilha.

Cabo Verde está ligado, por vôos regulares, com várias cidades na Europa (Las Palmas, Lisboa, Paris, Amsterdã, Munique, Bergamo, Veneza, Malpensa, Roma), nas Américas (Boston e Fortaleza) e na África (Dacar, Banjul, Conakry, Abidjan, Bissau). Além disso, companhias vêm oferecendo vôos *charters* a partir de outros pontos, especialmente do norte da Europa, focalizado essencialmente no segmento turístico.

Segundos dados da ASA, Aeroportos e Segurança Aérea, SA, em 2008 transitaram nos aeroportos de Cabo Verde um total de 1,4 milhões de passageiros, representando um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior. Desses, 688 mil eram estrangeiros, correspondendo a 47,7% do total. O Aeroporto Internacional Amílcar Cabral no Sal continua a representar a principal porta de entrada em Cabo Verde por via aérea para passageiros estrangeiros (63% do total), não obstante o crescimento dos fluxos para os aeroportos da Praia (29%) e da Boa Vista (8%) após a inauguração dos respectivos aeroportos internacionais.

Ainda segundo a mesma fonte, a nível de origens e destinos internacionais, LISBOA-PORTUGAL continua a ocupar a primeira posição no *ranking* dos principais emissores de passageiros internacionais de/para Cabo Verde. GATWICK-INGLATERRA aparece na segunda posição mas diminuindo (-3%) de passageiros embarcados e desembarcados durante 2008, em relação ao ano anterior. MALPENSA-ITÁLIA mantém a terceira posição, com uma descida acentuada de -37% em 2008. Os passageiros provenientes de INGLATERRA (GATWICK e MANCHESTER) aumentaram cerca de 18% relativamente ao mesmo período do ano passado, foram transportados 76.577 passageiros, mais 11.494 do que no ano de 2007. De ITÁLIA, destino/origem como MALPENSA, FIUMICINO, BERGAMO, VERONA e BOLOGNA, considerado o principal país emissor de turistas para Cabo Verde, decresceu 41% com relação ao ano anterior, movimentando durante o ano de 2008 um total de 57.103 passageiros⁹.

Tabela 10: Movimento de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde

Aeroporto	Domésticos			Internacionais			Total		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
AIAC - SAL	247.521	259.082	245.934	410.140	469.779	434.530	657.661	728.861	680.464
AIDP - PRAIA	207.228	204.810	220.273	153.773	150.028	200.251	361.001	354.838	420.524
AD - BOAVISTA	72.485	57.219	47.586		499	53.214	72.485	57.718	100.800
ASP - SÃO VICENTE	136.498	143.705	165.015				136.498	143.705	165.015
AD - SÃO FILIPE	40.988	46.241	43.530				40.988	46.241	43.530
AD - SÃO NICOLAU	20.548	19.442	20.422				20.548	19.442	20.422
AD - MAIO	10.378	5.410	8.573				10.378	5.410	8.573
TOTAL	735.646	735.909	751.333	563.913	620.306	687.995	1.299.559	1.356.215	1.439.328

Fonte: Relatório Estatístico da ASA 2008

Em 2009 espera-se a abertura do Aeroporto Internacional de São Pedro (na ilha de São Vicente), aumentando assim para 4 o número de aeroportos para servir as ligações de Cabo Verde com o exterior. A estimativa é de que este

⁹Relatório Estatístico da ASA - 2008

aeroporto venha beneficiar o aumento do fluxo turístico para a região norte do país (São Vicente, Santo Antão e São Nicolau), contribuindo assim para uma desconcentração dos destinos turísticos dentro do arquipélago.

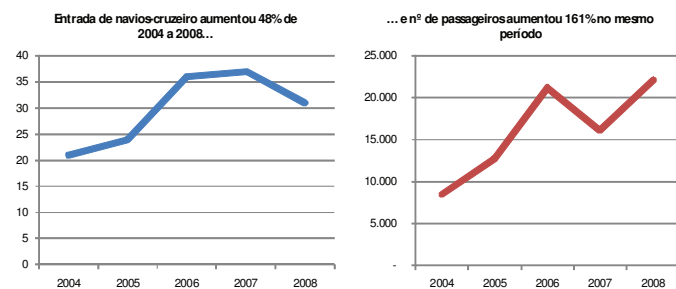
A ASA prevê um crescimento de tráfego de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde, na ordem dos 6% em 2009 e 7% em 2010, atingindo neste ano um total de 1,66 milhões de passageiros. O aeroporto internacional do Sal continuará a liderar em termos de tráfego de passageiros em 2010 (52%), seguida dos aeroportos da Praia (25%) e da Boavista (6%).

Tabela 11: Previsões de crescimento de tráfego de passageiros por aeroporto 2009/2010

Aerportos	2007 (Real)			2008 (Previsão)			2009 (Previsão)			2010 (Previsão)		
	Domést.	Intern.	Total	Domést.	Intern.	Total	Domést.	Intern.	Total	Domést.	Intern.	Total
AIAC-SAL	261.348	498.670	760.018	277.029	511.137	788.166	290.880	526.471	817.351	305.424	563.324	868.748
ADP-PRIA	205.081	155.894	360.975	221.467	159.791	381.278	232.562	164.585	397.147	244.190	175.777	419.967
ASP-SÃO VICENTE	143.727		143.727	152.261	2.010	154.271	159.969	20.100	180.069	167.967	25.025	192.992
AD-BOAVISTA	57.219	499	57.718	45.775	31.200	76.975	48.064	45.084	93.148	50.467	54.101	104.568
AD-FOGO	46.241		46.241	49.015		49.015	51.466		51.466	54.040		54.040
AD-SÃO NICOLAU	19.442		19.442	20.639		20.639	21.639		21.639	22.721		22.721
AD-MAIO	5.410		5.410	5.735		5.735	6.021		6.021	6.322		6.322
TOTAL	738.468	655.063	1.393.531	772.001	704.138	1.476.139	810.600	756.240	1.566.840	851.131	818.227	1.669.358

Uma outra via de acesso de turistas a Cabo Verde a partir do exterior tem sido através de ligações marítimas, nomeadamente navios de cruzeiros e iates de recreio. Este é, aliás, um tipo de turismo que vem crescendo de forma acelerada nos últimos anos, como resultado de uma promoção mais agressiva por parte da ENAPOR (Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA), que vê neste segmento uma importante fonte de receitas. A título ilustrativo, o número de cruzeiros que têm escalado o Porto Grande de São Vicente (principal porto de atracação deste tipo de embarcações) aumentou de 21 navios com 8.471 turistas em 2004 para 31 navios com 22.114 turistas em 2008, um crescimento de 48% em número de navios e 161% em número de turistas durante o período.

Ilustração 92: Movimentos de navios e passageiros nos portos de Cabo Verde



Fonte: ENAPOR, SA

4.3.4.1.2. Ligações inter-ilhas

A ligação entre as ilhas é assegurada por via aérea e marítima. Por via aérea, o país conta com aeroportos (de nível internacional) nas ilhas do Sal, Boa Vista, Santiago e São Vicente, e com aeroportos regionais/aeródromos nas ilhas de São Nicolau, Maio, e Fogo¹¹. As ilhas de Santo Antão e Brava não têm, neste momento, aeroportos operacionais, sendo as ligações com as outras ilhas feitas apenas por via marítima.

¹⁰ Relatório Estatístico da ASA – 2008

¹¹ Para especificações técnicas dos aeroportos, consultar www.aac.cv

As ligações aéreas entre as ilhas são asseguradas pelas seguintes companhias:

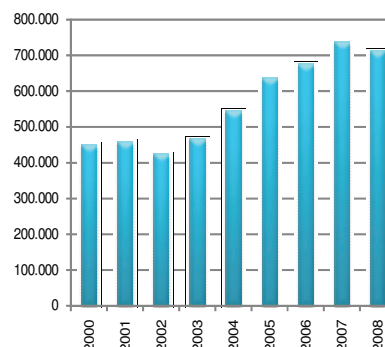
- TACV Cabo Verde Airlines** – com uma frota de 2 Boeing's 757 (utilizados nos voos internacionais) e 3 ATR's 72/500 e 42/300, voa regularmente para todas as ilhas com aeroportos operacionais;
- Halcyonair** – com apenas um ATR 42/320 de 48 lugares, efectua voos regulares para as ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Boa Vista, Fogo e São Nicolau; e
- Cabo Verde Express** – com 3 pequenos aviões L410 de 19 lugares, voa regularmente apenas para as ilhas do Sal e Boa Vista, mas oferece vôos charters para as restantes ilhas, sobretudo para o sector turístico.

No entanto, a ligação entre as ilhas sofre de vários constrangimentos que limitam a integração de todo o território do ponto de vista de circuito turístico, nomeadamente insuficiência de vôos, problemas frequentes de atrasos, limitações em termos de infraestruturas aeroportuárias e custo elevado das passagens.

Além das ligações aéreas, as ilhas são também servidas por ligações marítimas, embora com alguns constrangimentos. Em Dezembro de 2008, 8 companhias de navegação operando um total de 9 navios mistos (carga e passageiros) oferecem serviços de transporte de carga e passageiros nas ligações entre São Vicente e Santo Antão (a linha mais regular, com duas ligações através de navios roll-on / roll off e outros), entre São Vicente e Santiago, passando por São Nicolau, Sal e Boa Vista, entre Santiago, Fogo e Brava, e entre Santiago e Maio. Quase todos os portos do país receberam (ou estão em vias de receber) investimentos que permitem a atracação de navios do tipo *roll-on / roll-off*.

Dados da ENAPOR indicam que de 2000 a 2008, o número de passageiros que transitaram nos portos de Cabo Verde cresceu 58%, a uma média de 6,2% ao ano, tendo passado de 450,7 mil em 2000 para 712,7 mil em 2008. Entre as razões desta dinâmica, pode-se apontar, para além do crescimento natural da população e dos fluxos migratórios internos, a melhoria do transporte marítimo inter-ilhas (introdução de navios *roll-on / roll-off* e aumento do número de operadores), e o crescimento do turismo (sobretudo na linha de ligação entre São Vicente e Santo Antão, o maior fluxo de passageiros por via marítima no país).

Tabela 10: Tráfego de passageiros nos portos de Cabo Verde (embarque, desembarque e em trânsito)



Fonte: ENAPOR SA

Apesar do programa do Governo 2006-2011 definir diretrizes e estratégias para a melhoria da infra-estrutura

de transporte, é importante destacar que, para suprir as deficiências apontadas, é necessária a reformulação das estratégias operacionais, apostando na coordenação e cooperação no sector de transportes.

Em relação ao transporte marítimo, o Programa do Governo aposta na modernização e expansão do sector marítimo e portuário, já em curso. Entre as grandes obras projectadas para o período, destacam-se a modernização do Porto Grande de São Vicente e a sua transformação num *hub* de transporte marítimo, a modernização e expansão do Porto da Praia, a expansão do porto em Porto Novo, a modernização do porto de Vale dos Caveleiros (Fogo), a expansão do porto da Boa Vista, entre outros.

4.3.4.1.3. Ligações intra-ilhas

Nos últimos anos o Governo tem implementado um ambicioso programa de modernização e expansão da rede viária em quase todas as ilhas, complementado com a adopção de políticas e estruturas mais adequadas de gestão desta rede. De facto, no quadro da sua estratégia de desenvolvimento do país, o Governo definiu como objectivos a conservação do património rodoviário existente, através de obras de reabilitação e da implementação da gestão e manutenção de estradas, a modernização e expansão da rede de estradas do país e o melhoramento do sistema de planeamento e gestão da relação entre o Instituto de Estradas e do Fundo de Manutenção Rodoviária. De 2000 a 2008 foram investidos aproximadamente 10,1 milhões de contos na construção e modernização de estradas¹², contando o país neste momento com uma malha de 946 kms de estradas nacionais¹³, além de estradas municipais.

O parque automóvel em Cabo Verde vem crescendo de forma acentuada nos últimos anos, especialmente o parque de viaturas de aluguer, o principal meio utilizado pelos turistas nas suas deslocações dentro das ilhas. Entre 2000 a 2008, o parque de viaturas de aluguer no país aumentou de 4.327 para 7.664, um crescimento médio anual de 8,7%, para o qual, certamente, terá contribuído a dinâmica do turismo durante este período. Do parque de viaturas de aluguer, 25% são da classe “pesados de passageiros” – onde se incluem as carrinhas de tipo “Hiace” – 21 % são ligeiros mistos, constituindo os taxis 13% do parque (estes, sobretudo nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal).

Tabela 12: Estradas, parque de viaturas de aluguer e entrada de turistas, por ilha (2008)

Ilha	Estradas Nac. + Mun. (Kms)	%4	Viaturas de aluguer	%2	Turistas entrados (2008)	%3	Turistas por viatura de aluguer
Santo Antão	277	18%	763	10%	8.926	3%	12
São Vicente	51	3%	1.038	14%	25.381	8%	24
São Nicolau	109	7%	295	4%	1.293	0%	4
Sal	45	3%	1.159	15%	190.137	57%	164
Boavista	51	3%	314	4%	33.135	10%	106
Maio	54	4%	81	1%	539	0%	7
Santiago	665	44%	3.438	45%	67.107	20%	20
Fogo	212	14%	536	7%	6.699	2%	12
Brava	54	4%	40	1%	137	0%	3
TOTAL	1.517	100%	7.664	100%	333.354	100%	43

Fonte: Instituto de Estradas, Direcção Geral dos Transportes Rodoviários; Instituto Nacional das Estatísticas

¹²Fonte: Instituto de Estradas

¹³Consultar Decreto-Lei nº 26/2006, de 6 de Março sobre classificação de estradas nacionais.

Para a melhoria dos acessos em Cabo Verde (ligações com o exterior, transporte inter-ilhas e rede rodoviária), o Governo tem em andamento ou em carteira um ambicioso programa de investimentos, estimado em 442,7 milhões de Euros (48,8 milhões de contos), que engloba expansão e modernização dos portos de Porto Novo (Santo Antão), Mindelo (São Vicente), Palmeiras (Sal), Sal-Rei (Boa Vista), Praia (Santiago), São Filipe (Fogo) e Furna (Brava), expansão e modernização dos principais aeroportos do país, expansão e melhoria da rede de estradas¹⁴.

Dimensão “ACESSOS”: Principais constrangimentos

- Insuficiente ligação aérea com outros países emissores de turismo;
- Deficiente articulação de estratégias comerciais/*marketing* entre operadores de transporte e operadores turísticos;
- Ligação inter-ilhas deficiente → constrangimento à mobilidade interna;
- Sistemas deficientes de organização e transporte terrestre ao serviço do turismo;
- Preços elevados dos serviços de transporte interno;
- Deficiente coordenação/integração entre transportes aéreo, marítimo e terrestre para maximizar e alargar a estadia dos turistas a todas as ilhas.

4.3.4.2. Dimensão “INFRA-ESTRUTURA GERAL”

4.3.4.2.1. Saúde Pública

A nível da saúde pública, Cabo Verde dispunha, em Julho de 2009, de 2 Hospitais Centrais (*Agostinho Neto* na Praia e *Baptista de Sousa* em São Vicente), 3 Hospitais Regionais (em Santa Catarina de Santiago¹⁵, em Ribeira Grande de Santo Antão e em São Filipe, na ilha do Fogo), 26 Centros de Saúde, 5 Centros de Saúde Reprodutiva, 1 Centro de Terapia Ocupacional, 34 Postos Sanitários e 112 Unidades Sanitárias de Base. Além dessas infra-estruturas públicas, existem ainda unidades privadas principalmente nas cidades da Praia e do Mindelo.

Estrutura demográfica e sanitária de Cabo Verde (2007):

- ✓ População: 491.419
- ✓ Esperança de vida – 74 anos
- ✓ Taxa de Natalidade – 251/1.000
- ✓ Taxa de Fecundidade – 2,39 filhos por mulher
- ✓ Taxa de Mortalidade – 5,3/1.000
- ✓ Taxa de Mortalidade Infantil – 21,7/1.000
- ✓ Taxa de Mortalidade Materna – 16,2/10000
- ✓ Número de Médicos: 234
- ✓ Número de Enfermeiros: 447
- ✓ Médicos por habitantes: 4,7/10.000
- ✓ Enfermeiros por habitantes: 9,7/10.000
- ✓ 05 Regiões Sanitárias
- ✓ 02 Hospitais Centrais (565 camas) – 128 Médicos, 251 Enfermeiros
- ✓ 03 Hospitais Regionais (257 camas) – 39 Médicos, 68 Enfermeiros
- ✓ 26 Centros de Saúde (259 camas) – 81 Médicos, 143 Enfermeiros
- ✓ 05 Centros de Saúde Reprodutiva
- ✓ 01 Centro de Terapia Ocupacional
- ✓ 34 Postos Sanitários
- ✓ 112 Unidades Sanitárias de Base

Fonte: Rodrigues, M., “Organização do trabalho e qualidade de vida dos Médicos em Cabo Verde”, Revista Ordem dos Médicos, Junho/2009

¹⁴Fonte: “Pipeline do Ministério de Infra-estruturas e Transportes”, Abril 2008

¹⁵O Hospital Regional de Santa Catarina deu lugar ao Hospital Central de Santiago Norte

No total, o país conta com 234 médicos, de várias especialidades, e 447 enfermeiros, que permitem um rácio de aproximadamente 4,7 médicos e 9,7 enfermeiros por cada 10.000 habitantes. A importação e a produção de medicamentos é assegurada por duas empresas do sector (Emprofac e Inpharma) e a distribuição é feita através da Emprofac e de uma rede de farmácias e postos de venda de medicamentos.

O sistema de saúde não está, entretanto, ajustado às necessidades impostas pelo crescimento do turismo. A título de exemplo, a ilha do Sal, que concentra mais de 50% do fluxo de turistas para o país, possui apenas um Centro de Saúde, e a ilha de Boavista não possui neste momento, sequer uma farmácia.

Para este sector, o governo definiu como prioridade no seu programa 2006-2011 a ampliação da infra-estrutura hospitalar, através da construção do novo Hospital Regional de Santa Catarina (já concluída) e da policlínica do Sal; a construção dos Centros de Saúde de Calheta, Mosteiros, Tarrafal de Santiago, Maio e Boa Vista (este já inaugurado); dos novos centros de saúde da Praia (já concluídos) e da Maternidade e Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto (actualmente em execução).

4.3.4.2.2. Energia, água e saneamento

O fornecimento de energia e água em Cabo Verde é assegurado por uma empresa de capital maioritariamente público, a ELECTRA, SA. A empresa possui uma capacidade total instalada de produção de 88.258 KW de energia em todas as ilhas, e 17.800 m³/dia de água dessalinizada nas ilhas de São Vicente, Sal, Boavista e Santiago (Praia), sendo que as restantes ilhas/regiões são fornecidas essencialmente com água extraída de fontes naturais.

A Electra vem enfrentando, contudo, vários problemas, de ordem financeira (registou prejuízos de aproximadamente 01 milhão de contos em 2008) e de ordem técnica, que não tem permitido a satisfação das necessidades do país no que se refere ao abastecimento seguro, fiável e a custos mais competitivos, desses dois importantes itens.

O deficiente fornecimento de energia e água constitui, assim, um dos mais sérios constrangimentos ao desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Primeiro, pela insuficiência da capacidade instalada para satisfazer as necessidades do número crescente de hotéis e *resorts*, segundo, por alguma instabilidade no fornecimento (em 2008 registaram-se no país 52 *black-outs*, num total de 5.844 minutos¹⁶), terceiro, pelo preço comparativamente elevado da energia e água em Cabo Verde, reflexo da excessiva dependência do *diesel* na sua produção, que faz com que por exemplo o preço do kw para consumo doméstico custe entre 0,20 e 0,27 Euros (para consumos inferior e superior a 60kw/h, respectivamente)¹⁷, e o preço do m³ de água dessalinizada varie de 2,10 a 4,14 Euros, para consumos inferiores a 6m³ e superior a 10m³, respectivamente¹⁸.

¹⁶Fonte: Relatório de Contas Electra 2008 (www.electra.cv)

¹⁷Fonte: Agência de Regulação Económica, www.are.cv, consultada em 17/07/09. A título comparativo, o preço do kwh de electricidade na Europa varia de 0,08 Euros na Bélgica a 0,27 Euros na Dinamarca (Fonte: http://enp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-OA-09-025/EN/KS-OA-09-025-EN.PDF)

¹⁸Do total do parque instalado para produção de energia, 97% são centrais diesel, 2% centrais eólicas e 1% centrais térmicas

Várias unidades turísticas (hotéis, *resorts*, etc.) têm optado por investir em sistemas próprios de abastecimento de energia e água, o que além de reduzir a eficiência energética a nível nacional, acaba por elevar o custo de investimento no sector do turismo em Cabo Verde, reduzindo assim a competitividade do país.

Tabela 13: População, fluxo turístico, produção de energia e água (2008)¹⁹

Ilha	Área (Km2)	%	População	%	Turistas entrados (2008)	%	Capacidade instalada de energia (KW)	%	Produção de energia (Kwh)	%	Capacidade de produção de água dessalinizada (m ³ /d)
Santo Antão	779	19%	48.761	10%	8.926	3%	4.800	5%	11.492.799	4%	
São Vicente	227	6%	78.176	16%	25.381	8%	20.021	23%	60.247.638	21%	6.600
São Nicolau	388	10%	12.940	3%	1.293	0%	3.212	4%	4.743.813	2%	
Sal	216	5%	19.398	4%	190.137	57%	10.332	12%	38.897.702	14%	3.000
Boavista	620	15%	5.785	1%	33.135	10%	2.236	3%	6.147.848	2%	750
Maio	269	7%	7.967	2%	539	0%	960	1%	2.318.881	1%	
Santiago	991	25%	282.730	57%	67.107	20%	42.953	49%	151.257.885	53%	7.450
Fogo	476	12%	37.798	8%	6.699	2%	3.088	3%	8.626.519	3%	
Brava	67	2%	6.241	1%	137	0%	666	1%	2.089.634	1%	
TOTAL	4.033	100%	498.796	100%	333.354	100%	88.258	100%	285.794.719	100%	24.400

Fonte: Instituto Nacional das Estatísticas; Electra

Como forma de minimizar o problema do fornecimento de energia e água e da excessiva dependência do petróleo na sua produção, o Governo vem actuando em três direcções: estabelecimento de parcerias público-privadas, estratégias de aumento da produção de energias renováveis e ampliação da capacidade instalada da Electra²⁰. No Programa do Governo 2006-2011, estabelece-se como objectivo central da política energética a dotação do país de um sistema energético moderno e eficiente, capaz de garantir a provisão dos serviços necessários ao processo de desenvolvimento, crescimento e competitividade da economia caboverdeana e melhoria do conforto e da qualidade de vida da sociedade.

Segundo o mesmo programa, o Governo agirá no sentido de aumentar a utilização de energias renováveis e de novas tecnologias, na melhoria e expansão de infra-estruturas, garantindo um maior e melhor acesso das populações ao serviço de energia e água. Entre as metas, o Governo definiu o aumento para 25% da participação da energia eléctrica gerada por fontes de energia renovável e a meta de 2% de energia solar no balanço energético.

Quanto à estrutura do saneamento, dados do INE indicam que, em 2002, apenas 12% dos domicílios do país estavam ligados à rede de esgotos. 14% evacuam as suas águas residuais através de fossa séptica e 73% jogam-nas ao redor da casa e na natureza. A rede de esgotos nas principais ilhas receptoras de turismo é insuficiente (Santiago, com 10% dos domicílios ligados à rede de esgotos, e São Vicente com 49%) ou mesmo inexistente (como nas ilhas do Sal, Boavista e Maio).

Tabela 14: Estrutura de saneamento (% de domicílios)

Forma de evacuação das águas residuais	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbana		Resto Santiago		Outras ilhas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	95.257	100	10.269	100	15.757	100	7.597	100	22.370	100	27.918	100	11.346	100
Fossa Séptica	13.353	14	1.155	11	1.744	11	298	4	4.612	21	2.806	10	2.738	24
Rede de esgotos	10.985	12	447	4	7.638	49	240	3	1.909	9	1.199	1	552	5
Redor de Casa	50.975	54	4.207	41	4.839	31	4.083	54	13.007	58	20.993	75	3.846	34
Natureza	19.944	21	4.460	43	1.536	10	2.976	39	2.842	13	3.920	14	4.210	37
Destino impróprio	70.919	75	8.667	84	6.375	41	7.059	93	15.849	71	24.913	89	8.056	71

Fonte: "O Perfil da Pobreza em Cabo Verde - IDRF 2001/2002" - INE

¹⁹A capacidade de produção de água dessalinizada em Santiago refere-se ao Concelho da Praia

²⁰No que se refere ao primeiro eixo, por exemplo, foi criada a empresa AEB - Águas e Energias da Boavista (em fase de implementação), com participação da Electra, do Município e de investidores privados, com a finalidade de produzir energia e água para potenciar o desenvolvimento do turismo naquela ilha.

O Governo tem em carteira investimentos na ordem dos 76 milhões de Euros (8,3 milhões de contos) para os próximos anos, visando a melhoria nas infra-estruturas de água e saneamento básico, entre as quais o saneamento básico de Assomada, a extensão da rede de esgotos de Porto Novo, o saneamento básico da Brava, São Filipe e Mosteiros, Sal, Boa Vista e Maio, Tarrafal e Ribeira Brava (São Nicolau), aterro sanitário de São Vicente, e ainda produção de água, dessalinizadores de água no Sal, São Vicente e Praia, e intervenções em água potável em Santiago²¹.

4.3.4.2.3. Telecomunicações

Cabo Verde dispõe de uma rede de comunicações bem estruturada, suportada em tecnologia moderna e cobrindo o país inteiro. O país tem uma cobertura comparativamente boa, com um parque de telefonia fixa de 71.860 (taxa de penetração de 14,6%) e de telefonia móvel de 277.677 assinantes (taxa de penetração de 55,56%). A internet de banda larga já é disponibilizada em quase todo o território nacional, assiste-se nos últimos anos a uma crescente massificação da internet e das novas tecnologias de informação, impulsionada pela introdução da concorrência no sector a partir de 2007²², pela redução dos preços dos serviços e equipamentos, e pela intervenção directa do sector público (criação de praças digitais em vários pontos do território, com acesso gratuito à internet, etc.). Em 2008 o país contava com 7.380 assinantes de internet ADSL, um crescimento de 92,5% em relação ao ano anterior. A TV por assinatura também já é oferecida no país, tendo-se registado um total de 4.218 assinantes em Dezembro de 2008.

Pese embora as facilidades nas telecomunicações e a introdução da concorrência, os preços continuam sendo considerados elevados para o nível de vida da população, e pouco competitivos em comparação com outros destinos turísticos concorrentes.

Tabela 15: Evolução do parque de telefonia fixa e telefonia móvel em Cabo Verde

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Telefonia fixa									
Parque Total	55.882	64.132	70.187	71.716	73.433	71.412	71.578	71.784	71.860
Análogo	54.644	62.342	67.787	68.850	70.061	67.682	67.546	67.730	67.380
Digital Equivalente	1.248	1.790	2.400	2.866	3.372	3.730	4.032	4.054	4.480
Taxa de Penetração	12,90%	14,20%	15,10%	15,60%	15,70%	15,00%	14,80%	14,60%	14,80%
Telefonia móvel									
Assinantes	19.729	31.507	42.949	53.342	65.780	81.721	108.858	152.212	277.667
Taxa de Penetração	4,50%	7,20%	9,50%	11,60%	14,10%	17,20%	22,40%	30,97%	55,56%

Fonte: ANAC - www.anac.cv consultada em 27/07/09

Entre os objectivos definidos no Programa do Governo, destacam-se a ampliação da liberalização do sector nos termos definidos pela “Declaração de Política de Telecomunicações” e a busca por maior eficiência na regulação técnica e económica do sector.

²¹Fonte: Pipeline de projectos do Ministério de Infra-estruturas e Transportes, Abril 2008

²²Até muito recentemente, o grupo CV Telecom, dona das operadoras CV Móvel, CV Multimédia e CV Telecom, detinha o monopólio do mercado. A entrada de outros operadores no mercado de telefonia móvel (T+) e de internet introduziu a concorrência no sector, com impacto gradual a nível da redução de preços do serviço.

4.3.4.2.4. Sistema Financeiro

O sistema financeiro cabo-verdiano comporta, além do Banco Central, 5 bancos comerciais /investimento: o Banco Comercial do Atlântico (BCA), com uma rede de agências que cobre todas as ilhas do arquipélago, implantado em quase todos os concelhos do país; a Caixa Económica de Cabo Verde, SA (CECV), com rede de balcões próprios e que também exerce a sua actividade aproveitando a rede dos serviços dos Correios e Telecomunicações; o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), em fase de expansão pelas principais cidades do país; o Banco Inter-Atlântico (BIA) e o Banco Africano de Investimento (BAI). Regista-se ainda a existência de uma sociedade de capital de risco (A PROMOTORA - Sociedade de Capital de Risco, SA), e duas companhias seguradoras (ÍMPAR e GARANTIA) e operadoras nas áreas de câmbio.

O mercado de valores mobiliários em Cabo Verde, regido pelo Código do Mercado dos Valores Mobiliários, tem na Bolsa de Valores de Cabo Verde a entidade que realiza as operações sobre valores mobiliários. Ao Banco de Cabo Verde estão atribuídas as tarefas de supervisão das instituições financeiras.

O sistema financeiro – em particular o sistema bancário – é considerado robusto e ajustado às necessidades do país. Através de uma rede de mais de 60 agências espalhadas por todas as ilhas (pertencentes aos 5 bancos *on-shore*), o sistema oferece uma gama de produtos e serviços que vão desde a concessão de crédito (de consumo, de investimento, de habitação, crédito documentário, etc.), a depósitos a prazo remunerados, passando por serviços e facilidades como cartões de débito e de crédito²³, *internet banking*, *mobile banking*, compra e venda de divisas, transferências ao exterior, serviços de apoio à importação e exportação, etc.. As taxas e os preços praticados são considerados competitivos, com tendência de redução devido à maior concorrência no sector.

Entretanto, para acompanhar o dinamismo do sector turístico, torna-se necessária uma maior massificação dos meios electrónicos de pagamento, uma melhor integração entre o sistema financeiro/sistema bancário, o mercado e as instituições públicas, e a modernização dos próprios bancos – em termos de produtos e serviços, mas também em termos de processos internos – de forma a responderem de forma mais eficaz a um tipo de cliente cada vez mais exigente.

4.3.4.2.5. Segurança Pública

Não obstante a dispersão territorial que dificulta e eleva o custo de se garantir bons níveis de segurança pública, considera-se que o país está relativamente bem servido em termos de agentes e instituições de segurança. Em 2008, Cabo Verde contava com um efectivo total de 1.419 efectivos da Polícia Nacional (entre oficiais, comissários, sub-comissários e agentes), o que dá um rácio de 1 polícia

²³Os bancos já emitem cartões VISA e há previsões para passarem a emitir cartões CREDICARD ainda em 2009.

por 352 habitantes (a título comparativo, a média Europeia é de 1 agente por cada 350 pessoas). O país dispõe de 7 comandos regionais da PN (Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Vicente, Sal, Santa Catarina, Fogo e Santo Antão), e 11 esquadras²⁴. A Polícia Nacional, reestruturada em 2005, engloba a Polícia de Fronteiras, a Polícia Marítima, a Polícia Fiscal e os Guardas Florestais. Além disso, Cabo Verde dispõe igualmente de uma organização de Polícia Judiciária, com esquadras em Santiago (Praia), São Vicente e Sal.

No entanto, nos últimos anos tem-se registado alguma tendência de aumento de determinados tipos de criminalidade. Com o desenvolvimento do País, os problemas sociais agudizaram-se e os índices de criminalidade aumentaram em certa medida, o que, aliado à mediatização, tem causado impactos negativos na imagem que se vende no mercado internacional. A criminalidade vem aumentando a uma taxa média anual de 5,77%, o rácio criminal aumentou de 28/1000 em 1996 para 39/1000 em 2007, registando-se um maior agravamento dos crimes contra a propriedade, em detrimento dos crimes contra pessoas²⁵. No entanto, o Governo está fortemente comprometido com a melhoria deste sector, tendo já em marcha o Plano Estratégico de Segurança Interna 2009/2011, que define como visão central “*a de instituir um sistema de segurança interna integrado, articulado e cooperativo para manter Cabo Verde como um dos países mais seguros do mundo com base em padrões mais elevados de segurança interna*”²⁶.

Dimensão “INFRA-ESTRUTURA GERAL”: Principais constrangimentos

- Sistemas de saúde, saúde pública e saneamento, deficientes/insuficientes para sustentar o crescimento do turismo (infra-estruturas, recursos humanos e tecnológicos);
- Condicionamentos no fornecimento de energia eléctrica e água → desequilíbrio entre a procura e a capacidade de resposta em termos quantitativos e qualitativos;
- Preço comparativamente elevado de água, energia e comunicações → impacto sobre o custo global do destino Cabo Verde;
- Excessiva burocracia/complexidade dos processos de legalização de propriedades.

4.3.4.3. Dimensão “INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA”

4.3.4.3.1. Produtos turísticos potenciais de Cabo Verde

A formação arquipelágica de Cabo Verde e a consequente diversidade paisagística e ambiental, a par das características sócio-culturais da sua população conferidas pela sua formação e evolução histórica, permitem ao país oferecer um leque muito diversificado de produtos turísticos numa área relativamente reduzida e a pouca distância do principal centro emissor de turistas do mundo (Europa). O quadro abaixo sintetiza as possibilidades de produtos turísticos do arquipélago.

Tabela 16: Principais recursos turísticos e produtos turísticos por ilha

Ilha	Principais recursos turísticos ¹	Produtos turísticos potenciais
Santo Antão	Montanhas e vales, vistas panorâmicas, trilhas para <i>hiking / tracking</i> , agricultura, culinária tradicional, arte e artesanato, manifestações culturais (ex: festas de romaria), história e tradições, mar (mergulho, pesca, praia) e parques naturais	Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (aventura, trekking, canyoning, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
São Vicente	Música, dança e teatro, manifestações culturais (Festival Baía das Gatas, Carnaval, festas de romaria, festas de Fim de Ano), história e tradições, mar & praias, artes e artesanatos (incluindo a fabricação de instrumentos musicais), marina, vistas panorâmicas, culinária, vida nocturna.	Sol & praia; Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, visitas técnicas).
Santa Luzia	Áreas protegidas, observação de aves e animais marinhos, mar e praias.	Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna e flora, ornitologia) e turismo desportivo (mergulho).
São Nicolau	Montanhas e vales, vistas panorâmicas, trilhas para <i>hiking / tracking</i> , agricultura, plantas endémicas, culinária tradicional, arte e artesanato, manifestações culturais (ex: festas de romaria), história e tradições, mar (mergulho, pesca, praia), parque natural	Sol & Praia, Ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, etc.); turismo cultural (turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (aventura, trekking, canyoning, vôo livre, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Sal	Mar e praias, vento para desportos náuticos, cultura, culinária, música (festival de Santa Maria), vida nocturna, áreas protegidas, observação de animais (tartarugas).	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); turismo de negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos).

²⁴Fonte: Direcção Geral da Polícia Nacional

²⁵Fonte: *Plano Estratégico de Segurança Interna 2009/2011*, MAI (Ministério da Administração Interna)

²⁶Fonte: *Idem*.

Boavista	Mar & praias, vento para desportos náuticos, dunas de areia, cultura e tradições, culinária, música, arte e artesanato, áreas protegidas, observação de animais (tartarugas).	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe).
Maió	Mar & praias desertas, vento para desportos náuticos, cultura e tradições, pesca, áreas protegidas, observação de animais (tartarugas).	Sol & praia; ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe).
Santiago	História, Cidade Velha (Património da Humanidade), montanhas e vales, vistas panorâmicas, parques naturais, trilhas para <i>hiking / tracking</i> , agricultura, culinária tradicional, arte e artesanato, manifestações culturais, história e tradições, mar (mergulho, pesca, praia).	Sol & praia; ecoturismo (caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, trekking, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe); negócios e eventos (feiras, congressos, incentivos, compras, mega-eventos, visitas técnicas).
Fogo	Vulcão, parques naturais, montanhas e vales, vistas panorâmicas, trilhas para <i>hiking / tracking</i> , agricultura, plantas endémicas, culinária tradicional, arte e artesanato, manifestações culturais, história e tradições, mar (mergulho, pesca)	Ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).
Brava	Vistas panorâmicas, trilhas para <i>hiking / tracking</i> , agricultura, plantas endémicas, culinária tradicional, flora, fauna, história e tradições, manifestações culturais, mar.	Ecoturismo (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural); turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio); turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).

4.3.4.3.2. Meios de hospedagem: caracterização

Segundo senso realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2008 existia em Cabo Verde 158 estabelecimentos hoteleiros, oferecendo 6.172 quartos, com 11.420 camas disponíveis.

Tabela 17: Meios de hospedagem em Cabo Verde

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estabelecimentos	79	88	88	93	105	108	132	142	150	158
Nº de Quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172
Nº de Camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420
Cap. Alojamento	3.874	5.249	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708
Pessoal ao Serviço	1.561	1.845	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.081

Fonte: INE

Os tipos de meios de hospedagem dominantes são, em termos de números de quartos, hotéis (4.436 quartos), pensões (546 quartos) e residenciais (442 quartos). Os demais quartos distribuem-se entre aldeamentos turísticos (370), hotéis-apartamentos (294) e pousadas (84).

Quanto à distribuição por ilhas, a maior parte dos meios de hospedagem concentram-se actualmente nas ilhas do Sal, Santiago, São Vicente e, mais recentemente, Boa Vista. Juntas, essas 4 ilhas detêm 72% do total de meios de hospedagem, 90% dos quartos disponíveis e 92% das camas, mas também receberam 95% de todos os turistas que visitaram o país em 2008. Este facto mostra a elevada concentração do turismo (e dos seus benefícios) em poucas ilhas do arquipélago.

Tabela 18: Meios de hospedagem por tipo e por ilha - 2008

Ilha	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	3	8	9	18	0	0	0	0	0	0	8	20	20	13
S. Vicente	3	8	7	14	1	13	1	8	1	17	11	27	24	15
S. Nicolau	0	0	4	8	1	13	0	0	0	0	1	2	6	4
Sal	15	38	7	14	1	13	4	33	1	17	6	15	34	22
Boavista	4	10	3	6	0	0	3	25	2	33	7	17	19	12
Maió	1	3	1	2	0	0	0	0	1	17	1	2	4	3
Santiago	13	33	10	20	3	38	3	25	1	17	6	15	36	23
Fogo	1	3	7	14	1	13	1	8	0	0	0	0	10	6
Brava	0	0	3	6	1	13	0	0	0	0	1	2	5	3
TOTAL	40	100	51	100	8	100	12	100	6	100	41	100	158	100
%	25		32		5		8		4		26		100	

Fonte: INE

A distribuição de número de dormidas por quarto disponível (de acordo com os mesmos dados de 2008 que vimos citando), dá-nos um rácio de 296 dormidas por quarto/ano, o que reflecte uma taxa de ocupação média de 81%.

Dos 158 meios de alojamento existentes em Cabo Verde em 2008, 67,7% são detidos por privados nacionais e 25,3% por privados estrangeiros, sendo os restantes detidos maioritariamente pelo Estado (1,3%) e por sociedades entre privados nacionais e estrangeiros (5,7%). Esses meios empregam directamente 4.081 pessoas, principalmente nos hotéis (75,6%) e residenciais (8,5%), sendo 92,6% nacionais e os restantes estrangeiros. A maior parte dos estabelecimentos de alojamento existentes no país (62,7%) são unidades de pequena e média dimensão,

que empregam até 9 pessoas; 26,6% empregam entre 10 e 50 pessoas, apenas 10,8% dos estabelecimentos podem ser considerados de grande dimensão, empregando acima de 50 pessoas.

Tabela 19: Pessoal ao serviço nos meios de hospedagem, por ilha

Ilha	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	71	2	57	16	0	0	0	0	0	0	18	10	146	3,6
S. Vicente	139	5	86	25	4	8	13	9	72	26	59	32	373	9,1
S. Nicolau	0	0	16	5	2	4	0	0	0	0	3	2	21	0,5
Sal	1777	58	53	15	2	4	52	37	63	23	31	17	1978	48,5
Boavista	706	23	16	5	0	0	49	35	94	34	30	16	895	21,9
Maio	3	0	7	2	0	0	0	0	11	4	3	2	24	0,6
Santiago	361	12	76	22	29	57	21	15	36	13	36	20	559	13,7
Fogo	28	1	29	8	7	14	4	3	0	0	0	0	68	1,7
Brava	0	0	8	2	7	14	0	0	0	0	2	1	17	0,4
TOTAL	3.085	100	348	100	51	100	139	100	276	100	182	100	4.081	100,0
%	75,6		8,5		1,2		3,4		6,8		4,5		100,0	

Fonte: INE

Tabela 20: Meios de hospedagem, segundo escalão de nº de pessoal ao serviço

Ilha	1-2		3-5		6-9		10-19		20-25		26-50		51-100		101- +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	6	33	7	14	2	7	4	14	0	0	1	11	0	0	0	0	20	13
S. Vicente	3	17	9	18	2	7	5	17	2	50	0	0	3	38	0	0	24	15
S. Nicolau	2	11	3	6	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	4
Sal	2	11	4	8	11	37	3	10	1	25	4	44	3	38	6	67	34	22
Boavista	2	11	5	10	3	10	5	17	0	0	1	11	1	13	2	22	19	12
Maio	0	0	2	4	1	3	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3
Santiago	1	6	11	22	8	27	11	38	1	25	2	22	1	13	1	11	36	23
Fogo	0	0	8	16	1	3	0	0	0	0	1	11	0	0	0	0	10	6
Brava	2	11	2	4	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3
TOTAL	18	100	51	100	30	100	29	100	4	100	9	100	8	100	9	100	158	100
%	11,4		32,3		19,0		18,4		2,5		5,7		5,1		5,7		100,0	

Fonte: INE

Quanto às facilidades existentes nos meios de alojamento, 96% dos quartos têm casa-de-banho privada com água quente, 2% têm casa-de-banho privada com água fria, e 1,7% não têm casa de banho privada. 81,2% dos quartos têm ar condicionado, 90,3% têm TV, 66,8% têm mini-bar e 81,5% têm telefone disponível.

No que se refere aos serviços oferecidos, 61% oferecem serviços de restaurante, 6% têm discoteca própria, 11% dispõem de ginásio, 19% têm salas de reuniões, 20% têm piscinas, 13% têm lojas incorporadas, 63% têm bar, 8% têm court de ténis, 16% têm estacionamento privativo, 10% têm sala de jogos, e 4% têm serviços de apoio a desportos náuticos.

É importante ressaltar que se se comparar a procura turística pelos serviços de alojamento e a oferta, pode-se constatar que o número de quartos é insuficiente para sustentar o crescimento do fluxo turístico que se projecta com as ações do plano. Por exemplo, se se considerar uma projecção futura de 1 milhão de turistas/ano, com a mesma estadia média (5,5 dias) e mantendo-se a mesma taxa de ocupação, seriam necessários pelo menos 18.513 quartos disponíveis, ou seja, deveria ser multiplicada por 3 a capacidade actual.

Sendo assim, é necessário adoptar estratégias para aumentar a capacidade dos meios de alojamento e melhorar a qualidade dos serviços prestados, além de uma maior dispersão territorial dos mesmos. O aumento do turismo tem atraído um elevado volume de IDE e de investimento nacional para o sector, especialmente para as áreas de hotelaria e restauração e imobiliária turística.

Os dados relativos a 2000 até 2006 mostram que Sal, Santiago e Boa Vista são os maiores beneficiários do investimento directo estrangeiro no sector do turismo. O montante proposto de investimento, actualmente em processo de revisão, inclui cerca de 37 projectos e excede os 14 mil milhões de Euros.

Tabela 21: IDE na área do turismo e actividades afins, de 2000 a 2006, por ilha

Ilhas	Número de Investimentos	Participação no N. de Investimentos	Valor dos Investimentos (000 Euro)	Participação no Valor dos Investimentos
Santiago	14	16,70%	93.955	13,30%
Fogo	2	2,40%	3.057	0,40%
Boa Vista	14	16,70%	164.030	23,30%
Sal	27	32,10%	348.164	49,40%
São Vicente	19	22,60%	78.456	11,10%
Santo Antão	1	1,20%	512	0,10%
Maio	4	4,80%	5.445	0,80%
São Nicolau	2	2,40%	10.893	1,50%
Brava	1	1,20%	142	0,02%
TOTAL	84	100%	704.654	100%

Fonte: CI

No entanto, apesar do crescimento do investimento turístico, o impacto relativo do turismo em termos de aumento de emprego e rendimento para a população foi pouco relevante, se se analisar o potencial da actividade e as necessidades do país. Entre os factores que explicam o baixo efeito multiplicador do turismo destacam-se as saídas de rendimento para o exterior via importações. Segundo as estimativas apresentadas no Relatório Thornton, em 2007, 37% dos gastos dos visitantes estrangeiros eram utilizados para a importação de produtos para atender os turistas.

4.3.4.3.3. Recursos Humanos

Em 2006, Cabo Verde ocupava a 102ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um total de 177 países e 3ª posição entre os países africanos, o que colocou Cabo Verde na categoria dos países de “desenvolvimento humano médio”.

A estrutura da população é bastante jovem: 34,9% tem menos de 15 anos e 58,9% tem menos de 25 anos. A taxa de desemprego em 2008 é de 17,8%²⁷, afectando mais as mulheres (22,0%) do que os homens (13,8%). As ilhas de forte desenvolvimento turístico – como o Sal – apresentam taxas de desemprego abaixo da média nacional (14,8%). A maior parte dos desempregados (76%) é jovem, com idade compreendida entre os 15 e os 34 anos (52% entre 15 e 24 anos).

²⁷Fonte: INE, Inquerito ao Emprego 2008

Tabela 22: Taxa de desemprego em Cabo Verde (INE)

Dominio	Tx. Liq Activid.	Tx. de Desemprego
Santo Antão	53,9	20,4
São Vicente	65,9	27,6
Sal	74,9	14,8
Interior de Santiago	71,3	10,2
Praia	65,1	21,8
Fogo	66,0	14,9
Total	66,6	17,8

Segundo dados divulgados pelas Nações Unidas, em 2006, Cabo Verde apresentava uma taxa de alfabetização dos adultos relativamente alta, em torno de 81,2%. O nível geral de educação é considerado elevado, com 4,1% da população com formação média-superior, 35,6% com ensino secundário completo e 52% com ensino básico²⁸.

Estes resultados são reflexos das políticas governamentais que, desde a independência, apostaram na educação como principal factor de crescimento e desenvolvimento económico do país. Apesar desse quadro, no entanto, ressalta-se que a complexidade do sector de turismo – uma actividade intensiva em mão-de-obra – exige uma boa qualificação da mão-de-obra, onde Cabo Verde apresenta nítido défice de formação específica.

Para suprir essa necessidade, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através do programa – Turismo e Hospitalidade e nos Centros de Emprego – vem desenvolvendo uma série de formações em turismo e hotelaria.

Tabela 23: Projecto Turismo e Hospitalidade (IEFP)

	CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARCEIROS	DATA DE REALIZAÇÃO	Nº BENEFCIÁRIOS	CARGA HORÁRIA
PROJECTO TURISMO E HOSPITALIDADE	COMAREFA	SÃO VICENTE	OASIS - PORTO GRANDE	JULHO-AGOSTO 2007	28	80 HORAS
	RESTAURANTE E BAR	SANTIAGO - PRAIA	OASIS - PRAIA MAR	AGOSTO - SETEMBRO 2007	26	80 HORAS
	COZINHA	SANTIAGO - PRAIA	OASIS - PRAIA MAR	AGOSTO - SETEMBRO 2007	30	80 HORAS
	RECEPÇÃO	FOGO	HOTEL XAGUATE	SETEMBRO-OUTUBRO 2007	25	80 HORAS
	PREPARAÇÃO ELAZER	SAL	OASIS BELA HORIZONTE	SETEMBRO-OUTUBRO 2007	30	80 HORAS
	EVENTOS	SAL	ASA	NOVEMBRO DE 2007	25	30 HORAS
	EVENTOS	SANTIAGO - PRAIA	OASIS - PRAIA MAR	NOVEMBRO DE 2007	30	30 HORAS
	CONTROLES HOTELEIROS	SANTIAGO - PRAIA	OASIS - PRAIA MAR	MARÇO DE 2008	25	
	GOVERNANÇA	SANTO ANTÃO	HOTEL SANTANTÃO ART RESORT	FEVEREIRO DE 2008	36	80 HORAS
	TOTAL 1				255	
REPLICAS DO PROJECTO TH	RESTAURANTE E BAR	SANTO ANTÃO	HOTEL PEDRACIN	JANEIRO DE 2008	41	60 HORAS
	COZINHA	SÃO VICENTE	GRUPO OASIS-PORTO GRANDE	JANEIRO - FEVEREIRO 2008	27	60 HORAS
	EVENTOS	SÃO VICENTE	GRUPO OASIS-PORTO GRANDE	7 A 12 DE ABRIL DE 2008	41	30 HORAS
TOTAL 2				109		

Como nos revela os dados das tabelas, apesar dos cursos terem beneficiado 364 pessoas, as acções de formações ficaram restritas a quatro ilhas.

Além disso, uma estratégia voltada para a qualificação profissional não se deve restringir a cursos temporários, mas sim, a uma política nacional elaborada e executada de forma coordenada, envolvendo todos os níveis de ensino, desde o primário até à formação superior.

4.3.4.3.4. Marketing e Promoção de Cabo Verde

A promoção das ilhas de Cabo Verde como destino turístico vem sendo feita de forma descoordenada, praticamente por cada operador/entidade de forma individual e com a sua própria estratégia de comunicação. Não existe uma “marca” única previamente definida e que reflecta uniformemente as potencialidades e estratégias de desenvolvimento do turismo, e não existe nenhum plano de comunicação articulado entre os diversos *stakeholders* para a promoção e *marketing* uniforme de Cabo Verde.

A responsabilidade institucional de promoção de Cabo Verde como destino turístico vem sendo assegurada pela Cabo Verde Investimentos. No entanto, esta agência tem igualmente a responsabilidade de promover o país como destino de investimentos, sendo que nos últimos anos esta componente vem assumindo uma relevância superior, acabando por ficar em segundo plano a promoção do destino turístico. A par disso, considerando que os públicos-alvo são diferentes, assim como os processos e motivações de escolha por parte desses grupos, a estratégia de comunicação acaba por não se revelar eficiente.

Com este vazio institucional na gestão da marca “Cabo Verde” como destino turístico, cada operador acaba por elaborar a sua própria estratégia de comunicação, posicionando as ilhas mais de acordo com os seus interesses particulares do que os interesses do país no que diz respeito ao desenvolvimento de um turismo sustentado. Nos roteiros turísticos e demais materiais de comunicação, cada ilha vem sendo “promovida” sobretudo de uma forma estereotipada e redutora. Assim, por exemplo, a ilha de Santo Antão é promovida como “a ilha das montanhas”, São Vicente como “a ilha dos artistas”, São Nicolau como “a ilha verde”, Boavista como “a ilha das dunas”, Santiago como “a ilha mais africana” e o Fogo como “a ilha do vulcão”.

Torna-se necessário, assim, instituir mecanismos que em primeiro lugar definam e administrem de forma centralizada e disciplinada o posicionamento da marca “Cabo Verde”. E, em segundo lugar, que sejam responsáveis pela definição e implementação de estratégias de comunicação e promoção do país como destino turístico, bem como pela avaliação de impacto e controle de resultados.

Dimensão “INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA”: Principais constrangimentos

- Capacidade de alojamento insuficiente e excessivamente concentrada em poucas regiões (Sal, São Vicente e Santiago);
- Infra-estrutura turística não preparada para receber turistas com limitações físicas;
- Preços elevados no alojamento e restauração, comparativamente com outros destinos concorrentes;
- Deficiente sistema de classificação de unidade turística e de articulação com política de incentivos;
- Produtos turísticos deficientemente trabalhados na perspectiva de marketing;
- Deficiente divulgação de centros históricos e museus;
- Insuficiência de mão-de-obra devidamente formada para o sector do turismo, não obstante a elevada taxa de desemprego;
- Deficiente articulação entre os diversos *players* no que diz respeito à promoção do destino Cabo Verde.

4.3.4.4. Dimensão “estrutura institucional”

Nos últimos anos a estrutura institucional de gestão do sector de turismo passou por diversas transformações, entre as quais se destaca a extinção do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, em 2004, passando a tutela do turismo para o Ministério da Economia, Crescimento

²⁸QUIBB 2007 - INE

e Competitividade, e também a criação da Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos (CI) em 27 de Abril de 2004, que substituiu o então Centro de Promoção Turística dos Investimentos e Exportação de Cabo Verde (PROMEX).

Actualmente a estrutura institucional do turismo de Cabo Verde tem a seguinte composição:

- Cabo Verde Investimentos (CI), que é o responsável pela implementação das estratégias de comunicação e *marketing* para o país (na sua dimensão de destino turístico), pela promoção de investimentos turísticos e outros, e é gestor dos terrenos das ZDTIS (zonas de desenvolvimento turístico integrado) com competências para a venda;
- Conselho Nacional do Turismo (CNT), que tem como objectivo zelar pelo desenvolvimento e coordenação de políticas do sector de turismo;
- Direção Geral de Turismo (DGT), que responde pela administração pública na área do turismo e é responsável pela definição de políticas e estratégias para o turismo, pela dotação do sector de um corpo de normas adequado e sua conseqüente fiscalização²⁹, pelo desenvolvimento de relações institucionais a nível internacional, para a cooperação e desenvolvimento;
- E ainda, associações de operadores do sector, como a UNOTUR (União Nacional dos Operadores do Turismo), a PROMITUR (Associação dos Promotores Imobiliário-Turísticos), e a APTCV (Associação dos Profissionais do Turismo de Cabo Verde).

Essa estrutura tem apresentado sérias deficiências no desempenho das suas funções na busca pelo desenvolvimento sustentável do turismo, como actividade económica relevante para Cabo Verde. Segundo o relatório Thornton, as principais limitações do quadro institucional do turismo são:

- A DGT não tem recursos nem estrutura capaz de assumir todas as responsabilidades de administrar o turismo, não obstante o turismo ser considerado uma actividade motora do desenvolvimento de Cabo Verde. A Direção Geral de Turismo possui um quadro de pessoal reduzido e não tem um orçamento autónomo – o que restringe a sua capacidade quanto à realização das suas funções de maneira adequada;

- Não há evidências de ligações formais e sistematizadas entre o sector público e o sector privado;
- Não há nenhuma entidade que se dedique exclusivamente à gestão centralizada do *marketing* e à promoção integrada do destino Cabo Verde nos países emissores de turismo. A Cabo Verde Investimentos (CI), a quem tem sido atribuída essa responsabilidade, desempenha funções e objectivos com características diferentes e passíveis de confusão. A CI tem a função de atrair investimentos estrangeiros para o país e ao mesmo tempo é responsável pela promoção de Cabo Verde como destino turístico. Como o primeiro objectivo tem tido maior visibilidade e melhores resultados no curto prazo, a CI tem priorizado a atracção de investimento directo estrangeiro, o que é natural;
- Evidencia-se a falta de estudos de mercado quantitativos e qualitativos e alguns dos dados disponíveis, tais como os dados alfandegários, não estão segmentados de forma a serem incluídos nas estatísticas de turismo produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística;
- O quadro de política legal está desactualizado e precisa ser revisto.

Igualmente é importante ressaltar que as Câmaras Municipais que actualmente têm poderes para aprovar ou licenciar empreendimentos turísticos que não requeiram a aplicação do Estatuto de Utilidade Turística, devem actuar em conformidade com as diretrizes de uma Política Nacional de Turismo, definida pelo Governo Central.

Um outro órgão que pode desempenhar um papel importante no planeamento do turismo, no país, é o Conselho Nacional do Turismo³⁰ (CNT). O CNT é um órgão consultivo do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade para o sector do Turismo, que inclui personalidades de diversas instituições públicas e privadas, cujo papel é assegurar a participação dos representantes da actividade económica privada na concepção, acompanhamento e avaliação das políticas prosseguidas pelo Ministério, promover estudos e dar pareceres sobre as políticas do MECC, acompanhar a evolução do sector, contribuir para a definição da estratégia de promoção turística, entre outras atribuições.

²⁹No entanto, a fiscalização das actividades económicas relacionadas com o turismo passou para a esfera de competências da Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE)

³⁰O CNT é regulado pelo Decreto lei nº 15/2003 - artigo 5º e constituído pelo Director Geral do Desenvolvimento Turístico; Presidente da Cabo Verde Investimentos; Director Geral do Ordenamento do Território; Director Geral da Marinha e Portos; Director Geral da Cooperação Internacional; Dois Representantes da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde; Um representante das Agências de Viagens e Turismo; Um representante das empresas de transporte aéreo; Um representante das empresas de transporte marítimo; Um representante das Câmaras de Comércio e um representante do sindicato do ramo.

**Dimensão “ESTRUTURA INSTITUCIONAL”:
Principais constrangimentos**

- Estrutura institucional de intervenção no turismo (sector público, ONG’s, associações de classe) é complexa, difusa e com áreas de acção sobrepostas;
- Deficiente coordenação entre os diversos actores; inexistência de uma entidade-chapéu que coordene as intervenções multi-sectoriais dirigidas para o desenvolvimento do turismo.
- Insuficiente capacidade institucional do Governo → desadequação entre a ambição estratégica do Governo para o turismo e os recursos institucionais postos à disposição;
- Associativismo entre operadores do sector ainda pouco efectivo em termos de articulação de políticas e visão comum;
- Arcabouço jurídico-legal pouco adequado às necessidades estratégicas do turismo.

4.3.4.5. Dimensão “SUSTENTABILIDADE”

Nos últimos anos, a questão da sustentabilidade do turismo tem estado presente na agenda do Governo e na definição de orientações e políticas públicas para o sector.

Na área da **sustentabilidade ambiental**, o Governo vem implementando um arcabouço jurídico-legal para a gestão eficiente e sustentável do ambiente, destacando-se³¹:

- *Lei n.º 86/IV/93*, de 26 de Julho que define as Bases da Política do Ambiente
- *Decreto-Legislativo n.º 14/97*, de 1 de Julho que desenvolve as Bases da Política do Ambiente
- *Decreto-Lei n.º 29/2006*, de 6 de Março, que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente.
- *Lei n.º 102/III/90*, de 29 de Dezembro que estabelece as bases do património cultural e natural
- *Decreto-Lei n.º 3/2003*, de 24 de Fevereiro, que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas
- *Decreto-Lei n.º 40/2003*, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia
- *Decreto-Lei n.º 5/2003*, de 31 de Março, que define o Sistema Nacional de protecção do ar.
- *Decreto-Lei n.º 31/2003*, de 1 de Setembro, que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana
- *Decreto-Lei n.º 6/2003*, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras

- *Decreto-Lei n.º 2/2002*, de 21 de Janeiro, que proíbe a extracção e exploração de areias nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial
- *Decreto-lei n.º 81/2005*, de 5 de Dezembro, que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico
- *Decreto-Lei n.º 22/98*, de 25 de Maio, que aprova as normas mínimas relativas à elaboração e aprovação de projectos de construção, à insonorização e às condições de segurança dos estabelecimentos de funcionamento nocturno de diversão.

A par da legislação, foram criadas (ou estão em fase de criação) 47 áreas protegidas em todo o país, entre parques naturais, reservas naturais e integrais, monumentos naturais e paisagens protegidas. A criação de áreas protegidas aumenta as exigências para a intervenção humana nestas áreas, de forma a garantir a sua protecção ou exploração sustentável, ao mesmo tempo que podem constituir em si produtos turísticos passíveis de serem promovidos.

Áreas Protegidas de Cabo Verde	Quant.
• Parques Naturais	10
• Reservas Naturais	19
• Reservas Integrais	02
• Monumentos Naturais	06
• Paisagens Protegidas	10

Já no que diz respeito à **sustentabilidade social**, o impacto do turismo tem sido mais acentuado, sobretudo nas ilhas de maior concentração de actividade turística (Sal, São Vicente, Santiago). Tem-se registado um aumento da chamada “pequena criminalidade” comumente associada ao - ou estimulada pelo - crescimento do turismo, nomeadamente roubos e assaltos, prostituição, tráfico de estupefacientes, imigração ilegal, entre outros fenómenos.

Um outro problema ligado à sustentabilidade social do turismo é o da habitação. Além do déficit habitacional “estrutural”, o crescimento acelerado do turismo e da construção relacionada com a imobiliária turística provocou um aumento da migração interna (e de outros países desta região africana) em direcção às ilhas e regiões de forte concentração do turismo, especialmente, Sal e Boa Vista. Tal migração tem conduzido a um aumento do déficit habitacional nessas ilhas, provocando fenómenos como bairros de lata degradados que, paralelamente à questão humana, põe em causa a sustentabilidade do desenvolvimento turístico nessas regiões e no país. Consciente deste problema, o Governo lançou recentemente o programa “Casa Para Todos”, que tem como objectivo a redução do déficit habitacional (estimado em 44.000 moradias³²) em 20% nos próximos 3 anos e o investimento na

³¹Fonte: Sistema de Informação Ambiental (www.sia.cv), consultada em 28/11/09

³²Fonte: Estudo IFH/Afrosondagem

melhoria das condições de habitabilidade das populações. Paralelamente, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio tem na forja a criação do FESBEM – Fundo Económico e Social da Boavista e Maio – que visa, entre outros, apoiar as populações de baixa renda ligadas ou não ao sector turístico na aquisição de casa própria, numa lógica de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo nessas ilhas.

Uma outra fragilidade que põe em risco a sustentabilidade social do turismo tem a ver com a deficiente oferta de mão-de-obra qualificada para atender às exigentes demandas desta actividade. Não obstante os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e outras entidades públicas e privadas de ensino técnico especializado, a oferta deste tipo de mão de obra é ainda insuficiente – apesar da elevada taxa de desemprego –, o que constitui um enorme desafio para o país tendo em conta as metas fixadas para o sector.

A gestão do território nacional carecia ainda até recentemente de mecanismos eficazes que pudessem integrar as necessidades actuais (entre as quais a de desenvolvimento do turismo), com as necessidades das gerações futuras. O crescimento acelerado do turismo e da imobiliária turística (de que é exemplificativo o caso da ilha do Sal), em conjunto com a forte especulação fundiária que se registava pelo menos antes do início da actual crise no sector, já provocou danos ambientais e paisagísticos irreversíveis, além da ineficiente gestão e distribuição dos solos urbanos e peri-urbanos.

Nos anos 90 do século passado foi criada a legislação para as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado (ZDTI's), bem como a estrutura institucional para a sua gestão, actualmente sob a responsabilidade da Cabo Verde Investimentos. Neste momento o país conta com 25 ZDTI's, a saber:

Tabela 24: Relação das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integrado

ILHA	ZDTI	ÁREA	Ref.º B.O	Data Publicação
SANTIAGO	Norte da Praia	1.650 hectares	D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	Achada Baleia	351 hectares	D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	Manque Monte Negro	155 hectares	D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	Porto Coqueiro	26 hectares	D - L Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	Achada Laje	68 hectares	D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	Santiago Golf Resort	990 hectares	D - R Nº 9/98 B.O Nº 48 I Serie	31 de Dezembro de 1998
	Achada Rincão	679 hectares	D - R Nº 13/07 B.O Nº 44 I Serie	03 de Dezembro de 2007
	Alto Mira	86,4 hectares	D - R Nº 14/07 B.O Nº 44 I Serie	03 de Dezembro de 2007
	Total ZDTI			
SAL	Santa Maria	477,121 hectares	D-R Nº 14/09 B.o Nº 32 I Serie	10 de Agosto de 2009
	Pedra de Lume	640 hectares	D - R Nº 11/05 B.O Nº 50 I Serie	12 de Dezembro de 2005
	Murdeira Algodoeiro	2.085 hectares	B.O Nº 11 I Serie	13 de Março de 2006
	Morinho Branco	266,5 hectares	D - R Nº 14/07 B.O Nº 44 I Serie	03 de Dezembro de 2007
	Total ZDTI			
SÃO VICENTE	Praia Grande	200 hectares	D - R Nº 7/94 B.O Nº 20 I Serie	23 de Maio de 1994
	São Pedro	197 hectares	D - R Nº 7/08 B.O Nº 32 I Serie	25 de Agosto de 2008
	Palha Carga	1.208,8 hectares	D - R Nº 5/06 B.O Nº 28 I Serie	18 de Setembro de 2006
	Baía das Gatas	487,7 hectares	D - R Nº 8/98 SUP Nº 48 I Serie	31 de Dezembro de 1998
	Vale de Flamengos	1.275 hectares	D - R Nº 12/07 B.O Nº 44 I Serie	03 de Dezembro de 2007
	Salamansa	506 hectares	D - R Nº 05/08 B.O Nº 32 I Serie	25 de Agosto de 2008
	Saraçaça	1.107 hectares	D - R Nº 06/08 B.O Nº 32 I Serie	25 de Agosto de 2008
Total ZDTI				
BOAVISTA	Chaves	1.654 hectares	D - R Nº 7/09 B.O Nº 12 I Serie	23 de Março de 2009
	Morro de Areia	624 hectares	D - R Nº 7/07 SUP Nº 11 I Serie	19 de Março de 2007
	Santa Monica	3.432 hectares	D - R Nº 7/07 SUP Nº 11 I Serie	19 de Março de 2007
	Total ZDTI			
MAIO	Ribeira D. João	1.060 hectares	D - R Nº 4/08 B.O Nº 23 I Serie	23 de Junho de 2008
	Sul da Vila Maio	770 hectares	D - R Nº 4/08 B.O Nº 23 I Serie	23 de Junho de 2008
	Ponta de Pau Seco	224 hectares	D - R Nº 4/08 B.O Nº 23 I Serie	23 de Junho de 2008
	Total ZDTI			

Fonte: Cabo Verde Investimentos, dados de Novembro/2009

Para minimizar o problema do ordenamento do território, o Governo tem em andamento um ambicioso programa de dotar o país e os municípios dos instrumentos legais para a gestão eficiente e sustentável do território. A nível nacional, já estão em fase de conclusão a Directiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) e os Esquemas Regionais de Ordenamento do Território (EROTs). A nível Municipal, já foram homologados os Planos de Desenvolvimento Municipal do Concelho de São Domingos em Santiago, estão em fase de homologação os dos Concelhos do Sal e de Porto Novo, e os dos restantes Concelhos estão em fase de execução. Além disso, os Municípios passarão a ter igualmente os respectivos Planos de Desenvolvimento Urbano (PDU's) e os Planos Detalhados (PD's)³³.

Nas ilhas da Boa Vista e Maio, cuja gestão das ZDTI's está sob a responsabilidade da SDTIBM, já se encontram aprovados os Planos de Ordenamento Turístico (POT's) das ZDTI's de Chaves, Morro de Areia e Santa Mónica (na Boa Vista) e Sul da Vila do Maio (no Maio), tendo como objectivos³⁴:

- Concretizar a política de ordenamento das zonas turísticas especiais de forma a estruturar uma parcela do território municipal de acordo com um modelo e uma estratégia de desenvolvimento orientado para o turismo;
- Estabelecer normas gerais de ocupação, transformação e utilização do solo que permitam fundamentar um correcto zoneamento, a utilização e gestão das zonas turísticas abrangidas, visando salvaguardar e valorizar os recursos naturais, promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a protecção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico e sócio-cultural;
- Definir princípios, orientações e critérios que promovam formas de ocupação e transformação do solo pelas actividades humanas, de forma integrada, de acordo com as aptidões e potencialidades de cada área abrangida, com destaque para: Regulamentação dos critérios de reclassificação do solo rural como solo de desenvolvimento de empreendimentos turísticos;
- Associação de edificabilidade em espaço rural a critérios de sustentabilidade, dimensão e conexão com o desenvolvimento de infra-estruturas turísticas;
- Promoção do turismo de alta qualidade;

³³Fonte: Direcção Geral do Ordenamento do Território, Agosto/2009

³⁴Fonte: Site da SDTIBM (www.sdtibm.cv), consultado em 11/08/09

- f) Desenvolvimento de programas turísticos orientados para áreas e necessidades específicas;
- g) Promoção da qualidade de vida das populações;
- h) Produção de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica da ZDTI, a renovação dos ecossistemas e a expansão dos espaços verdes;
- i) Definir, quantificar e localizar as conexões com as infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade dos empreendimentos turísticos no acesso a infra-estruturas, equipamentos colectivos e serviços de interesse geral;
- j) Definir, localizar, quantificar e hierarquizar os espaços da ZDTI de acordo com a aptidão para o desenvolvimento turístico determinando, em cada caso, a capacidade de carga e / ou níveis sustentáveis de exploração.

Paralelamente à questão da gestão do território nacional e a sua integração com as necessidades de desenvolvimento do turismo, outros aspectos mostram-se ainda de extrema importância para se garantir um turismo sustentável, competitivo e integrado. Destaca-se a necessidade de articular políticas de promoção cultural que considerem a sua integração com o desenvolvimento do turismo de índole cultural, garantindo-se ao mesmo tempo a sua preservação e valorização, numa lógica de sustentabilidade.

**Dimensão “SUSTENTABILIDADE”:
Principais constrangimentos**

- Necessidade de uma melhor coordenação entre os objectivos de desenvolvimento do turismo e as necessidades de preservação e sustentabilidade ambiental;
- Insuficiência de políticas e mecanismos de resposta aos efeitos sociais negativos gerados pelo desenvolvimento do turismo;
- Política fiscal desenhada para o sector não incorpora a necessidade de sustentabilidade;
- Deficiente planificação do turismo, com impacto em termos ambientais e sociais já significativos;
- Necessidade de uma forte política de promoção cultural, associada ao desenvolvimento do turismo.

4.3.4.6. Dimensão “Monitorização”

A monitorização da actividade turística em Cabo Verde é assegurada na actualidade pelo Instituto Nacional de Estatísticas, que colecta regularmente dados relacionados com o fluxo de turistas (por país de origem, por ilha), número de dormidas (por ilha, por tipo de estabelecimento, por país de nacionalidade), além de dados

sobre estabelecimentos hoteleiros (quantidade por tipo e por ilha, n.º de quartos, n.º de camas, pessoal ao serviço, entre outros).

Os dados são recolhidos através de formulários nos estabelecimentos hoteleiros em todas as ilhas, o que vem permitindo acompanhar os indicadores acima com um bom nível de precisão. No entanto, a estrutura actual não permite apurar com exactidão o impacto do sector turístico sobre a economia de Cabo Verde, dada a inexistência de contas satélite do turismo no sistema de contas nacionais. Os dados existentes a esse respeito são apenas estimativas e aproximações através da análise de outros indicadores, o que dificulta, por seu lado, medir a eficácia de medidas e políticas públicas dirigidas para o sector do turismo. A agravar este quadro, o facto de existir uma pluralidade de instituições e organismos públicos que lidam directa ou indirectamente com o turismo (DGT, CI, DGCI, INE, BCV, SDTIBM, DGT, DGA, Câmaras Municipais...), sem que haja uma integração de base de dados ou sistemas de informação que permitissem monitorizar eficientemente todas as dimensões desta actividade³⁵.

Por outro lado, apesar de recentemente o INE ter arrancado com um projecto de avaliação de satisfação de turistas, através de inquéritos por amostragem nos principais aeroportos, não existe uma estrutura estabelecida com o propósito de avaliar de forma sistemática este indicador (satisfação dos visitantes), nem tampouco de conduzir estudos de mercado nos países emissores para monitorizar a evolução das necessidades dos potenciais turistas e assim definir/ajustar estratégias de promoção e comunicação.

Desta forma, um dos principais aspectos que devem ser considerados para a elaboração e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo deverá ser a instituição de meios e mecanismos eficientes de monitorização, precisamente para se poder avaliar a eficácia de tais políticas. Neste sentido, refere-se a criação do Observatório do Turismo de Cabo Verde (OTCV), em fase de operacionalização, para dar corpo a esta necessidade.

**Dimensão “MONITORIZAÇÃO”:
Principais constrangimentos**

- Sistema de monitorização/avaliação do turismo ainda é deficiente;
- Inexistência de um sistema de contas-satélite do turismo não permite conhecer efectivamente o seu impacto na economia;
- Inexistência de sistema formal e unificado de avaliação da qualidade/satisfação do turista;
- Inexistência de sistema de monitorização a nível dos mercados emissores actuais e potenciais.

³⁵No entanto, de registar que Governo está já a criar o SIT – Sistema de Informação Turística – que irá permitir esta interligação e integração com os vários sectores de modo a melhorar a eficiência na administração turística central.

PARTE III

O TURISMO EM CABO VERDE:
PARA ONDE QUEREMOS IR5. VISÃO, ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS DE
ACÇÃO PARA O TURISMO

5.1. A Visão do Governo

“Queremos ter um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efectivamente para melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras”

5.2. Que turismo para Cabo Verde?

Em concordância com a visão do Governo para o turismo em Cabo Verde, o presente Plano Estratégico define 4 princípios fundamentais para o seu desenvolvimento:

- Um turismo **sustentável** e de **alto valor acrescentado**, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
- Um turismo que **maximize os efeitos multiplicadores**, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- Um turismo que aumente o nível de **competitividade** de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
- Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como **destino diversificado e de qualidade**.

5.3. Quais os objectivos a alcançar?

5.3.1. Objectivos gerais

Constituem objectivos gerais do *Plano Estratégico* do Turismo de Cabo Verde:

- Orientar o crescimento e o desenvolvimento da actividade turística de forma sustentável, aumentando a responsabilidade das empresas ligadas ao sector;
- Desenvolver infra-estrutura capaz de aumentar o nível de competitividade de Cabo Verde como destino turístico internacional.
- Ampliar a capacidade do sector turístico de gerar emprego, rendimento e inclusão social;
- Garantir uma maior interiorização da cadeia produtiva do turismo e, conseqüentemente, aumentar os efeitos multiplicadores deste sector na economia.
- Criar uma estrutura institucional capaz de coordenar e executar uma Política Nacional de Turismo.

5.3.2. Objectivos específicos

São definidos, no corrente Plano Estratégico, quatro objectivos específicos que se pretende alcançar com as acções a serem implementadas:

Tabela 25: Objectivos a atingir com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo

- 1) *Atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013*
- 2) *Aumentar o emprego directo gerado pelo turismo na ordem dos 60% até 2013*
- 3) *Aumentar a participação do turismo no PIB em 2013, via crescente interiorização e democratização das receitas do turismo*
- 4) *Aumentar substancialmente os benefícios do turismo para a população*

5.4. Cenários para o turismo em Cabo Verde: *key drivers* e condicionantes

Optou-se, neste plano, por identificar algumas variáveis-chave, de natureza externa e interna, cujo desenvolvimento futuro têm um impacto relevante sobre o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. A análise das tendências, probabilidades e impacto dessas variáveis permite traçar as linhas gerais de três cenários do turismo em Cabo Verde a médio prazo: um cenário optimista, com o fluxo de turismo a crescer a uma média de 15% nos próximos anos, um cenário pessimista, com crescimento apenas de 5% ao ano, e um cenário médio, com a manutenção das actuais taxas médias de crescimento anual à volta dos 10%.

A identificação de variáveis-chave e o exercício de previsão de cenários permite definir a *priori* instrumentos e mecanismos de intervenção (ajustamento a cenários) visando maximizar os resultados dos cenários optimistas e minimizar o impacto dos cenários pessimistas, caso se materializem. Naturalmente não é pretensão deste plano identificar todas as variáveis condicionantes do desenvolvimento turístico no país. Além de difícil realização do ponto de vista metodológico, complexifica desnecessariamente a análise devido ao número de combinações possíveis, pelo que se optou por seleccionar apenas as variáveis de maior impacto potencial sobre o turismo em Cabo Verde.

Variáveis-chave externas:

1. *Ritmo de crescimento da economia mundial nos próximos 5 anos: como se comportará a actual crise mundial doravante? Quando se dará a recuperação da economia nos principais países emissores?*
2. *Pandemias (gripe suína, gripe das aves, etc.): quais as tendências? Potencial impacto sobre o turismo em Cabo Verde?*
3. *Comportamento da classe média nos países emergentes (especialmente Brasil, Rússia, Índia e China – futuros potenciais emissores de turistas);*
4. *Tendências de preços de transporte aéreo: como se comportará este item nos próximos anos?*

Variáveis-chave internas:

1. *Disponibilidade de pessoal qualificado para o sector turístico: qual o ritmo de formação de pessoal? Qual o impacto sobre o nível de serviço no sector turístico?*
2. *Integração de sistemas de transporte interno (aéreo, marítimo e terrestre): com que rapidez? Com que densidade? Com que custos?*
3. *Disponibilidade e custos de factores de produção para o sector (energia, água, comunicações, etc.): qual a tendência?*
4. *Estabilidade social e política: qual a tendência? Segurança pública?*
5. *Preservação dos recursos turísticos: tendência? Como a sua gestão afectará a oferta turística geral?*
6. *Gestão do turismo: como se processará? Quais as tendências? Qual o impacto?*

5.4.1. Cenário optimista

A economia mundial começa a recuperar-se da crise económica e financeira ainda durante 2010. O sector imobiliário nos EUA volta a aquecer a partir do 3º trimestre, a indústria reduz o ritmo de retracção e em 2010 começa

a crescer, puxada pelo aumento da procura no mercado interno norte-americano, mas também nos países em forte crescimento. Na Europa, fortes medidas de recuperação implementadas pelos Governos estabilizam a economia da zona Euro no 4º trimestre de 2009. A partir de 2010 as principais economias europeias (Inglaterra, Alemanha, França e Itália) dão mostras de recuperação, fechando o ano com crescimento entre 2 a 3%. As classes médias voltam a recuperar parte do poder de compra perdido durante a crise, retomam a procura por férias, o que aquece o sector à escala mundial. Igualmente a gripe suína é controlada a partir do 3º trimestre de 2009 e em 2010 já se começa a produzir vacinas em grandes quantidades, o que elimina a ameaça de pandemia com reflexos sobre o turismo. Também a forte concorrência no sector dos transportes aéreos, com o aumento do número de companhias especializadas no *low cost*, e o incremento dos vôos charters, tem um forte impacto na redução dos preços dos bilhetes de avião, o que estimula mais pessoas a viajarem de férias.

A conjugação desses factores, a nível mundial, reaquece a actividade turística já a partir de 2010. O turismo volta a crescer a taxas médias anuais de dois dígitos, com um maior fluxo dirigindo-se a regiões como a África e a Ásia, em busca de novos destinos.

A nível interno, a retoma dos ritmos de crescimento da procura no sector imobiliário, especialmente no norte da Europa e nos EUA, volta a dinamizar o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) neste segmento em Cabo Verde. A maior parte dos investimentos aprovados em 2008 e 2009 começam a sair do papel em meados de 2010, o que aquece o sector da construção civil, com impacto positivo no crescimento da economia nacional. O aumento da oferta de meios de alojamento (construção de hotéis, *resorts*, vilas residenciais, etc.), e consequente redução dos preços das diárias, conjugado com a redução dos custos de transporte (aumento de vôos charters, impacto da construção dos novos aeroportos e da expansão dos portos), da electricidade e água (fruto de investimentos privados no sector, especialmente nas ilhas do Sal e da Boavista) e das comunicações (devido ao aumento da concorrência), acabam por reduzir o custo total do destino “Cabo Verde”, aumentando a sua competitividade no mercado internacional do turismo. A expansão do ensino universitário e do ensino técnico, a par de uma forte intervenção do Instituto de Emprego e Formação Profissional aumentam a disponibilidade de mão de obra qualificada para o sector, o que tem um forte impacto a nível da qualidade do serviço. Após uma profunda reforma na legislação aplicada ao sector, a actividade turística passa igualmente a ser gerida por uma instituição forte com poderes mais alargados, que coordena a definição e implementação de políticas para o turismo, centraliza a promoção e o *marketing* do destino “Cabo Verde” e monitoriza o impacto do sector na economia do país, em parceria com o INE.

O destino “Cabo Verde” torna-se assim mais competitivo, de melhor qualidade, e com maior capacidade de interiorização dos benefícios do turismo a todas as ilhas. A população e os operadores, sensibilizados para a sustentabilidade do turismo, envolvem-se fortemente na protecção do património ambiental do país, que passa a

ser gerido e explorado igualmente como um produto turístico. A entrada de turistas volta a crescer a uma taxa média anual de 15% a partir de 2010 e a estadia média aumenta para 5,5 dias.

Tabela 26: Projecção de desempenho do turismo (Cenário Optimista)

	Dados reais						PROJEÇÃO - CENÁRIO OPTIMISTA						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estabelecimentos	105	108	132	142	150	158	209	240	276	317	365	420	483
Nº de Quartos	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172	6.656	7.654	8.802	10.123	11.641	13.387	15.395
Nº de Camas	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420	12.271	14.111	16.228	18.662	21.461	24.681	28.383
Cap. Alojamento	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708	16.722	19.230	22.114	25.431	29.246	33.633	38.678
Pessoal ao Serviço	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.081	4.749	5.462	6.281	7.223	8.307	9.553	10.985
Entradas de turistas	178.379	184.738	233.548	280.582	312.880	333.354	383.357	440.861	506.990	583.038	670.494	771.068	886.728
Var %	17,3%	3,6%	26,4%	20,1%	11,5%	6,5%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Dormidas	902.873	865.125	935.505	1.368.018	1.432.746	1.827.196	2.108.464	2.424.734	2.788.444	3.206.710	3.687.717	4.240.874	4.877.005
Var %	30,2%	-4,2%	8,1%	46,2%	4,7%	27,5%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
Estadia média (dias)	5,1	4,7	4,0	4,9	4,6	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5

Fonte: INE, Projecções PD Consult

5.4.2. Cenário pessimista

Apesar das fortes medidas implementadas pelos governos das principais economias mundiais, a crise persiste. Nos Estados Unidos, a procura continua a retrair-se, a produção industrial atinge os mínimos históricos desde o início do século XX, a taxa de desemprego aumenta, assiste-se a um empobrecimento da classe média e consequente contracção na procura por bens e serviços, entre os quais os serviços ligados ao turismo.

Na Europa, o quadro não é diferente. A zona Euro encontra-se em profunda recessão, que se prolonga até 2012, com aumento do desemprego, redução do nível de rendimento da classe média, retracção da procura e consequente contracção na procura de bens e serviços. O sector imobiliário norte-europeu ressent-se fortemente da redução da procura, várias empresas do sector são encerradas. A redução do nível de rendimento afecta fortemente o turismo e as viagens internacionais. Com menos dinheiro no bolso, e com perspectivas de duração da crise para mais alguns anos, a classe média começa a restringir-se a bens e serviços essenciais, ao mesmo tempo que aumenta as suas poupanças (reduzindo o consumo), devido ao temor da duração da crise. Para agravar a situação, a OMS tem dificuldades em controlar a gripe suína. A produção das vacinas atrasa-se devido a problemas legais e técnicos, a pandemia espalha-se rapidamente para vários países, muitos destinos turísticos são desaconselhados por receio de contracção da doença. As autoridades sanitárias impõem severas restrições às deslocações de pessoas para e de zonas infetadas, o que afecta fortemente as companhias aéreas e o sector turístico.

Em Cabo Verde, a retracção na procura imobiliária no mercado externo afecta fortemente o sector e, por arrastamento, a indústria da construção civil – um dos maiores empregadores da economia. Vários investimentos previstos são cancelados, projectos são suspensos, empresas do sector abrem falência, a taxa de desemprego, sobretudo nas ilhas do Sal, São Vicente e Boavista aumenta consideravelmente. No sector turístico, factores externos (crise mundial, gripe suína) afectam o fluxo de turismo para o país, que regista crescimento negativo em 2010, pela primeira vez nos últimos 10 anos. A taxa de ocupação nos hotéis reduz-se consideravelmente, e estes começam a reduzir o pessoal.

A economia do país começa a abrandar o seu ritmo de crescimento, com impacto nas receitas do Governo que, não obstante, é obrigado a implementar medidas de contenção e recuperação da crise, entre as quais, políticas fiscais para apoiar as empresas em dificuldades. A redução das receitas fiscais decorrente da crise, conjugada com a necessidade de reestabelecer prioridades, e o aumento do custo do dinheiro no mercado externo decorrente da crise e da ascensão do país a País de Rendimento Médio levam o Governo a reduzir os investimentos na formação técnica e profissional e a abrandar a implementação do ambicioso plano de investimentos na infra-estrutura (portos, aeroportos, estradas, etc.). Vários projectos do IEFP são adiados, o que reduz a disponibilidade de mão-de-obra qualificada para o sector do turismo. Persistem, igualmente, os problemas de integração de transporte para facilitar as deslocações inter e intra-ilhas, bem como as deficiências no que diz respeito à gestão institucional do turismo.

O aumento do desemprego começa a conduzir a problemas sociais como a delinquência e o aumento da insegurança pública. A imagem de “país seguro” começa a deteriorar-se, o que tem um impacto negativo nos fluxos turísticos para o país. Aos factores externos limitativos do crescimento do turismo, juntam-se agora a qualidade insatisfatória do serviço prestado nos hotéis, restaurantes, etc., o custo elevado do destino “Cabo Verde”, a questão do aumento da insegurança e problemas estruturais na gestão do turismo. Reduz-se o ritmo de crescimento da entrada de visitantes para uma média anual de apenas 5%, e a estadia média desce igualmente para 4 dias, como resultado das dificuldades de ligações entre as ilhas.

Tabela 27: Projectão de desempenho do turismo (Cenário Pessimista)

	Dados reais							PROJEÇÃO - CENÁRIO PESSIMISTA						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Estabelecimentos	105	108	132	142	150	158	190	200	210	221	232	243	255	
Nº de Quartos	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172	6.077	6.381	6.700	7.035	7.387	7.756	8.144	
Nº de Camas	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420	11.204	11.764	12.352	12.970	13.618	14.299	15.014	
Cap. Alojamento	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708	11.104	11.659	12.242	12.854	13.497	14.171	14.880	
Pessoal ao Serviço	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.081	4.336	4.553	4.781	5.020	5.271	5.534	5.811	
Entradas de turistas	178.379	184.738	233.548	280.582	312.880	333.354	350.022	367.523	385.899	405.194	425.454	446.726	469.063	
Var %	17,3%	3,6%	26,4%	20,1%	11,5%	6,5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Dormidas	902.873	865.125	935.505	1.368.018	1.432.746	1.827.196	1.400.087	1.470.091	1.543.596	1.620.775	1.701.814	1.786.905	1.876.250	
Var %	30,2%	-4,2%	8,1%	46,2%	4,7%	27,5%	-23%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Estadia média (dias)	5,1	4,7	4,0	4,9	4,6	5,5	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	

Fonte: INE Projectões PD Consult

5.4.3. Cenário médio

A crise económica mundial ainda persiste em 2009. A economia norte-americana – um dos principais motores da economia mundial – dá indícios de estabilizar no final deste ano, mas a recuperação do crescimento só começa efectivamente no 3º trimestre de 2010. A Europa começa também lentamente a estabilizar-se, com os mercados imobiliário e turístico a darem mostras de algum optimismo a partir de início de 2010. Apesar de a procura ainda não estar nos níveis anteriores à crise, as vendas de imóveis, sobretudo para o mercado inglês, começam a recuperar, aproveitando os preços baixos fortemente afectados pela crise, em destinos como Sul da Espanha e Portugal, Canárias e Cabo Verde. O optimismo das classes médias nos principais países emissores de turistas quanto à expectativa do fim da crise reaquece, ainda que timidamente, a procura por destinos turísticos mais próximos da Europa, dando preferência a países pouco afectados pela pandemia da gripe suína.

Em Cabo Verde, alguns dos projectos de imobiliária turística de maior dimensão, cujas obras estavam paradas, retomam o ritmo das construções, como resultado do panorama externo menos desfavorável e das medidas de apoio ao sector implementadas pelo Governo, a renegociação das dívidas dos grandes operadores do sector, e a disponibilização de uma linha de crédito para projectos imobiliários. Como resultado, o nível de emprego volta a aumentar, sobretudo no sector da construção civil, puxando por seu lado a procura interna e favorecendo as previsões de crescimento da economia. O fluxo turístico para o arquipélago recupera para taxas anuais de crescimento à volta dos 10% a partir de 2010, mas, entretanto, mantêm-se elementos bloqueadores a um maior crescimento, entre os quais as dificuldades de ligação entre as ilhas, o custo comparativamente elevado do “destino Cabo Verde” (sobretudo devido ao peso dos custos de alojamento e transporte inter-ilhas) e alguma insegurança pública que ainda persiste, sobretudo nas ilhas de maior concentração de turismo.

Tabela 28: Projectão de desempenho do turismo (Cenário Médio)

	Dados reais							PROJEÇÃO - CENÁRIO MÉDIO						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Estabelecimentos	105	108	132	142	150	158	200	220	241	266	292	321	354	
Nº de Quartos	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172	6.366	7.003	7.703	8.474	9.321	10.253	11.278	
Nº de Camas	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420	11.737	12.911	14.202	15.622	17.184	18.903	20.793	
Cap. Alojamento	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708	13.875	15.263	16.789	18.468	20.314	22.346	24.580	
Pessoal ao Serviço	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.081	4.543	4.997	5.497	6.046	6.651	7.316	8.048	
Entradas de turistas	178.379	184.738	233.548	280.582	312.880	333.354	366.689	403.358	443.694	488.064	536.870	590.557	649.613	
Var %	17,3%	3,6%	26,4%	20,1%	11,5%	6,5%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	
Dormidas	902.873	865.125	935.505	1.368.018	1.432.746	1.827.196	1.749.540	1.924.494	2.116.943	2.328.637	2.561.501	2.817.651	3.099.416	
Var %	30,2%	-4,2%	8,1%	46,2%	4,7%	27,5%	-4%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	
Estadia média (dias)	5,1	4,7	4,0	4,9	4,6	5,5	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	

Fonte: INE Projectões PD Consult

Para a estimativa das projecções, a definição dos objectivos a alcançar e a formulação dos programas de intervenção, optou-se por assumir como cenário mais provável o **cenário médio**, em que se considera que o turismo irá crescer a taxas médias anuais de 10% e a estadia média será de 4,8 dias.

A escolha deste cenário é justificada, por um lado, pelos sinais de incerteza no mercado turístico internacional (as últimas previsões da WTO, de Outubro/2009, são ainda de redução do fluxo turístico global, apesar de uma ligeira recuperação registada no segundo e terceiro trimestre do corrente ano³⁶), e, por outro lado: i) pelos recentes sinais de retoma das actividades no sector da imobiliária turística nas ilhas do Sal, Santiago e Boavista (com o arranque efectivo de alguns projectos e previsão de arranque de outros no 1º semestre de 2010); ii) pelo projecto de formulação de imagem de marca e plano de marketing do destino “Cabo Verde” que deverá estar concluído no 1º trimestre de 2010; iii) pela continuação do ambicioso plano de infra-estruturação do país, que irá melhorar a competitividade de Cabo Verde na dimensão “Acessos”; e, ainda, iv) pelo arranque de alguns dos programas constantes no presente documento.

³⁶ http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom09_3_en_execpt.pdf, consultada em 28/11/09

Tabela 29: Resumo dos cenários do desenvolvimento do turismo

	Principais key drivers	Resultados potenciais	IAC's: Instrumentos de Ajustamento a Cenários
CENÁRIO OPTIMISTA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Economia mundial começa a recuperar a partir do 2º semestre de 2009; ✓ Pandemia de gripe suína é controlada ainda em 2009; ✓ Emprego e nível de rendimento volta a aumentar nos principais países emissores de turistas → turismo mundial volta a crescer; ✓ Mercado do imobiliário turístico volta a aquecer a partir de 2010, principalmente no norte da Europa e nos Estados Unidos; ✓ Custo total do “destino Cabo Verde” reduz-se (redução de custos de factores de produção + aumento da oferta + redução de preço de alojamento + redução de custos de transportes) ✓ Oferta de mão de obra qualificada para o turismo em Cabo Verde aumenta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Retoma do crescimento do turismo a nível mundial; • Retoma do dinamismo do sector da imobiliária turística em Cabo Verde a partir de 2010; • Crescimento do turismo para Cabo Verde a taxas médias anuais de 15%, chegando a 670.000 em 2013; • Aumento da estadia média para 5,5 dias; • Aumento do emprego directo gerado pela actividade turística, ultrapassando os 8.000 empregos directos em 2013; • Aumento do impacto do turismo sobre o PIB; • Captação de receitas de turismo na ordem dos 800 mil contos/ano em 2013. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política fiscal: revisão de benefícios fiscais; introdução de taxa de turismo; ➤ Política de formação profissional; ➤ Participação mais activa em organismos supra-nacionais relacionados com o turismo.

	Principais key drivers	Resultados potenciais	IAC's: Instrumentos de Ajustamento a Cenários
CENÁRIO PESSIMISTA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Economia mundial tarda a recuperar-se; a recessão prolonga-se até 2011; ✓ Mercado da imobiliária turística continua a contrair-se; vários projectos são adiados; empresas do sector fecham portas, seguidas do sector de construção civil; ✓ Taxas de desemprego continuam a aumentar, sobretudo nas ilhas fortemente dependentes do turismo (Sal, Boavista e São Vicente) ✓ Aumento do nº de infectados com a gripe suína no arquipélago; as autoridades sanitárias reforçam o controle de mobilidade de e para Cabo Verde, e entre as ilhas; ✓ Queda de receitas do Estado (imposto, taxas, etc.) afecta a implementação de programas de investimento e de formação profissional; ✓ Aumenta a instabilidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do crescimento do turismo para taxas médias anuais de 5%; • Redução da estadia média para 4 dias; fluxo de turistas continua a concentrar-se nas ilhas do Sal, Boavista, São Vicente e Santiago; • Emprego directo gerado pelo turismo cresce apenas 5.271 até 2013; • Impacto negativo do turismo sobre o ambiente e a sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política fiscal: revisão de benefícios fiscais; ➤ Programa de investimento do Governo em infra-estruturas gerais; ➤ Política de formação profissional; ➤ Política de comunicação e marketing; ➤ Plano Nacional de Prevenção/Contenção da Gripe Suína; ➤ Plano Nacional de Segurança.

	Principais key drivers	Resultados potenciais	IAC's: Instrumentos de Ajustamento a Cenários
CENÁRIO MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Economia mundial só começa a recuperar no final de 2010; ✓ Aumento do nível de optimismo da classe média dos países desenvolvidos quanto ao fim eminente da crise mundial volta a estimular o turismo; ✓ Governo implementa medidas para apoiar a retoma do sector da imobiliária turística no país; ✓ Nível de emprego na construção civil volta a subir, em decorrência do recomeço das obras de grandes projectos do imobiliário; ✓ Persistem, entretanto, alguns obstáculos estruturais de desenvolvimento do turismo: deficiente ligação inter-ilhas, custo elevado do destino “Cabo Verde”, insuficiência de mão de obra qualificada, regime fiscal desajustado; ✓ Tendência de aumento da insegurança pública no país. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do fluxo de turismo mantem-se praticamente nos níveis históricos (média anual de aproximadamente 10%); • Mantém-se igualmente a concentração de turistas nas ilhas do Sal, Boavista, Santiago e São Vicente; • Empregos directos gerados pelo sector ascendem a 6.650 em 2013. • Interiorização dos benefícios do turismo continua reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política fiscal: revisão de benefícios fiscais; discriminação fiscal para uma maior interiorização dos benefícios e dispersão da actividade turística entre as ilhas; ➤ Programa de investimento do Governo em infra-estruturas gerais; ➤ Política de formação profissional; ➤ Política de comunicação e <i>marketing</i>; ➤ Plano Nacional de Segurança.

5.5. Eixos de intervenção para o desenvolvimento do turismo

A estratégia do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde no período 2010-2013 assenta fundamentalmente em 3 eixos gerais:

1. Aumentar a competitividade do destino “Cabo Verde” – o mercado turístico mundial é extremamente competitivo, devido ao impacto positivo desta actividade nas economias dos países receptores. No entanto, em Cabo Verde os custos dos factores de produção no sector turístico ainda são comparativamente elevados, pelo que o presente plano inclui programas de acção visando a redução desses custos e a eliminação de ineficiências estruturais inibidoras do desenvolvimento do turismo, com o objectivo de aumentar a competitividade e atratividade do país.

2. Garantir a sustentabilidade da actividade turística – o desenvolvimento do sector turístico em Cabo Verde não pode colocar em causa o equilíbrio entre as necessidades actuais da população e a disponibilidade de

recursos para as gerações futuras. Com base neste princípio fundamental, o presente plano tem a preocupação de implementar acções que visem a sustentabilidade da actividade turística, no que respeita ao seu impacto sobre a economia, as populações, o meio ambiente e os recursos naturais e sócio-culturais do país.

3. Maximizar a interiorização e democratização dos benefícios do turismo – segundo dados da Organização Mundial do Turismo, cada turista gera, em média, USD 1.021,00 de receitas. No entanto, uma grande fatia deste bolo não é retida no país receptor, devido a: i) deficiente capacidade de produção interna de bens e serviços para o turismo; ii) necessidade de importação de bens e serviços para atender à procura turística; iii) domínio do mercado turístico por grandes grupos multinacionais que não estão sedeados nos países receptores; entre outros. Assim, o plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde contempla planos de intervenção visando garantir que uma fatia maior das receitas geradas pela actividade turística sejam absorvidas pelo país, em benefício de toda a população.

Ilustração 11: Eixos de Intervenção do Desenvolvimento do Turismo



5.6. Programas de intervenção

5.6.1. Introdução

Considerando: i) a situação actual do turismo em Cabo Verde e os constrangimentos estruturais que limitam o seu desenvolvimento; ii) a actual crise económica mundial e o seu reflexo no sector turístico no mundo e em Cabo Verde; iii) os possíveis cenários externos e internos e seus impactos na actividade turística em Cabo Verde; iv) a importância que o Governo atribui ao turismo enquanto

5.6.2. Dimensão “ACESSOS”

motor da economia nacional; o presente Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo define 17 Programas Estratégicos (PE's) nas áreas de acesso, infra-estrutura geral, infra-estrutura turística, estrutura institucional, sustentabilidade e monitorização, visando alcançar um conjunto pré-definido de objectivos gerais e específicos referidos no ponto 5.3.

Os 17 PE's consubstanciam os princípios fundamentais de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, definidos pelo Governo, e visam uma intervenção coordenada e multisectorial abrangendo toda a cadeia de valor do turismo, de modo a: i) aumentar a competitividade de Cabo Verde como destino turístico; ii) garantir a sustentabilidade da actividade turística a curto, médio e longo prazo; e iii) maximizar a interiorização e democratização dos benefícios do turismo.

Os PE's não pretendem ser um guia exaustivo de implementação. Definem, sim, compromissos de intervenção em áreas específicas, que serão posteriormente convertidos em planos de acção concretos a serem detalhados e implementados pelas entidades responsáveis, de forma articulada e sincronizada.

Programa	Descrição	Objectivos
1. Programa “Ligar o Mundo às Ilhas”	<ul style="list-style-type: none"> Modernização e expansão de aeroportos internacionais (<i>em fase de conclusão</i>); Modernização e expansão de portos para recepção de navios-cruzeiro (<i>em andamento</i>); Estímulo à concorrência e à diversificação de ofertas nas ligações internacionais entre Cabo Verde e outros destinos; Exploração de novas rotas aéreas / novos mercados emissores de turistas; <p>Análise da pertinência de revisão do actual regime jurídico do visto, para adequá-lo aos objectivos estratégicos de aumento do fluxo turístico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar o acesso de turistas ao país, quer por via aérea, quer por via marítima; ✓ Simplificar os processos administrativos de entradas de curta duração em Cabo Verde; ✓ Reduzir o custo do acesso a Cabo Verde.
2. Programa “Ligar as Ilhas entre si”	<ul style="list-style-type: none"> Modernização das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias Modernização e expansão de portos para recepção de navios roll-on roll-off (<i>em andamento</i>); Estímulo à concorrência e à diversificação de ofertas nas ligações aéreas e marítimas em Cabo Verde, através de políticas fiscais e outras; Promoção da integração dos sistemas de transporte aéreo (internacional e nacional) e marítimo para facilitar o tráfego de turistas entre as ilhas; Estímulo à simplificação dos processos e rapidez no embarque e desembarque nas viagens internas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a integração territorial e entre os sistemas de transporte aéreo e marítimo; ✓ Facilitar o escoamento dos turistas a todas as ilhas do país, reduzindo o tempo gasto com o transporte; ✓ Promover a concorrência e a redução do custo de viagens internas.
3. Programa “Viajar nas Ilhas”	<ul style="list-style-type: none"> Modernização e expansão da rede viária (<i>em andamento</i>); Plano de identificação, sinalização e gestão de percursos turísticos terrestres; Plano de formação profissional para operadores do sector nas ilhas (condutores, taxistas, guias turísticos, animadores turísticos, organizadores de eventos, etc.); Implementação de certificação e controle de veículos/empresas especializadas em transporte turístico; Regulamentação da profissão de guias turísticos e outras profissões de suporte. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Facilitar a deslocação dentro das ilhas; ✓ Melhorar a qualidade do serviço prestado no transporte turístico nas ilhas; ✓ Melhorar o acesso a áreas de interesse turístico nas ilhas.

5.6.3. Dimensão “INFRA-ESTRUTURA GERAL”

Programa	Descrição	Objectivos
4. Programa “Mais Saúde Também Para Quem nos Visita”	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos Planos Nacionais de Saúde ao desenvolvimento da actividade turística no país: adequação dos meios de saúde nas regiões de forte concentração do turismo, planos de saúde pública, planos de educação, formação e sensibilização, entre outros; • Plano de Prevenção e Gestão de Pandemias; • Plano de fiscalização sanitária de equipamentos turísticos; • Promoção de entrada de operadores privados no sector da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir que o sistema nacional de saúde tenha capacidade de resposta ao crescimento do sector turístico no país.
5. Programa “Mais Segurança Também Para Quem nos Visita”	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos Planos Nacionais de Segurança ao desenvolvimento da actividade turística no país: adequação dos meios de segurança nas regiões de forte concentração do turismo, planos de segurança pública e combate ao crime, criação de delegacias especializadas; prevenção e combate ao tráfico ilícito relacionado com a indústria turística; • Plano de reforço de segurança nos portos e aeroportos, zonas balneares e outras de forte concentração turística; • Plano de informação sobre segurança preventiva dirigida ao turismo; • Plano de fiscalização e controle de venda ambulante. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir elevados padrões de segurança também para quem nos visita.
6. Programa “Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento do Turístico”	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade de produção e distribuição de água e energia no país (plano de investimentos da ELECTRA), para adequar a oferta de água e energia à procura esperada, nas regiões de forte potencial de desenvolvimento turístico; • Promoção da entrada de produtores independentes no sector de água e energia e reestruturação do sector; • Plano de melhoria de eficiência energética em Cabo Verde visando a redução de custos: implementar companhia logística de combustíveis, combater o roubo de energia e água, reduzir as perdas na distribuição de energia e água, adaptar centrais para a utilização de fuel óleo, campanhas de eficiência energética nas unidades hoteleiras e similares, entre outros; • Plano de investimento/expansão da rede de esgotos, também nas regiões de forte desenvolvimento turístico; • Promoção de utilização de energias renováveis e de reutilização de águas residuais nas unidades turísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a oferta e fiabilidade no fornecimento de água e energia; ✓ Melhorar o sistema de saneamento; ✓ Reduzir os custos de água e energia; ✓ Aumentar a % de utilização de energia renovável no sector turístico; ✓ Aumentar a reciclagem de água no sector turístico; ✓ Melhorar a eficiência energética no país.
7. Programa “Melhor Suporte de Comunicações e Produtos Financeiros para o Desenvolvimento do Turístico”	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da concorrência no sector de telecomunicações para redução de custos; • Promoção da entrada de mais provedores de serviços ligados à internet; • Promoção da massificação de meios electrónicos de pagamento, para permitir maior utilização de cartões de crédito nas unidades de suporte ao turismo; • Promoção da concorrência no sector bancário para facilitar o acesso ao crédito por parte de operadores turísticos e investidores ligados ao sector; • Criação de linhas de crédito especiais e incentivos para promover o investimento nacional no sector turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzir os custos de comunicação (incluindo os de acesso à internet); ✓ Facilitar a utilização de cartões de crédito por parte dos turistas para pagamentos no país; ✓ Aumentar o investimento nacional no sector turístico.

5.6.4. Dimensão “INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA”

5.6.4. Dimensão “INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA”

Programa	Descrição	Objectivos
8. Programa “Receber Nossos Visitantes com Conforto e Qualidade”	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de definição e gestão de capacidade de carga em cada ilha/região, de acordo com as potencialidades e a necessidade de salvaguarda da sustentabilidade ambiental; • Revisão e implementação de sistemas uniformizados de classificação de unidades turísticas (hotel, aparthotel, resort, pensão, residencial, pousada, alojamento rural) e de recurso turístico, em linha com as melhores práticas internacionais; • Implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento da imobiliária turística em Cabo Verde, como instrumento de desenvolvimento do sector; • Promoção do turismo inclusivo e da adaptação das infra-estruturas a turistas com necessidades especiais; • Implementação de mecanismos de fiscalização, auditoria e controle de qualidade de unidades turísticas e recursos turísticos; • Promoção da certificação de qualidade das unidades turísticas (normas ISO) através de política fiscal e medidas legislativas; • Plano integrado de formação profissional e capacitação de recursos humanos para o sector turístico; • Projecto de Excelência no Turismo, para elevar a qualidade ao longo de toda a cadeia de “produção” da indústria turística. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elevar o padrão de qualidade nas unidades turísticas e recursos turísticos, como forma de aumentar a competitividade do país.
9. Programa “Promover o Destino Cabo Verde com Eficiência”	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação, sistematização e classificação dos recursos turísticos existentes em Cabo Verde; • Elaboração e implementação de um Plano de Comunicação e Marketing: i) diagnóstico da comunicação actual do destino “Cabo Verde”; ii) definição do posicionamento estratégico; iii) identificação dos públicos-alvo; iii) planificação e execução do marketing mix (produto, preço, canais de comunicação, promoção); • Reforço da estrutura institucional responsável pela promoção centralizada do destino “Cabo Verde”; • Implementação de normas e mecanismos de controlo e coordenação da promoção de Cabo Verde como destino turístico pelos operadores do sector, como forma de garantir uma gestão centralizada do posicionamento estratégico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerir de forma centralizada e mais eficiente a promoção do destino “Cabo Verde” no mercado mundial.
10. Programa “Política Fiscal para um Turismo Sustentável”	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da política fiscal para o sector do turismo: i) classificar investimentos/ empreendimentos de acordo com critérios estratégicos para o desenvolvimento do turismo³⁸; ii) diferenciar incentivos, direitos e obrigações, com base na classificação atrás referida; iii) definir mecanismos de fiscalização e seguimento. • Plano de melhoria da eficiência tributária (combate à informalidade e evasão fiscal, promoção de micro e pequenas empresas no sector e densificação da base tributária para redução da carga fiscal); • Realizar estudo sobre a pertinência da introdução da Taxa de Turismo, em linha com as práticas internacionais, visando a captação de recursos para programas de sustentabilidade do turismo (funcionamento da instituição central de gestão do turismo, programas de habitação social, formação profissional, preservação ambiental, promoção empresarial e promoção e marketing do destino “Cabo Verde”). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequar a política fiscal para o sector às necessidades estratégicas de desenvolvimento sustentável do turismo e de maior interiorização e democratização dos benefícios gerados pelo sector.

³⁸ Exemplo de critérios: ilha/região onde se localiza o empreendimento, % de receitas anuais destinada à formação de pessoal, % de empregos para nacionais, % de utilização de energia renovável e de reaproveitamento de água, tipo de solução para tratamento de resíduos sólidos, etc.

5.6.5. Dimensão “*ESTRUTURA INSTITUCIONAL*”

Programa	Descrição	Objectivos
11. Programa “Melhor Gestão do Turismo Nacional”	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da estrutura central do turismo, com responsabilidades nas áreas de Estudos e Pesquisas, Políticas de Turismo, e <i>Marketing</i> e Assuntos Estratégicos; • Optimização dos recursos institucionais que intervêm directa ou indirectamente na actividade turística; • Definição e implementação de mecanismos formais de articulação entre os diversos <i>stakeholders</i> da actividade turística: Conselhos Nacionais, Conselhos Regionais, Conselhos Municipais, Comissões de Coordenação Inter-Ministeriais, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tornar mais eficiente a gestão do sector turístico a nível nacional e regional.
12. Programa “Melhor Legislação para o Desenvolvimento do Turismo”	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e simplificação da estrutura jurídico-legal relacionada com a gestão do turismo: conjugação na defesa dos interesses estratégicos com a necessária celeridade e simplificação administrativa de processos relacionados com a actividade turística (criação e registo de empresas, registo de propriedade, etc.); • Adequação da legislação sobre o turismo, de acordo com os eixos estratégicos de desenvolvimento do sector definidos neste plano, e em linha com as melhores práticas internacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dotar o país de uma estrutura jurídico-legal moderna e coerente com os objectivos de desenvolvimento sustentável do turismo.
	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e reforço dos mecanismos de fiscalização e acompanhamento. 	

5.6.6. Dimensão “*SUSTENTABILIDADE*”

Programa	Descrição	Objectivos
13. Programa “Mais Ambiente, para Mais Turismo”	<ul style="list-style-type: none"> • Integração das necessidades de desenvolvimento turístico sustentável nos Planos Nacionais para o Ambiente: avaliar o impacto da actividade turística sobre o meio ambiente; definir objectivos estratégicos de sustentabilidade ambiental da actividade turística, e mecanismos de avaliação; adequar a legislação ambiental para minimizar o impacto do turismo sobre o meio ambiente sem pôr em causa o seu desenvolvimento; • Promoção e estímulo à utilização de tecnologias “amigas do ambiente” na construção e exploração de equipamentos turísticos; • Promoção e gestão das áreas protegidas como produtos turísticos potenciais; • Plano de formação e sensibilização das comunidades para a preservação dos recursos naturais como produto turístico em si; • Implementação de mecanismos formais de coordenação entre as entidades gestoras do ambiente (Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, ONG’s) e do turismo (Direcção Geral do Turismo, operadores privados, ONG’s, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzir o impacto do desenvolvimento do turismo sobre o meio ambiente em Cabo Verde; ✓ Promover o meio ambiente enquanto produto turístico em si.
14. Programa “Mais Cultura, para Mais Turismo”	<ul style="list-style-type: none"> • Integração da cultura enquanto recurso turístico, no Plano Estratégico para a Cultura; • Plano de identificação/cadastro de produtos culturais de interesse turístico em todas as ilhas, e sistematização para fins de promoção e marketing; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Articular a preservação e desenvolvimento da actividade cultural com a promoção do turismo; ✓ Estimular o crescimento da

	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de estímulo e promoção de actividades culturais para o mercado turístico externo, através de políticas fiscais e incentivos; • Plano de normatização/certificação de produto cultural tipicamente caboverdeano. 	“economia da cultura”.
15. Programa “Para um Turismo com Rosto Social”	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implementação do Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, alimentado com parte das receitas de Turismo, com o objectivo de minimizar os efeitos do turismo a nível da procura por habitação de baixo custo, formação profissional, preservação do meio ambiente, segurança pública, saúde e saneamento; • Plano de estímulo do empreendedorismo para o sector turístico (criação de pequenas e médias empresas para atender às necessidades do turismo, geração de rendimento e auto-emprego, incorporação de mais valias nos produtos e serviços para o turismo, etc.), visando uma maior interiorização da cadeia produtiva; • Plano de promoção do contacto sustentável dos turistas com a população local; • Plano de desenvolvimento do turismo no espaço rural, integrado com as comunidades locais, que considere, entre outras, a recuperação das habitações rurais degradadas visando a sua reutilização para o turismo no espaço rural; • Plano de recuperação (paisagística, social e ambiental) de áreas de forte impacto da actividade turística e imobiliária; • Políticas visando o aumento do rácio de empregos gerados por turista. 	✓ Minimizar os impactos negativos do turismo sobre as populações.

5.6.7. Dimensão “MONITORIZAÇÃO”

Programa	Descrição	Objectivos
16. Programa “Avaliar para Melhorar”	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação/reforço de mecanismos de monitorização e avaliação do desenvolvimento do turismo e do seu impacto nas áreas de fluxos de turistas, qualidade e satisfação do turista, geração de rendimento, contribuição para a economia, criação de emprego, indicadores de sustentabilidade ambiental, etc.; • Implementação de um Sistema de Informações Estatísticas do Turismo; • Implementação das Contas Satélite do Turismo; • Implementação do Observatório do Turismo de Cabo Verde. 	✓ Monitorar de forma mais eficiente a actividade turística e os seus impactos;
17. Programa “Conhecer o Turista para Melhor o Servir”	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de mecanismos de avaliação da percepção do destino “Cabo Verde” no mercado mundial: estudos periódicos de mercado nos países emissores, avaliação de satisfação dos visitantes. 	✓ Aprofundar o conhecimento dos turistas, das suas necessidades e do seu nível de satisfação.

6. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

6.1. Responsabilidades, recursos e cronogramas

6.1.1. Responsabilidades

Tratando-se de um plano de natureza transversal e multidisciplinar, a responsabilidade para a sua implementação deve ser definida a dois níveis: a nível da execução de cada um dos programas e a nível de coordenação do Plano Estratégico geral.

A nível de execução, a responsabilidade por cada programa será atribuída ao Ministério correspondente (o “owner” do programa), de acordo com a sua área de actuação, devendo-se atribuir igualmente os recursos necessários para esta finalidade. Os “owners” encarregar-se-ão de elaborar planos de acção detalhados (incluindo responsabilidades específicas, orçamentos previsionais, cronogramas de execução e outros), em estreita colaboração com o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade / Direcção Geral do Turismo, quem tutela o sector do turismo. Cada Ministério responsabilizar-se-á igualmente por garantir que as equipas de execução tenham perfeitamente assimilados a visão, os princípios, os objectivos e os eixos de intervenção do presente plano, bem como a integração de cada um dos programas no todo do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, condição indispensável para a integração das acções e a boa implementação do plano.

Considerando-se que alguns programas são multidisciplinares, requerendo a intervenção de outros Ministérios, define-se como Responsável Principal o Ministério cuja intervenção terá um peso maior na execução do programa, e como Co-Responsável o(s) Ministério(s) que deverá apoiar na sua implementação.

A responsabilidade pela execução de cada programa fica definida como segue:

Tabela 30: Execução dos programas - Responsabilidades

Ref	Programa	Resp. Principal de Execução	Co-Responsável
1	Programa "Ligar o Mundo às Ilhas"	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações	
2	Programa "Ligar as Ilhas Entre Si"	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações	
3	Programa "Viajar nas Ilhas"	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações	
4	Programa "Mais Saúde Também Para Quem nos Visita"	Ministério da Saúde	
5	Programa "Mais Segurança Também Para Quem nos Visita"	Ministério da Administração Interna	
6	Programa "Água, Energia e Saneamento para o Desenvolvimento Turístico"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações
7	Programa "Melhor Suporte de Comunicações e Produtos Financeiros para o Desenvolvimento Turístico"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Ministério das Finanças

8	Programa "Receber Nossos Visitantes com Conforto e Qualidade"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Segurança Social (via IEFP)
9	Programa "Promover o Destino Cabo Verde com Eficiência"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	
10	Programa "Política Fiscal para um Turismo Sustentável"	Ministério das Finanças	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
11	Programa "Melhor Gestão do Turismo Nacional"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	
12	Programa "Melhor Legislação para o Desenvolvimento do Turismo"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	
13	Programa "Mais Ambiente para Mais Turismo"	Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
14	Programa "Mais Cultura para Mais Turismo"	Ministério da Cultura	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
15	Programa "Para um Turismo com Rosto Social"	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Segurança Social
16	Programa "Avaliar para	Ministério da Economia,	

A nível da coordenação, é necessário que haja uma estrutura que se responsabilize pelo acompanhamento e integração global da execução dos planos específicos, bem como pela sua monitorização, avaliação de resultados e eventuais ajustamentos. Considerando que o sector do turismo é da tutela do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, através da Direcção Geral do Turismo, e considerando igualmente o carácter multidisciplinar deste Plano Estratégico, define-se 03 níveis de coordenação, a saber:

2. Primeiro nível – **Direcção Geral do Turismo**: acompanha a execução dos programas pelas entidades responsáveis; recolhe e sistematiza as informações relacionadas com a implementação dos programas;

3. Segundo nível – **Titular da pasta do MECC**: coordena com os restantes ministérios a execução integrada dos programas;

4. Terceiro nível - **Conselho de Ministros**: avalia periodicamente a implementação de todo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.

6.1.2. Recursos

A execução do presente Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo exigirá recursos de natureza política, institucional, humana e financeira.

A nível de recursos políticos, será necessário mobilizar consensos entre os principais actores políticos à volta do desenvolvimento da indústria do turismo nos termos definidos no presente Plano, especialmente no que diz respeito à reestruturação da política fiscal para o sector, de forma a adequá-la aos objectivos de competitividade, sustentabilidade, interiorização e democratização dos seus benefícios. Sobretudo, será fundamental a assumpção da execução deste plano – e dos resultados preconizados – por parte de todos os sectores da sociedade, de forma a se criar um compromisso amplo e generalizado para elevar a qualidade e a competitividade do destino “Cabo Verde”.

A nível de recursos institucionais, será redesenhado o arcabouço organizacional para a gestão do turismo, de forma articulada, uniforme e eficiente, com as competências e os recursos necessários para a execução da política do Governo para o sector, reforçando-se igualmente a articulação institucional com todas as estruturas do Estado, o sector privado e demais *stakeholders* da indústria turística. No quadro do presente Plano será reforçada a estrutura central do turismo (a Direcção Geral do Turismo), que terá as seguintes responsabilidades e competências³⁷:

- a) Propor planos, programas e projectos que contribuam para o desenvolvimento do sector do turismo;
- b) Contribuir para a definição e execução da política de turismo, propondo medidas e acções com vista à diversificação, qualificação e melhoria da posição competitiva da oferta turística nacional, à consolidação das estruturas empresariais e à preservação e valorização dos recursos do País;
- c) Acompanhar a actividade turística, mantendo um conhecimento actualizado em termos de oferta e de procura, criando os mecanismos de observação e inventariação adequados e promovendo uma informação útil ao sector, de forma a permitir a avaliação dos efeitos das medidas da política de turismo;
- d) Contribuir para a elaboração e fundamentação das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objectivos das políticas da área do turismo e acompanhar o licenciamento, qualificação e classificação da oferta turística, nos termos definidos pela lei;
- e) Propor e observar medidas de articulação do desenvolvimento da actividade turística com outras actividades económicas, bem como com políticas públicas relevantes para aquela actividade;
- f) Apoiar o Governo nas negociações e decisões, nas instâncias internacionais, envolvendo a política de turismo, em particular no quadro da Organização Mundial do Turismo, dos organismos de integração económica regional e da cooperação internacional, com vista à sua adequação aos interesses da política económica nacional.
- g) Elaborar estudos e outros trabalhos necessários à definição do produto turístico e sua valorização cultural, bem como à protecção dos recursos naturais que constituem a base do desenvolvimento turístico durável;
- h) Organizar estatísticas referentes ao sector do turismo e divulgar informações de interesse para o desenvolvimento do mesmo, em estreita colaboração com outros serviços e organismos competentes;

Compete ainda à DGT:

- a) Conceber e promover a Imagem de Cabo Verde como destino turístico, nos mercados interno e externo, em estreita articulação com outros serviços e organismos do sector
- b) Definir e assegurar a aplicação da política de promoção turística do País;
- c) Identificar as áreas de especial aptidão para o turismo, em articulação com outros serviços e organismos públicos com competências na matéria;
- d) Propor e emitir pareceres a Planos, Programas e Leis do sector do turismo;
- e) Participar na elaboração de programas de formação dirigidos para o sector do turismo, em estreita articulação com instituições competentes em matéria de formação profissional;
- f) Exercer as demais competências que venham a ser estabelecidas pela lei.

A Direcção Geral do Turismo será composta por duas áreas principais: o Serviço de Políticas, Estudos e Mercados e o Serviço de Acompanhamento de Actividades Turísticas.

O Serviço de Políticas, Estudos e Mercados terá as seguintes competências:

- a. Apoiar o Governo na concepção e definição do modelo de política para o sector do turismo;
- b. Participar na preparação dos elementos para a concepção da política de desenvolvimento do turismo e assegurar a sua aplicação e execução;
- c. Analisar informações estatísticas confiáveis que possam ser utilizadas para guiar as políticas do Governo e os Investimentos do Sector Privado no desenvolvimento do sector turístico;
- d. Organizar e participar em feiras nacionais e internacionais no intuito de promover o produto turístico, valorizando a riqueza patrimonial, a diversidade cultural e os recursos turísticos nacionais;
- e. Estabelecer e reforçar parcerias estratégicas com instituições e organismos no sentido de atingir os objectivos preconizados para o sector;
- f. Promover estudos sobre os mercados interno e externo;
- g. Promover a realização de estudos relativamente aos produtos turísticos;
- h. Recolher, tratar e analisar informações estatísticas confiáveis que possam ser utilizadas para guiar as políticas do Governo e os Investimentos do Sector Privado no desenvolvimento do sector turístico;

³⁷Fonte: Proposta de nova Estrutura Orgânica da Direcção Geral do Turismo

- i. Desenvolver estratégias de identificação e promoção das áreas de especial aptidão para o turismo;
- j. Contribuir para o desenvolvimento do turismo interno, promovendo o turismo social e associativo generalizado;
- k. Propor e desenvolver conjuntos de actividades e eventos ligados ao sector, em parceria com o sector público e privado;

Ao Serviço de Acompanhamento de Actividades Turísticas compete:

- a. Monitorizar as acções do Estado voltadas para o desenvolvimento e o crescimento da actividade turística, a partir de pesquisas realizadas em cooperação com outros serviços e organismos competentes;
- b. Elaborar planos e estabelecer parcerias estratégicas com o objectivo de contribuir para a preservação do ecossistema, da cultura e autenticidade nacionais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e dos princípios definidos no Código Mundial de Ética da Organização Mundial do Turismo;
- c. Participar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações e serviços turísticos;
- d. Emitir pareceres e análises sobre a qualidade dos empreendimentos sujeitos ao estatuto de utilidade turística;
- e. Propor e presidir vistorias de abertura às instalações declaradas de utilidade turística;
- f. Manter actualizada a informação sobre a actividade turística e promover a sua divulgação;
- g. Emitir parecer sobre a qualidade dos empreendimentos que requeiram a atribuição do estatuto de utilidade turística e submeter a despacho ministerial os pedidos de concessão de declaração de utilidade turística;
- h. Credenciar e acompanhar a actividade dos operadores e prestadores dos serviços turísticos;
- i. Desenvolver acções de fomento, acompanhamento e apoio à indústria do turismo e às iniciativas empresariais para o desenvolvimento do sector, sensibilizando os operadores turísticos e sociedade civil acerca da relevância da qualidade turística;
- j. Fazer o acompanhamento e execução das normas que regem o sector.

As áreas de promoção e *marketing* do destino “Cabo Verde” permanecerão sob a esfera de competências da Cabo Verde Investimentos (CI) e a fiscalização e controle será assegurada pela Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE).

A par disso deverá ser reforçado o papel do Conselho Nacional do Turismo, como instância de concertação entre o sector público e o sector privado na definição de políticas e orientações para o sector.

Ainda a nível institucional, pretende-se dividir o território em “Regiões Turísticas”, baseadas em critérios de maior ou menor homogeneidade e complementaridade da oferta turística, com os respectivos Conselhos Regionais do Turismo (CRT) – órgãos de concertação a nível regional entre o Governo, os Municípios, o Sector Privado e a Sociedade Civil. Os CRT’s, que integrarão membros das entidades atrás referidas, terão como principal atribuição aconselhar e apoiar a estrutura central do turismo na definição de políticas estratégicas para o turismo a nível regional.

Os CRT’s serão formados por representantes regionais dos organismos desconcentrados do Estado, Câmaras Municipais, representantes das associações dos operadores e profissionais do sector e membros da sociedade civil. Os CRT’s reunir-se-ão periodicamente (ou sempre que se mostrar necessário) para avaliar o desempenho do sector do turismo nas respectivas regiões e propôr medidas à estrutura central de gestão do turismo, em linha com o presente plano estratégico.

O funcionamento desta estrutura de gestão do turismo exigirá igualmente um conjunto de competências e um quadro de recursos humanos com as qualificações necessárias e adequadas para implementar esta visão do Governo. Considerando que a oferta de quadros qualificados na área de turismo ainda é incipiente, e há uma concorrência crescente por parte do sector privado para a captação das competências actualmente existentes, será necessário, por um lado, aumentar a oferta através de estímulos para a formação superior nesta área e, por outro lado, aumentar a atractividade do sector público através de políticas de remuneração competitiva.

A materialização deste Plano exigirá igualmente recursos financeiros avultados, especialmente no que se refere à melhoria das condições de acesso e das infra-estruturas gerais, dimensões onde a intervenção do Estado é naturalmente mais solicitada³⁸. A implementação de uma estrutura funcional e eficiente para a gestão do sector requer igualmente investimentos substanciais quer na fase inicial quer para a sua manutenção, nomeadamente na atração e retenção das competências necessárias e na dotação de meios e instrumentos adequados à execução da política do Governo expressa no presente documento. Também serão necessários investimentos (ou pelo menos uma redistribuição de recursos) em sectores estratégicos – formação profissional, habitação, ambiente, área social, etc. - de forma a garantir o desenvolvimento do turismo em moldes sustentáveis, bem como recursos para a elaboração e execução de planos de comunicação e marketing para promover de forma mais eficiente o destino “Cabo Verde”.

³⁸Não constitui objectivo do presente documento a orçamentação detalhada dos custos requeridos para a implementação do Plano Estratégico. Este exercício deverá ser efectuado, naturalmente, aquando da preparação dos planos de acção para cada programa, pelos respectivos “owners”.

6.2. Mecanismos de seguimento e avaliação

Considerando que o sector do turismo é tutelado pelo Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC), o seguimento e a avaliação dos resultados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico é da competência desse Ministério.

Para cumprimento desta tarefa, definir-se-á um conjunto de indicadores-chave, conforme quadro abaixo, que devem ser recolhidos, sistematizados e analisados pelo MECC, com apoio das entidades executantes, do Instituto Nacional de Estatísticas, do Banco de Cabo Verde, e de outras que se mostrarem relevantes.

Tabela 32: Indicadores a monitorizar

Principais indicadores a monitorizar	Fonte / Recolha
Estatísticas de fluxos turísticos (entradas, dormidas, por ilha, por país de origem, etc.)	INE, PN
Estatísticas de monitorização de infra-estruturas turísticas (quantidade, tipo, distribuição territorial, classificação, indicadores de qualidade, etc.)	INE, DGT
Estatísticas de emprego (geral e no sector turístico)	INE, IEFP
Estatísticas de disponibilidade de pessoal qualificado (formação superior, formação profissional para o sector, etc.)	MEES, IEFP, INE
Evolução de investimentos no sector turístico (IDE, investimento nacional)	CI, INE
Evolução das receitas do turismo	BCV, DGT
Evolução de contribuição do sector para o PIB	INE, BCV, DGT
Indicadores de avaliação de competitividade (acessos, infra-estruturas gerais, custos de factores de produção, satisfação de turistas, etc.)	DGT

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É clara a importância que o Governo atribui ao sector turístico, enquanto um dos principais motores de desenvolvimento económico e de geração de rendimento e de bem estar para a população. Tal visão, expressa no Programa do Governo para a Legislatura 2006-2012, preconiza, entre outros, o aumento significativo da competitividade internacional do turismo cabo-verdiano e a promoção do desenvolvimento de empreendimentos turísticos integrados e de superior qualidade. Em suma, pretende o Governo que o turismo em Cabo Verde seja:

- Um turismo **sustentável** e de **alto valor acrescentado**, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
- Um turismo que **maximize os efeitos multiplicadores**, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- Um turismo que aumente o nível de **competitividade** de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
- Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como **destino diversificado e de qualidade**.

A materialização desta visão implica, portanto, que o desenvolvimento da actividade turística em Cabo Verde tenha em perspectiva 03 eixos centrais, a saber: i) aumentar a competitividade do destino “Cabo Verde”; ii) garantir a sustentabilidade da actividade turística; e iii) maximizar a interiorização e democratização dos benefícios do turismo.

Não obstante os contrangimentos que ainda se registam e que limitam a exploração de todo o potencial turístico das ilhas de Cabo Verde, melhorias importantes vêm sendo introduzidas, quer a nível das infra-estruturas gerais (portos, aeroportos, estradas, fornecimento de energia e água, telecomunicações, etc), quer a nível da promoção do investimento privado em infra-estruturas turísticas, e ainda da promoção de Cabo Verde como destino privilegiado para o investimento e para o turismo em si.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (PEDT), vem constituir, assim, um instrumento de extrema importância na articulação dos anseios, da visão, dos objectivos e dos princípios de desenvolvimento do sector, passando a funcionar como uma plataforma alargada para orientar a actuação de todos os que intervêm directa ou indirectamente na indústria do turismo, num contexto marcado cada vez mais pela incerteza e imprevisibilidade.

Três factores são, por isso, particularmente críticos nesta fase: i) a assumpção e interiorização do plano por parte de todos os *stakeholders* do objecto sujeito da intervenção, quer no que diz respeito à filosofia e princípios subjacentes à formulação das estratégias, quer no que se refere às acções em si; e ii) a gestão do equilíbrio entre a necessária disciplina para garantir a execução do plano conforme os princípios de base definidos e os objectivos pretendidos, e a flexibilidade para ajustar as estratégias às alterações substanciais do meio envolvente onde ocorre a acção; e iii) a integração e articulação *de facto* entre os diversos intervenientes do sector (e entre estes e a sociedade civil) em todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento do turismo, e em linha com o presente Plano.

Para garantir a referida interiorização do plano por todo o *trade* turístico, as entidades públicas e privadas que se relacionam directa ou indirectamente com o turismo e a sociedade civil em geral, o Governo procurou um amplo envolvimento de todos na formulação deste Plano Estratégico, através de *workshops* formais e consultas directas. Igualmente irá levar a cabo a divulgação do documento através de campanhas de informação/socialização, por forma a alinhar todos os intervenientes e a população em geral em torno da visão, dos princípios e das estratégias estabelecidas para o desenvolvimento de uma indústria turística nacional competitiva, sustentável e propiciadora de benefícios concretos a toda a nação cabo-verdeana. Além disso, os mecanismos de seguimento e avaliação estabelecidos no quadro da execução do plano, e particularmente, o reforço da estrutura institucional de gestão do turismo, irão garantir um acompanhamento contínuo e o necessário alinhamento das estratégias preconizadas a eventuais alterações substanciais das condicionantes externas.

O presente documento não esgota – e nem é a sua intenção – todos os exercícios de planeamento que devem ser efectuados para a boa gestão do turismo de Cabo Verde. Sendo sobretudo um documento de definição de

política, deverá ser naturalmente complementado com outros instrumentos integradores de acções, destacando-se entre eles um Plano de Comunicação e *Marketing* do destino “Cabo Verde”. A concepção e implementação de uma estratégia de comunicação e *marketing* – que deve impreterivelmente basear-se na filosofia e nos princípios orientadores constantes no presente PEDT - revela-se de capital importância, uma vez que permitirá: i) efectuar um levantamento exaustivo dos produtos turísticos potenciais, na perspectiva do *marketing*; ii) identificar, quantificar e caracterizar os mercados-alvo; iii) analisar os principais competidores do destino “Cabo Verde” no mercado turístico mundial, bem como as suas respectivas estratégias e eixos de diferenciação; iv) definir um posicionamento da marca Cabo Verde, devidamente articulado com as expectativas e necessidades do tipo de turista que se pretende atingir, as vantagens competitivas do país, e os objectivos definidos neste PEDT; v) conceber uma imagem de marca e um conceito de comunicação consistente com o posicionamento pretendido; vi) detalhar uma política de gestão de qualidade do produto turístico caboverdeano, bem como linhas orientadoras para uma política de preços coerente; vii) conceber e implementar planos anuais de comunicação e promoção do país nos principais mercados-alvo; e viii) desenhar mecanismos de avaliação e seguimento dos resultados do plano de *marketing*.

Com este Plano Estratégico do Desenvolvimento Turístico, o Governo considera que está dado um importante passo rumo a uma maior potencialização do sector do turismo enquanto um dos principais motores de crescimento económico de Cabo Verde e de melhoria das condições de vida da população. Resultado de um amplo envolvimento de entidades, indivíduos e representantes da sociedade civil, que directa ou indirectamente intervêm na actividade turística, o PEDT procura reflectir assim a visão, as aspirações e os princípios norteadores não apenas do Governo e da população em geral, mas sobretudo de todo o *trade* turístico. Consequentemente, a responsabilidade para a materialização desta visão deve ser igualmente tarefa de todos - e não apenas do Governo -, porque só assim se poderá alcançar, efectivamente, um nível de turismo competitivo e que contribua para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de Cabo Verde.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 35/2010

de 6 de Julho

As obras de construção das estradas Volta Monte/Figueira das Naus/R. Prata e Fonte Lima/João Bernardo/Librão, inicialmente parte do pacote do MCA - Millennium Challenge Account, foram postas a concurso e adjudicadas no quadro da linha de crédito assinada entre os governos de Cabo Verde e de Portugal para infra-estruturas rodoviárias.

Durante a execução das obras, verificou-se a necessidade de elevar o nível de qualidade das estradas referidas, nomeadamente:

1. Estrada Fonte Lima – João Bernardo – Librão
 - a) Mudança da estrutura do pavimento em calçada para betão betuminoso;
 - b) Alargamento da faixa de rodagem de 4 (quatro) para 5 (cinco) metros;
 - c) Aumento substancial do volume de escavação e aterro;
 - d) Inclusão de novos muros de suporte e de espera;
 - e) Pavimentação em betão betuminoso da estrada existente em Fonte Lima.
2. Estrada Volta Monte – Figueira das Naus – Ribeira da Prata:
 - a) Prolongamento de 4,3 (quatro vírgula três) km de estrada em betão betuminoso sobre calçada existente, até à povoação de Ribeira da Prata, incluindo órgãos de drenagem;
 - b) Substituição completa da rede de abastecimento de água entre Fundura e Figueira das Naus, num comprimento de cerca de 9.000 (nove mil) metros;
 - c) Correção de curvas e contra curvas;
 - d) Reforço dos órgãos de drenagem transversais e longitudinais.

A realização dos trabalhos a mais resultantes dessas alterações, a que se somam as correcções de erros e omissões nas listas de quantidades do projecto, conduziram a um aumento significativo dos custos da empreitada.

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º e alínea g) do n.º 1 do artigo 77º, todos do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Autorização

É autorizada a assinatura de um contrato adicional para a realização de trabalhos a mais das obras de construção das estradas Volta Monte/Figueira das Naus/Ribeira da Prata e Fonte Lima/João Bernardo/Librão, acima referidos, no montante de 675.898.182\$00 (seiscentos e setenta e cinco milhões oitocentos e noventa e oito mil cento e oitenta e dois escudos).

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*